

CCT para as ind. metalúrgicas e metalomecânicas

Consideram as partes outorgantes essencial fazer anteceder o clausulado do contrato agora acordado das seguintes declarações:

Declaração sobre a concessão do subsídio de refeição:

Fica, desde já, acordado entre as partes que, na próxima revisão do presente CCTV, se estipulará uma verba a título de subsídio de refeição, bem como esquema da sua atribuição.

Declaração acerca da redução de horário de trabalho:

As partes subscritoras entendem que na próxima revisão do CCTV, verificando-se os factores de organização das empresas em termos de eficiência e produtividade mínimas se encontrarão reunidas as condições para exarar no clausulado as formas e os termos em que a redução geral do horário de trabalho se há-de processar. Compromisso que desde já assumem.

CAPÍTULO I

Area, âmbito e vigência

Cláusula 1.ª

(Área e âmbito)

O presente contrato aplica-se no território nacional, por um lado, às empresas representadas pelas associações patronais outorgantes e, por outro lado, aos trabalhadores ao seu serviço cujas profissões estejam previstas no anexo III, desde que sejam representados pelas associações sindicais outorgantes.

Cláusula 2.ª

(Vigência)

O presente contrato entra em vigor nos termos legais.

Cláusula 3.ª

(Denúncia)

1 — A denúncia do presente contrato será feita nos termos da lei, devendo em princípio ser efectuada pelas associações sindicais ou patronais outorgantes representativas da maioria dos trabalhadores ou das empresas.

2 — O termo dos prazos de denúncia previsto na lei poderá, a requerimento de qualquer das partes, ser antecipado de dois meses, respectivamente, iniciando-se desde logo um período de pré-negociação com base em proposta e resposta provisórias.

3 — Terminado o prazo de vigência do contrato sem que uma das partes o tenha denunciado, a qualquer

momento se poderá dar início ao respectivo processo de revisão, nos termos desta cláusula.

4 — Em caso de denúncia por qualquer das partes, a outra terá de apresentar a respectiva resposta no prazo máximo de trinta dias, a contar da recepção da proposta, iniciando-se as negociações nos quinze dias subsequentes.

CAPÍTULO II

Admissão e carreira profissional

SECÇÃO I

Princípios gerais

Cláusula 4.ª

(Conceitos gerais)

Para efeitos do disposto neste contrato, entende-se por:

- a) **Nível profissional** — Grau de qualificação da profissão em função das exigências e das condições necessárias para o desempenho das correspondentes tarefas;
- b) **Profissão** — Conjunto de funções compreendendo tarefas semelhantes exercidas com carácter de permanência ou de predominância;
- c) **Função** — Conjunto bem definido de tarefas atribuídas a um trabalhador ou, de modo semelhante, a vários, correspondendo a um ou mais postos de trabalho de idênticas características;
- d) **Tarefa** — Acção integrada numa função que requer um esforço físico ou mental, com vista a atingir um fim determinado;
- e) **Posto de trabalho** — Conjunto de tarefas (função) executadas por um trabalhador;
- f) **Carreira na profissão** — É a sucessão de escalões correspondentes à evolução do trabalhador na sua profissão;
- g) **Promoção ou acesso** — É a passagem de um profissional a um escalão superior da mesma profissão a que corresponda uma retribuição mais elevada;
- h) **Escalão (categoria profissional)** — É o posicionamento do trabalhador dentro da sua profissão, definido pela maior ou menor aptidão técnica e experiência profissional;
- i) **Aprendizagem** — É o período durante o qual o jovem trabalhador assimila os conhecimentos técnicos e teóricos indispensáveis ao manejo do equipamento e materiais que, mais tarde, lhe venham a ser confiados;
- j) **Prática** — É o tempo necessário para o trabalhador adquirir o mínimo de conhecimentos e experiência indispensável ao desempenho de uma profissão, quer como complemento do período de aprendizagem quer para iniciação em profissões que não admitam aprendizagem.

Cláusula 5.ª

(Definição de profissões)

No anexo III deste contrato são definidas as profissões por ele abrangidas com a indicação das tarefas que lhes competem.

Cláusula 6.ª

(Classificação profissional)

1 — Os trabalhadores abrangidos por este contrato serão classificados de acordo com as funções efectivamente desempenhadas, sendo vedado às entidades patronais atribuir-lhes profissões e escalões diferentes dos nele previstos.

2 — As profissões omissas serão definidas e integradas nos níveis que lhes corresponderem pela comissão paritária prevista no capítulo XII.

Cláusula 7.ª

(Níveis profissionais)

1 — As diversas profissões abrangidas pelo presente contrato são distribuídas em níveis, tendo por base as exigências das tarefas realmente desempenhadas, níveis de formação profissional e de conhecimentos teóricos necessários, grau de autonomia das decisões a tomar no desempenho das tarefas, tempo de prática e aprendizagem necessários, como também o esforço físico ou mental e meio ambiente em que o trabalhador desempenha as suas funções ou tarefas.

2 — O grau académico não terá prioridade sobre o nível técnico das responsabilidades efectivamente assumidas.

Cláusula 8.ª

(Condições de admissão)

1 — Salvo nos casos expressamente previstos na lei ou neste contrato, as condições mínimas de admissão para o exercício das profissões por ele abrangidas são:

- a) Idade mínima de 14 anos;
- b) Escolaridade obrigatória.

2 — As habilitações referidas no número anterior não serão obrigatórias para os trabalhadores que, à data da entrada em vigor do presente contrato, já exerçam a profissão.

Cláusula 9.ª

(Regras de admissão)

1 — Os postos de trabalho a preencher na empresa deverão ser postos à disposição dos trabalhadores do escalão imediatamente inferior que reúnam as condições para o seu preenchimento, devendo, em caso de igualdade, dar-se preferência aos trabalhadores com maior antiguidade no escalão ou na empresa.

2 — Quando se verificarem novas admissões, as empresas deverão consultar as listas de desempregados do serviço de colocações do sindicato respectivo e dos

serviços da SEPE e dar preferência, em igualdade de qualificação profissional para desempenho do lugar, aos chefes de família.

3 — Os trabalhadores portugueses não poderão, em igualdade de circunstâncias, ser preteridos por trabalhadores estrangeiros na ocupação dos lugares a preencher nas empresas.

4 — No acto da admissão, as empresas obrigam-se a entregar a cada trabalhador, enviando no prazo de oito dias cópia ao sindicato respectivo, um documento do qual conste, juntamente com a identificação do interessado, a profissão, retribuição mensal, horário e local de trabalho, período experimental e demais condições acordadas.

5 — Salvo acordo em contrário, a entidade patronal que admitir um trabalhador obriga-se a respeitar a profissão e escalão por este adquiridos anteriormente, desde que o trabalhador apresente para o efeito, no acto da admissão, documento comprovativo das funções que exercia.

6 — Quando qualquer trabalhador transitar, por transferência acordada, de uma empresa para outra da qual a primeira seja associada, tenha administradores ou sócios gerentes comuns, ser-lhe-á contada para todos os efeitos a data de admissão na primeira.

Cláusula 10.ª

(Período experimental)

1 — Salvo o disposto nos números seguintes, a admissão do trabalhador é feita a título experimental, pelo período de quinze dias, durante o qual qualquer das partes pode pôr termo ao contrato, sem necessidade de aviso prévio ou pagamento de qualquer indemnização, por inadaptação para o desempenho das funções correspondentes ao lugar contratado.

2 — Para os trabalhadores a seguir indicados, o período experimental será o seguinte:

- a) Trabalhador dos graus 0, 1 e 2 — 90 dias;
- b) Trabalhador dos graus 3 e 4 — 30 dias.

3 — Em qualquer caso será sempre garantida ao trabalhador a retribuição correspondente ao período de trabalho efectivo.

4 — Caso se mantenha a admissão, contar-se-á o período de experiência para efeitos de antiguidade.

5 — Não haverá período experimental quando a entidade patronal e o trabalhador o mencionarem, por escrito, no momento de admissão.

6 — Entende-se que a entidade patronal renuncia ao período experimental sempre que admita ao seu serviço o trabalhador através de convite ou oferta pessoal de melhores condições.

7 — Não haverá período experimental nos contratos a prazo.

Cláusula 11.ª

(Exames médicos)

1 — Antes da admissão dos trabalhadores, as empresas devem promover a realização de exames médicos a fim de verificarem a sua aptidão para o exercício da respectiva actividade, designadamente se o candidato tem saúde e robustez para ocupar o lugar.

2 — Caso o resultado do exame médico seja negativo, a empresa obriga-se a facultá-lo ao trabalhador e, a pedido deste, ao órgão representativo dos trabalhadores na empresa ou sindicato respectivo.

Cláusula 12.ª

(Inspecções médicas)

1 — Pelo menos uma vez por ano as empresas assegurarão obrigatoriamente a inspecção médica dos trabalhadores ao seu serviço, a fim de se verificar se o seu trabalho é feito sem prejuízo da saúde; igual inspecção terá lugar no caso de cessação do contrato, se o trabalhador o solicitar.

2 — Aos trabalhadores com menos de 18 e 50 ou mais anos, serão efectuados exames médicos semestrais.

3 — Os resultados das inspecções referidas no número anterior serão registados e assinados pelo médico em ficha própria.

4 — As empresas devem facultar o resultado das inspecções médicas aos trabalhadores e ao sindicato respectivo, quando este o solicitar e o trabalhador não se opuser.

5 — Sempre que o trabalhador mude de empresa, e quando tal for solicitado, deverão ser fornecidos aos serviços médicos da firma para onde vai trabalhar os elementos constantes da sua ficha médica.

Cláusula 13.ª

(Serviço efectivo)

1 — Salvo os casos previstos na lei e neste contrato e sem prejuízo do disposto no n.º 2 desta cláusula, não se considera para efeitos de promoção o tempo correspondente a:

- a) Faltas injustificadas;
- b) O período de suspensão do trabalho por tempo superior a 2 meses, excepto quando essa suspensão seja resultante de doença profissional, caso em que o período a considerar será de 6 meses.

2 — Os trabalhadores cuja promoção, por efeito do disposto na alínea b) do número anterior, se não processe normalmente, nos termos estabelecidos no presente contrato, poderão requerer exame profissional, com vista àquela promoção, a não ser que aquela suspensão do trabalho resulte de qualquer situação ilegítima devidamente comprovada em processo disciplinar.

Cláusula 14.ª

(Aprendizagem)

1 — São admitidos como aprendizes os jovens dos 14 aos 17 anos que ingressem em profissão onde, nos termos deste contrato, seja admitida aprendizagem.

2 — As empresas deverão promover, isoladamente ou em comum, a criação e funcionamento de centros de aprendizagem.

3 — Quando não funcionem os centros referidos no número anterior, as empresas obrigam-se a designar um ou mais responsáveis pela aprendizagem, incumbidos de orientar e acompanhar a preparação profissional dos aprendizes e a sua conduta no local de trabalho.

4 — As empresas darão conhecimento aos sindicatos interessados, em Outubro de cada ano, dos programas de aprendizagem e respectivos responsáveis.

5 — Os responsáveis pela aprendizagem deverão ser trabalhadores de reconhecida competência profissional e idoneidade moral.

6 — Não haverá período de aprendizagem para os trabalhadores que sejam admitidos com o curso complementar de aprendizagem ou de formação profissional das escolas de ensino técnico, oficial ou particular equiparado, ou o estágio, devidamente certificado, de um centro de formação profissional acelerada.

7 — Quando, durante o período de aprendizagem na empresa, qualquer aprendiz concluir um dos cursos referidos no número anterior, será obrigatoriamente promovido a praticante.

8 — Não haverá mais de 50 % de aprendizes em relação ao número total de trabalhadores de cada profissão que admita aprendizagem.

9 — O trabalho efectuado pelos aprendizes destina-se à assimilação de conhecimentos teóricos e práticos com vista à sua formação profissional, não podendo ser responsabilizados por eventuais deteriorações que involuntariamente provoquem nos equipamentos ou materiais que manejem, nem ser-lhes exigida contribuição efectiva para a produtividade da empresa.

Cláusula 15.ª

(Duração da aprendizagem)

1 — A duração da aprendizagem não poderá ultrapassar quatro, três, dois e um ano, conforme os aprendizes forem admitidos, respectivamente, com 14, 15, 16 e 17 anos.

2 — O aprendiz que perfaça 18 anos de idade será promovido ao escalão imediatamente superior, logo que tenha permanecido um mínimo de seis meses como aprendiz.

Cláusula 16.ª

(Antiguidade dos aprendizes)

1 — O tempo de aprendizagem dentro da mesma profissão ou profissões afins, independentemente da empresa onde tenha sido prestado, conta-se sempre para efeitos de antiguidade, desde que seja certificado nos termos do número seguinte.

2 — Quando cessar um contrato com um aprendiz, ser-lhe-á passado, obrigatoriamente, um certificado referente ao tempo de aprendizagem que já possui, com indicação da profissão ou profissões em que se verificou.

Cláusula 17.ª

(Promoção de aprendizes)

Ascendem a praticantes os aprendizes que tenham terminado o seu período de aprendizagem.

Cláusula 18.ª

(Prática ou tirocínio)

1 — Não admitem tirocínio as profissões expressamente assinaladas no anexo II.

2 — Nas profissões incluídas nos graus 9 e 10, bem como nas profissões sem aprendizagem incluídas nos graus 6, 7 e 8, os menores serão directamente admitidos como praticantes, desde que a respectiva profissão admita tirocínio.

3 — A idade mínima de admissão dos praticantes é de 14 anos.

4 — São admitidos directamente como praticantes os menores que possuam curso complementar de aprendizagem ou de formação profissional das escolas de ensino técnico, oficial ou particular equiparado, ou o estágio, devidamente certificado, de um centro de formação profissional acelerada.

Cláusula 19.ª

(Duração do tirocínio)

1 — O período máximo de tirocínio dos praticantes será de:

- a) Nas profissões dos graus 6, 7 e 8 — dois anos;
- b) Nas profissões dos graus 9 e 10 — quatro, três, dois e um anos conforme os praticantes tenham sido admitidos com 14, 15, 16 e 17 ou mais anos.

2 — O tempo de tirocínio dentro da mesma profissão ou profissões afins, independentemente da empresa em que tenha sido prestado, conta-se sempre para efeitos de antiguidade, desde que seja certificado nos termos do número seguinte.

3 — Quando cessar um contrato com um praticante, ser-lhe-á passado, obrigatoriamente, um certificado referente ao tempo de tirocínio que já possui, com indicação da profissão ou profissões em que se verificou.

4 — Os praticantes que tenham completado o seu período de tirocínio ascendem ao escalão imediato.

Cláusula 20.ª

(Promoções automáticas)

1 — Os profissionais do 3.º escalão que completem dois anos de permanência na mesma empresa, no exercício da mesma profissão, ascenderão automaticamente ao escalão imediatamente superior, salvo se a entidade patronal comprovar por escrito ao trabalhador a sua inaptidão.

2 — Os profissionais do 2.º escalão que completem quatro anos de permanência na mesma empresa, no exercício da mesma profissão, ascenderão automaticamente ao escalão imediatamente superior, salvo se a entidade patronal comprovar por escrito ao trabalhador a sua inaptidão.

3 — No caso de o trabalhador não aceitar a prova apresentada pela entidade patronal, deverá requerer, no prazo de dez dias úteis subsequentes à apresentação da declaração de inaptidão pela entidade patronal, um exame técnico-profissional, o qual deverá efectuar-se até quinze dias após a constituição do júri de exame.

4 — O exame a que se refere o número anterior destina-se a averiguar da aptidão do trabalhador para o exercício das funções que enquadram a sua profissão, normalmente desempenhadas no seu posto de trabalho, e que será apreciada por um júri composto por 3 elementos, um em representação dos trabalhadores, outro em representação da entidade patronal e um terceiro elemento que mereça a confiança dos restantes elementos do júri. O representante dos trabalhadores será designado pelo delegado sindical (quando exista apenas um) pela comissão sindical ou, na sua falta, pelo sindicato respectivo.

5 — No caso de não ser possível chegar a acordo quanto ao terceiro componente do júri, no prazo de trinta dias a contar da data de apresentação do requerimento do trabalhador, deverá a nomeação do terceiro elemento ser requerida aos serviços de formação profissional do Ministério do Trabalho.

6 — No caso do trabalhador ser aprovado no seu exame, a data da promoção será a que resultar dos prazos previstos nos n.ºs 1 e 2.

7 — O trabalhador reprovado ou que, face à declaração da sua inaptidão pela entidade patronal, não tenha requerido exame técnico-profissional poderá requerer exame decorridos que sejam seis meses após a data de realização do último exame ou da declaração da sua inaptidão, sendo nestes casos a sua promoção contada a partir da data da sua aprovação no exame técnico-profissional.

Cláusula 21.ª

(Emprego de jovens)

As empresas diligenciarão manter ao seu serviço um número de aprendizes, praticantes, tirocinantes, estagiários e paquetes que, no seu conjunto, não seja,

em regra, inferior a 10% do número total dos trabalhadores ao seu serviço.

Cláusula 22.ª

(Trabalhadores deficientes)

As empresas abrangidas pelo presente contrato que necessitem admitir trabalhadores diligenciarão incluir entre os recém-admitidos trabalhadores deficientes, garantindo-lhes, na medida do possível, iguais condições às dos restantes trabalhadores da mesma profissão e escalão.

Cláusula 23.ª

(Regimes especiais)

A carreira profissional dos trabalhadores abrangidos por este contrato fica sujeita às regras especiais constantes das secções seguintes.

SECÇÃO II

Trabalhadores metalúrgicos e metalomecânicos

Cláusula 24.ª

(Quadros de densidades)

1 — Na organização dos quadros de pessoal as empresas deverão observar relativamente aos trabalhadores metalúrgicos e metalomecânicos da mesma profissão e por cada unidade de produção as proporções mínimas constantes do quadro seguinte:

Número de trabalhadores	Escalões			
	1.º	2.º	3.º	Praticantes
1	—	1	—	—
2	1	—	—	1
3	1	—	1	1
4	1	1	1	1
5	1	2	1	1
6	1	2	1	2
7	1	2	2	2
8	2	2	2	2
9	2	3	2	2
10	2	3	3	2

2 — Quando o número de trabalhadores for superior a 10, a respectiva proporção determina-se multiplicando as dezenas desse número pelos elementos da proporção estabelecida para 10, adicionando a cada um dos resultados o correspondente elemento estabelecido para o número de unidades.

3 — As empresas que tenham apenas 1 trabalhador ao seu serviço, que seja o executante predominante da produção da oficina, atribuir-lhe-ão o 1.º escalão.

4 — O pessoal de chefia não será considerado para efeitos das proporções estabelecidas nesta cláusula.

5 — Sem prejuízo do disposto na cláusula 82.ª, todo o trabalhador do 1.º escalão que desempenhe predominantemente funções inerentes a grau imediatamente

superior às exigidas à sua profissão deverá ser reclassificado como trabalhador de qualificação especializada.

6 — As proporções fixadas nesta cláusula podem ser alteradas desde que de tal alteração resulte a promoção dos trabalhadores.

7 — Sempre que, por motivo de saída de trabalhadores, se verifiquem alterações nas proporções a que se refere esta cláusula, deve do facto ser informado o sindicato, obrigando-se a empresa a repor aquelas proporções no prazo máximo de trinta dias, caso a reposição seja feita com pessoal da empresa, ou de quarenta e cinco dias, quando haja lugar a novas admissões.

Cláusula 25.ª

(Admissão de operários não especializados)

A idade mínima de admissão de operários não especializados (serventes metalúrgicos) é de 18 anos.

SECÇÃO III

Trabalhadores de escritório e correlativos

Cláusula 26.ª

(Idades mínimas de admissão)

As idades mínimas de admissão são as seguintes:

- 18 anos para os cobradores e contínuos;
- 14 anos para os paquetes;
- 16 anos para os restantes trabalhadores.

Cláusula 27.ª

(Habilitações mínimas)

1 — As habilitações mínimas exigidas são as seguintes:

- Para os telefonistas, contínuos, paquetes, porteiros e guardas: escolaridade obrigatória;
- Para os contabilistas, operadores mecanográficos, perfuradores-verificadores e operadores de máquinas de contabilidade: os cursos adequados, oficiais ou particulares;
- Para os restantes trabalhadores: o 9.º ano de escolaridade ou equiparado.

2 — As habilitações referidas no número anterior não serão exigidas aos trabalhadores que à data da entrada em vigor do presente contrato já desempenhem as correspondentes profissões.

Cláusula 28.ª

(Estágio)

1 — Os estagiários para a profissão de escriturário, logo que completem dois anos de estágio ou perfaçam 21 anos de idade, serão promovidos a terceiros-escriturários.

2 — Os trabalhadores admitidos pela primeira vez no escritório com idade superior a 21 anos terão um período de estágio de quatro meses.

Cláusula 29.ª

(Promoções e acessos)

1 — Os telefonistas, contínuos, guardas, porteiros e paquetes ascenderão, no mínimo, a dactilógrafos ou estagiários, dentro dos trinta dias posteriores à obtenção das habilitações exigidas na alínea c) do n.º 1 da cláusula 27.ª

2 — Os dactilógrafos que possuam as habilitações mínimas referidas na alínea c) do n.º 1 da cláusula 27.ª, logo que completarem dois anos de permanência na profissão ou 21 anos de idade, ingressarão no quadro dos escriturários, sem prejuízo de continuarem adstritos ao seu serviço próprio.

3 — Os dactilógrafos que, não possuindo as habilitações referidas no número anterior, se encontrem nas condições nele previstas, ingressarão igualmente no quadro de escriturários, salvo se a entidade patronal comprovar por escrito a sua inaptidão; neste caso, o trabalhador pode requerer exame técnico-profissional com vista à sua promoção.

4 — Os paquetes que não estejam abrangidos pelo n.º 1, logo que atinjam 18 anos de idade, serão promovidos a contínuos, porteiros ou guardas.

5 — As promoções dos escriturários regem-se pelas disposições deste contrato e regulamentação de trabalho aplicável.

Cláusula 30.ª

(Proporções mínimas e quadro de densidades)

1 — O número de chefes de serviço e de secção, no seu conjunto, não poderá ser inferior a 10 % do número de trabalhadores de escritório ao serviço da empresa, conforme o quadro seguinte:

Número de trabalhadores de escritório	Número de chefes de serviço ou secção
Até 4	—
5 a 14	1
15 a 24	2
25 a 34	3
35 a 44 e assim sucessivamente	4

2 — Na classificação dos trabalhadores que exerçam funções de escriturários serão observadas as proporções estabelecidas no quadro seguinte:

Número de trabalhadores	Escalações			
	1.ª	2.ª	3.ª	Estagiário
1	—	1	—	—
2	1	—	—	1
3	1	—	1	1
4	1	1	1	1
5	1	2	1	1
6	1	2	1	2
7	1	2	2	2
8	2	2	2	2
9	2	3	2	2
10	2	3	3	2

3 — Quando o número de trabalhadores for superior a 10, a respectiva proporção determina-se multiplicando as dezenas desse número pelos elementos da proporção estabelecida para dez e adicionando a cada um dos resultados o correspondente elemento estabelecido para o número de unidades; o pessoal de chefia não será considerado para efeitos das proporções estabelecidas no número anterior.

4 — As proporções fixadas nesta cláusula podem ser alteradas, desde que de tal alteração resulte a promoção de trabalhadores.

5 — Sem prejuízo do disposto na cláusula 82.ª, todos os escriturários do 1.º escalão que desempenhem predominantemente funções inerentes a grau imediatamente superior às exigidas à sua profissão deverão ser reclassificados como escriturários principais.

SECÇÃO IV

Trabalhadores técnicos de desenho

Cláusula 31.ª

(Acesso)

1 — Os trabalhadores que iniciem a sua carreira com vista ao exercício da profissão de técnico de desenho serão classificados como tirocinantes A ou tirocinantes B, de acordo com o número seguinte.

2 — Os tirocinantes A deverão possuir um curso elementar técnico ou outro oficialmente equivalente; os tirocinantes B deverão frequentar um curso elementar técnico ou outro oficialmente equivalente.

Cláusula 32.ª

(Tirocínio)

1 — Salvo o disposto nas cláusulas seguintes, o período máximo de tirocínio para os tirocinantes A será de dois anos de serviço efectivo, findo o qual serão promovidos à profissão imediatamente superior.

2 — Os tirocinantes B, logo que completarem o curso elementar técnico ou outro oficialmente equivalente, serão promovidos:

- A tirocinantes A do 1.º ano, caso tenham menos de um ano de serviço efectivo, contando-se o tempo já decorrido no 1.º ano;
- A tirocinantes A do 2.º ano, caso tenham mais de um ano de serviço efectivo, iniciando-se nessa data o 2.º ano de tirocinante.

Cláusula 33.ª

(Condições especiais de admissão e acesso)

1 — Os trabalhadores que, para além do curso elementar técnico ou outro oficialmente equiparado, possuam curso de formação profissional ministrado no serviço de formação profissional serão classificados como tirocinantes A do 2.º ano; caso possuam o curso de especialização de desenhador ministrado nas escolas técnicas, serão igualmente classificados como tirocinantes A do 2.º ano, ascendendo, porém, a desenhadores ao fim de seis meses de tirocínio.

2 — Decorridos que sejam três anos de serviço efectivo, os tirocinantes B que não tenham completado o curso elementar técnico ou outro oficialmente equiparado ascenderão a tirocinantes A do 2.º ano, salvo se a entidade patronal comprovar, por escrito, a inaptidão do trabalhador; neste caso, os tirocinantes B ascenderão às profissões de operador heliográfico, arquivista técnico ou especificador de materiais.

3 — No caso de o trabalhador não aceitar a prova apresentada pela empresa de acordo com a parte final do número anterior, terá direito a requerer exame técnico-profissional nos termos das cláusulas ou preceitos aplicáveis.

4 — Os operadores heliográficos, arquivistas técnicos e especificadores de materiais que completem o curso elementar técnico ou outro oficialmente equivalente e tenham dois anos de serviço efectivo nessa profissão ingressarão como tirocinantes A do 2.º ano, havendo vaga no quadro dos técnicos de desenho ou logo que esta ocorra.

SECÇÃO V

Trabalhadores da construção civil

Cláusula 34.ª

(Idades de admissão)

As idades mínimas de admissão dos trabalhadores da construção civil são as seguintes:

- 14 anos para os aprendizes;
- 17 anos para todas as outras profissões que não admitam aprendizagem;
- 18 anos para os serventes.

Cláusula 35.ª

(Quadro de densidade)

1 — Na organização dos quadros de pessoal, as empresas deverão observar, relativamente aos trabalhadores da construção civil da mesma profissão e por cada unidade de produção, as proporções mínimas constantes do quadro seguinte:

Número de trabalhadores	Escalações		
	1.ª	2.ª	Pré-oficiais
1	—	1	—
2	1	—	1
3	1	1	1
4	1	1	2
5	1	2	2
6	1	2	3
7	2	2	3
8	2	2	4
9	2	3	4
10	2	3	5

2 — Consideram-se aqui aplicáveis as regras constantes dos n.ºs 2 e 7 da cláusula 24.ª

3 — Aplica-se aos pré-oficiais o disposto na cláusula 19.ª

SECÇÃO VI

Trabalhadores electricistas

Cláusula 36.ª

(Habilitações mínimas)

Serão classificados como pré-oficiais os trabalhadores electricistas diplomados pelas escolas oficiais portuguesas com o curso industrial de electricista ou de montador electricista, e ainda os diplomados com os cursos de Electricidade da Casa Pia de Lisboa, do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército, de Electricidade da marinha de guerra portuguesa, da Escola da Marinha Portuguesa, de mecânico electricista ou radiomontador da Escola Militar de Electromecânica e com os cursos do Ministério do Trabalho, através do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, salvo se o Regulamento da Carteira Profissional legalmente aprovado estabelecer condições mais favoráveis para o trabalhador.

Cláusula 37.ª

(Promoções e acessos)

1 — A duração da aprendizagem não poderá ultrapassar três e dois anos, conforme os aprendizes forem admitidos, respectivamente com 14 e 15 ou mais anos.

2 — O aprendiz que complete 18 anos será promovido ao escalão superior desde que perfaça um mínimo de seis meses de aprendizagem.

3 — Os ajudantes serão promovidos a pré-oficiais logo que completem dois anos nesse escalão.

4 — Os pré-oficiais, após dois anos de serviço, serão promovidos a oficiais.

5 — Pré-oficial é o trabalhador que, sob a orientação do oficial, executa trabalhos da sua profissão de menor responsabilidade.

6 — Oficial é o trabalhador que executa todos os trabalhos da sua especialidade e assume a responsabilidade dessa execução.

Cláusula 38.ª

(Quadros de densidades)

1 — Na organização dos quadros de pessoal as empresas deverão observar, relativamente aos trabalhadores electricistas ao seu serviço, por cada unidade de produção, as proporções mínimas constantes do quadro seguinte:

Número de trabalhadores	Oficiais	Pré-oficiais	Ajudantes
1	1	—	—
2	1	—	1
3	1	1	1
4	2	1	1
5	3	1	1
6	3	1	2
7	3	2	2
8	4	2	2
9	5	2	2
10	5	3	2

2 — Consideram-se aqui aplicáveis as regras constantes dos n.ºs 2, 4, 6 e 7 da cláusula 24.ª

3 — Considera-se igualmente aplicável aos trabalhadores electricistas o disposto no n.º 8 da cláusula 14.ª deste contrato.

4 — Nas empresas com mais de 3 oficiais electricistas por cada unidade de produção, pelo menos 1 terá de ser classificado como chefe de equipa.

5 — Nas empresas com mais de 5 oficiais electricistas por cada unidade de produção, por cada 5 terá de haver 1 chefe de equipa.

SECÇÃO VII

Trabalhadores do comércio

Cláusula 39.ª

(Promoções e acessos)

1 — Os praticantes de caixeiro, após três anos de permanência na função ou quando atinjam 18 anos de idade, ascenderão a caixeiros-ajudantes, desde que tenham permanecido o mínimo de seis meses como praticantes de caixeiro.

2 — Os caixeiros-ajudantes, após dois anos no desempenho da função, ascenderão a terceiros-caixeiros.

3 — As promoções dos terceiros-caixeiros e segundos-caixeiros regem-se pelas disposições deste contrato e regulamentação de trabalho aplicável.

Cláusula 40.ª

(Dotações mínimas)

Na elaboração dos quadros de pessoal as entidades patronais terão de observar as seguintes dotações mínimas:

1) Trabalhadores de armazém (sector comercial):

Até 10 trabalhadores — 1 fiel de armazém;

De 10 a 15 trabalhadores — 1 encarregado e 1 fiel de armazém;

De 16 a 24 trabalhadores — 1 encarregado e 2 fiéis de armazém;

Com 25 ou mais trabalhadores — 1 encarregado geral, mantendo-se as proporções anteriores quanto a encarregados e fiéis de armazém.

2) Trabalhadores do comércio (caixeiros):

a) É obrigatória a existência de caixeiro-encarregado, ou de chefe de secção, sempre que o número de caixeiros no estabelecimento ou na secção seja igual ou superior a 3;

b) O número de praticantes não poderá ser superior a 25 % do número de caixeiros, fazendo-se o arredondamento para a unidade imediatamente superior;

c) O número de caixeiros-ajudantes não poderá ser superior ao de terceiros-caixeiros;

d) No estabelecimento em que exista apenas um caixeiro, este terá classificação nunca inferior a segundo-caixeiro.

SECÇÃO VIII

Trabalhadores técnicos de serviço social

Cláusula 41.ª

(Condições de admissão)

Serão admitidos como técnicos de serviço social os diplomados por escolas de serviço social oficialmente reconhecidas.

Cláusula 42.ª

(Condições de exercício)

1 — É assegurado aos técnicos de serviço social:

a) A salvaguarda do segredo profissional;

b) A independência técnica;

c) A possibilidade de estabelecer contacto pessoal com os trabalhadores da empresa e hierarquias, sem prejuízo da laboração da empresa.

2 — É vedado às empresas exigir aos técnicos de serviço social o exercício de acção fiscalizadora sobre outros trabalhadores, excepto quando resulte do exercício de funções de chefia relativamente aos trabalhadores sob suas ordens.

SECÇÃO IX

Trabalhadores de construção e reparação naval

Cláusula 43.ª

(Aprendizagem e exames dos carpinteiros e calafates)

1 — O período de aprendizagem para a profissão de carpinteiro será de quatro anos e para a de calafate de dois; no entanto, sempre que os aprendizes se julguem em condições de promoção, poderão requerer exame, nos termos do número seguinte.

2 — O acesso a oficial far-se-á normalmente através de exame, a realizar periodicamente, que será efectuado por um júri formado por um técnico representando a Associação dos Industriais Navais e um representante do sindicato interessado e tendo como presidente, com voto de desempate, um representante do Ministério do Trabalho. A admissão a este exame será efectuada no decurso do mês de Maio.

Cláusula 44.ª

(Idade mínima)

Para o desempenho das funções de doqueiro, beneficiador de caldeiras, pedreiro da indústria naval e operário de limpezas industriais só podem ser admitidos trabalhadores maiores.

SECÇÃO X

Trabalhadores da indústria hoteleira

Cláusula 45.^a

(Condições de admissão)

1 — Os trabalhadores abrangidos por esta secção deverão ter, no acto de admissão, a competente carteira profissional, excepto na hipótese prevista no n.º 3.

2 — De entre os trabalhadores possuidores de carteira profissional terão preferência na admissão os diplomados pela escola hoteleira.

3 — Quem ainda não seja titular de carteira profissional, quando obrigatória para a respectiva profissão, deverá ter no acto de admissão as habilitações mínimas exigidas por lei ou regulamento da carteira profissional.

Cláusula 46.^a

(Título profissional)

1 — O documento comprovativo do grau profissional é a carteira profissional.

2 — Nenhum trabalhador poderá exercer a sua actividade sem estar munido daquele documento, salvo nos casos em que a respectiva profissão o não exija.

Cláusula 47.^a

(Direito à alimentação)

1 — Nos refeitórios, os trabalhadores apenas têm direito às refeições aí servidas ou confeccionadas.

2 — A alimentação será fornecida em espécie e será de qualidade e quantidade iguais às das refeições servidas aos utentes.

3 — As horas destinadas às refeições são fixadas pela entidade patronal dentro dos períodos destinados às refeições do pessoal constante do mapa de horário de trabalho.

4 — Quando os períodos destinados às refeições não estejam incluídos nos períodos de trabalho, deverão estas ser fornecidas nos trinta minutos imediatamente anteriores ou posteriores ao início ou termo dos mesmos períodos de trabalho.

5 — Nenhum trabalhador pode ser obrigado a tomar as suas refeições principais com intervalo inferior a cinco horas.

6 — O pequeno-almoço terá de ser tomado até às 10 horas da manhã.

7 — O trabalhador que, por prescrição médica, necessite de alimentação especial (dieta) terá direito a que lhe seja fornecida confeccionada ou, no caso de manifesta impossibilidade, em géneros.

8 — Para todos os efeitos deste contrato, o valor da alimentação não pode ser deduzido da parte pecuniária da remuneração.

Cláusula 48.^a

(Aprendizagem e prática ou tirocínio)

As profissões enquadradas nas secções de refeitório ou cozinha não admitem aprendizagem nem prática ou tirocínio.

Cláusula 49.^a

(Cozinheiros)

1 — Para a profissão de cozinheiro haverá um período de experiência de sessenta dias.

2 — As empresas deverão observar, relativamente à profissão de cozinheiro, o seguinte quadro de densidades:

Número de trabalhadores	Escalações		
	1. ^a	2. ^a	3. ^a
1	—	—	1
2	—	—	2
3	—	1	2
4	—	1	3
5	—	2	3
6	—	2	4
7	—	3	4
8	1	3	4
9	1	3	5
10	1	3	6

3 — A promoção dos cozinheiros fica dependente de exame técnico-profissional a realizar no organismo competente.

4 — A chefia da cozinha poderá ser exercida por um cozinheiro de 3.^a ou 2.^a

5 — Sempre que exista mais de um cozinheiro, competirá a um deles exercer a chefia prevista no número anterior; havendo só um cozinheiro, este acumulará as duas funções.

Cláusula 50.^a

(Economato ou despensa)

O trabalho desta secção deverá ser dirigido por trabalhador de categoria não inferior a despenseiro.

SECÇÃO XI

Trabalhadores de enfermagem

Cláusula 51.^a

(Condições de admissão)

1 — Só poderão exercer funções de enfermeiro trabalhadores com carteira profissional.

2 — Os actuais auxiliares de enfermagem serão reclassificados em enfermeiros de grau B, passando a enfermeiros de grau A logo que completem o curso de formação previsto no Decreto-Lei n.º 440/74, de 11 de Setembro.

3 — Nas empresas com quatro ou mais enfermeiros no mesmo local de trabalho, um deles será obrigatoriamente classificado como enfermeiro-coordenador.

SECÇÃO XII

Trabalhadores gráficos

Cláusula 52.ª

(Admissão)

1 — No acto de admissão será exigido o título profissional aos trabalhadores gráficos, desde que o exercício da respectiva profissão esteja condicionado, nos termos da lei, à posse daquele título.

2 — Por título profissional entende-se:

- a) Cartão profissional para os menores de 18 anos;
- b) Carteira profissional para os restantes trabalhadores.

3 — A emissão do título profissional é, nos termos da lei, da competência do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos.

Cláusula 53.ª

(Carreira profissional)

A carreira profissional dos trabalhadores gráficos abrangidos por este contrato será a seguinte:

Aprendiz;
Auxiliar;
Estagiário;
Oficial.

Cláusula 54.ª

(Duração da aprendizagem)

1 — O período de aprendizagem é de cinco anos de serviço na profissão, seguidos ou interpolados, quando a admissão se verifique dos 14 aos 18 anos; se a admissão se verificar depois dos 18 anos, o período de aprendizagem é de três anos de serviço na profissão, seguidos ou interpolados.

2 — Os aprendizes admitidos com idade superior a 18 anos auferirão as remunerações dos aprendizes a partir do 3.º ano.

Cláusula 55.ª

(Acesso)

1 — Após completarem os períodos de aprendizagem referidos na cláusula anterior, os trabalhadores serão promovidos a auxiliares.

2 — O trabalhador que tenha completado quatro anos na categoria de auxiliar pode ser promovido a oficial desde que haja vaga no quadro.

3 — O trabalhador que tenha completado quatro anos na categoria de auxiliar e não tenha sido promovido a oficial passa automaticamente a estagiário.

4 — Os estagiários que completem dois anos de serviço serão promovidos a oficiais independentemente de vaga no quadro.

5 — Se, entretanto, durante o período de estágio ocorrer vaga no quadro, pode o trabalhador ser promovido à categoria de oficial.

6 — Os casos não previstos serão resolvidos de acordo com o disposto no Regulamento da Carteira Profissional dos Trabalhadores Gráficos em vigor.

7 — A admissão para a profissão de operadores manuais só é permitida a trabalhadores com mais de 18 anos.

Cláusula 56.ª

(Condições de admissão dos profissionais de fotografia)

Os profissionais classificados como fotógrafos (operador ou impressor) só poderão ser admitidos como oficiais.

Cláusula 57.ª

(Quadro de densidades para os trabalhadores gráficos)

1 — Em todas as profissões é obrigatória a existência de um oficial.

2 — O número de auxiliares e aprendizes é considerado em conjunto, nunca podendo exercer, em cada profissão, o dobro do número de oficiais.

3 — Para efeitos de densidade não são considerados os trabalhadores com funções de chefia (coordenadores).

4 — Em cada máquina de impressão é obrigatória a existência de oficiais:

- a) Uma e ou duas cores — um oficial;
- b) Mais de duas cores — dois oficiais.

Cláusula 58.ª

(Enquadramento)

Os trabalhadores classificados como litógrafos-transportadores (oficial) que, comprovadamente, não estejam aptos a desempenhar a globalidade das tarefas descritas na definição de funções inserta no anexo III deste contrato terão a remuneração mínima correspondente ao grau 8.

SECÇÃO XIII

Trabalhadores do ensino

Cláusula 59.ª

(Habilitações mínimas)

1 — As habilitações mínimas exigidas são as seguintes:

- a) Para educadoras de infância e auxiliares de educação, os respectivos cursos de formação profissional;
- b) Para vigilantes, a escolaridade obrigatória.

2 — As habilitações referidas no número anterior não são exigidas aos trabalhadores que, à data de entrada em vigor deste contrato, já desempenhem as correspondentes funções.

Cláusula 60.ª

(Idades de admissão)

A idade mínima das vigilantes é de 18 anos.

Cláusula 61.ª

(Direito à alimentação)

Os trabalhadores que acompanhem as refeições das crianças, com vista a manter a relação pedagógica estabelecida ao longo do dia de actividade do infantiário, creche ou jardim infantil, terão direito à alimentação gratuita.

Cláusula 62.ª

(Formação profissional)

As empresas deverão facultar aos trabalhadores abrangidos por esta secção a frequência de cursos oficiais de formação profissional, sem prejuízo do funcionamento normal da creche, jardim infantil ou infantiário.

SECÇÃO XIV

Trabalhadores fogueiros

Cláusula 63.ª

(Regulamento profissional)

As empresas não poderão admitir ou manter ao seu serviço fogueiros que não estejam nas condições do regulamento profissional aprovado pelo Decreto-Lei n.º 46 989, de 30 de Abril de 1966.

SECÇÃO XV

Trabalhadores técnicos de vendas

Cláusula 64.ª

(Condições de admissão)

1 — De futuro só poderão ser admitidos na profissão os indivíduos de ambos os sexos com mais de 18 anos e tendo como habilitações mínimas o curso geral do comércio, o 9.º ano de escolaridade ou qualquer outro curso equivalente.

2 — As condições acima referidas não serão exigidas aos profissionais que à data da entrada em vigor do presente contrato desempenhem ou tenham desempenhado essas funções.

CAPÍTULO III

Direitos e deveres das partes

SECÇÃO I

Disposições gerais

Cláusula 65.ª

(Deveres dos trabalhadores)

São deveres dos trabalhadores:

- a) Cumprir as cláusulas do presente contrato;
- b) Exercer, de harmonia com as suas aptidões e profissões, as funções que lhes forem confiadas;

- c) Respeitar e fazer-se respeitar por todos aqueles com quem profissionalmente tenham de privar;
- d) Zelar pela boa conservação e utilização da ferramenta e material que lhes estejam confiados;
- e) Cumprir e fazer cumprir as normas de salubridade, higiene e segurança no trabalho;
- f) Comparecer com assiduidade e pontualidade ao serviço e prestá-lo com zelo e diligência, segundo as instruções recebidas;
- g) Não negociar por conta própria ou alheia em concorrência com a empresa, nem divulgar informações respeitantes à propriedade industrial, métodos de fabrico e segredos comerciais;
- h) Cumprir regulamentos internos da empresa, uma vez aprovados pelo Ministério do Trabalho, nos termos da lei, mediante parecer prévio da comissão sindical, comissão intersindical ou, na falta destes, do sindicato representativo da maioria dos trabalhadores.

Cláusula 66.ª

(Deveres das entidades patronais)

São deveres das entidades patronais:

- a) Cumprir as cláusulas do presente contrato;
- b) Instalar os trabalhadores em boas condições de higiene e segurança, de acordo com as normas aplicáveis;
- c) Não encarregar os trabalhadores de serviços não compreendidos na sua profissão, salvo o disposto na cláusula 80.ª;
- d) Dispensar os trabalhadores com funções em instituições de previdência, ou outras de carácter social, para o exercício normal dos seus cargos, sem que daí lhes possam advir quaisquer prejuízos, nos termos da lei e deste contrato;
- e) Prestar aos sindicatos que representem trabalhadores da empresa todos os esclarecimentos que lhes sejam solicitados relativos às relações de trabalho na empresa;
- f) Tratar com correcção os profissionais sob as suas ordens e exigir idêntico procedimento do pessoal investido em funções de chefia; qualquer observação ou admoestação terá de ser feita em particular e por forma a não ferir a dignidade dos trabalhadores;
- g) Nomear para os lugares de chefia trabalhadores de comprovado valor profissional e humano, ouvida a comissão de trabalhadores;
- h) Facultar ao trabalhador a consulta do seu processo individual, sempre que este o solicite;
- i) Zelar por que o pessoal ao seu serviço não seja privado dos meios didácticos, internos ou externos, destinados a melhorarem a própria formação e actualização profissional.

Cláusula 67.ª

(Refeitórios)

1 — As empresas devem pôr à disposição dos trabalhadores uma ou mais salas destinadas a refeitório, confortáveis, arejadas e asseadas, com mesas e cadei-

ras suficientes, não comunicando directamente com locais de trabalho, instalações sanitárias ou locais insalubres, onde os trabalhadores possam tomar as suas refeições.

2 — Nos refeitórios devem existir instalações para confecção e aquecimento dos alimentos.

Cláusula 68.ª

(Complemento de seguro contra acidentes de trabalho)

1 — As empresas deverão segurar os trabalhadores ao seu serviço contra acidentes de trabalho, nos termos da lei.

2 — As empresas deverão estudar um sistema complementar do seguro previsto no número anterior de modo a obviarem aos prejuízos sofridos pelos trabalhadores acidentados.

3 — As empresas que 120 dias após a entrada em vigor do presente contrato não disponham de um sistema complementar de seguro por acidentes de trabalho como previsto nesta cláusula pagarão aos trabalhadores com incapacidade temporária resultante de acidentes de trabalho superior a dez dias seguidos uma percentagem da diferença entre a indemnização paga pelo seguro e a remuneração certa líquida auferida pelo trabalhador à data do acidente, nas seguintes proporções:

- a) Nos primeiros 30 dias — 25 %;
- b) De 31 a 60 dias — 50 %;
- c) De 61 a 90 dias — 75 %;
- d) Mais de 90 dias — 100 %.

4 — A soma da indemnização paga pela companhia de seguros com o complemento pago pela empresa não pode de modo algum ultrapassar a remuneração certa líquida mensal que o trabalhador auferia à data do acidente.

5 — Esta cláusula só se aplicará aos acidentes ocorridos 120 dias após a entrada em vigor do presente contrato.

Cláusula 69.ª

(Garantias dos trabalhadores)

É proibido às empresas:

- a) Opor-se, por qualquer forma, a que o trabalhador exerça os seus direitos, bem como despedi-lo ou aplicar-lhe sanções por causa desse exercício;
- b) Diminuir a retribuição do trabalhador por qualquer forma, directa ou indirecta, salvo nos casos previstos na cláusula 98.ª;
- c) Baixar a profissão ou escalão do trabalhador, salvo nos casos previstos neste contrato;
- d) Transferir o trabalhador para outro local de trabalho, salvo o disposto na cláusula seguinte;
- e) Obrigar o trabalhador a adquirir bens ou a utilizar serviços fornecidos pela empresa ou por pessoas por ela indicadas;

- f) Explorar com fins lucrativos quaisquer cantinas, refeitórios, economatos ou outros estabelecimentos directamente relacionados com o trabalho para o fornecimento de bens ou prestação de serviços aos trabalhadores;
- g) Despedir e readmitir o trabalhador, mesmo com o seu acordo, havendo o propósito de o prejudicar ou de diminuir direitos ou garantias decorrentes da antiguidade;
- h) Exercer pressão sobre o trabalhador para que actue no sentido de influir desfavoravelmente nas condições de trabalho dele ou dos seus companheiros;
- i) Mudar o trabalhador de secção ou sector, ainda que seja para exercer as mesmas funções, sem o seu prévio consentimento sempre que tal mudança implique condições de trabalho mais desfavoráveis;
- j) Impedir aos trabalhadores o acesso ao serviço social da empresa, sem prejuízo da normal laboração desta e sem que se torne necessária a comunicação do assunto a tratar.

Cláusula 70.ª

(Transferência do local de trabalho)

1 — Entende-se por transferência a mudança do local de trabalho com carácter de permanência, estabilidade e definitividade.

2 — É vedado às entidades patronais transferir os trabalhadores para outro local de trabalho, salvo acordo escrito dos interessados.

3 — Em caso de mudança total do estabelecimento, os trabalhadores poderão, contudo, salvo acordo em contrário, ser transferidos, desde que essa transferência não lhes cause prejuízo sério.

4 — Em caso de transferência do local de trabalho, a título definitivo, a entidade patronal custeará não só as despesas de transporte do trabalhador e agregado familiar, mobiliário e outros bens, como suportará o aumento do custo de vida resultante da mudança.

5 — Se a transferência do local de trabalho não envolver mudança de residência do trabalhador, a entidade patronal deverá custear o acréscimo de despesas de transporte e remunerar a diferença de tempo gasto no trajeto.

6 — Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 e 3, o trabalhador, em caso de transferência do local de trabalho, a título provisório, considera-se em regime de deslocação.

SECÇÃO II

Exercício da actividade sindical na empresa

Cláusula 71.ª

(Direito à actividade sindical na empresa)

1 — Os trabalhadores e os sindicatos têm direito a desenvolver actividade sindical na empresa, nomeada-

mente através de delegados sindicais, comissões sindicais e comissões intersindicais de empresa.

2 — Os delegados sindicais são eleitos e destituídos nos termos dos estatutos dos respectivos sindicatos.

3 — Entende-se por comissão sindical de empresa a organização dos delegados do mesmo sindicato na empresa ou unidade de produção.

4 — Entende-se por comissão intersindical de empresa a organização dos delegados de diversos sindicatos na empresa ou unidade de produção.

5 — Os delegados sindicais têm o direito de afixar no interior da empresa, em local apropriado, para o efeito reservado pela entidade patronal, textos, convocatórias, comunicações ou informações relativos à vida sindical e aos interesses sócio-profissionais dos trabalhadores, bem como proceder à sua distribuição, mas sem prejuízo, em qualquer dos casos, da laboração normal da empresa.

6 — Os dirigentes sindicais ou seus representantes devidamente credenciados podem ter acesso às instalações da empresa desde que seja dado prévio conhecimento à entidade patronal, ou seu representante, do dia, hora e assunto a tratar.

Cláusula 72.^a

(Número de delegados sindicais)

1 — O número máximo de delegados sindicais a quem são atribuídos os direitos referidos na cláusula 75.^a é o seguinte:

- a) Empresas com menos de 50 trabalhadores sindicalizados — 1;
- b) Empresas com 50 a 99 trabalhadores sindicalizados — 2;
- c) Empresas com 100 a 199 trabalhadores sindicalizados — 3;
- d) Empresas com 200 a 499 trabalhadores sindicalizados — 4;
- e) Empresas com 500 ou mais trabalhadores sindicalizados — o número de delegados resultante da fórmula $6 + \frac{n-500}{200}$, representando n o número de trabalhadores.

2 — O disposto no número anterior é aplicável por sindicatos, desde que estes representem na empresa mais de 10 trabalhadores sindicalizados.

3 — Nas empresas a que se refere a alínea a) do n.º 1, seja qual for o número de trabalhadores sindicalizados ao serviço, haverá sempre um delegado sindical com direito ao crédito de horas previsto na cláusula 75.^a

Cláusula 73.^a

(Direito de reunião nas instalações da empresa)

1 — Os trabalhadores podem reunir-se nos locais de trabalho fora do horário normal, mediante convocação de um terço ou de 50 dos trabalhadores da

respectiva unidade de produção ou da comissão sindical ou intersindical.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, os trabalhadores têm direito a reunir durante o horário normal de trabalho até ao limite de quinze horas em cada ano.

3 — As reuniões referidas nos números anteriores não podem prejudicar a normalidade da laboração, no caso de trabalho por turnos ou de trabalho extraordinário.

4 — Os promotores das reuniões referidas nos números anteriores são obrigados a comunicar à entidade patronal ou a quem a represente, com a antecedência mínima de um dia, a data e hora em que pretendem que elas se efectuem, devendo afixar no local reservado para esse efeito a respectiva convocatória, a menos que, pela urgência dos acontecimentos, não seja possível efectuar tal comunicação com a referida antecedência.

5 — Os dirigentes das organizações sindicais representativas dos trabalhadores da empresa podem participar nas reuniões, mediante comunicação dirigida à empresa com a antecedência mínima de seis horas.

6 — Para as reuniões previstas nesta cláusula, a entidade patronal cederá as instalações convenientes.

Cláusula 74.^a

(Cedência das instalações)

1 — Nas empresas ou unidades de produção com 100 ou mais trabalhadores, a entidade patronal é obrigada a pôr à disposição dos delegados sindicais, desde que estes o requeiram, a título permanente, um local situado no interior da empresa ou na sua proximidade que seja apropriado ao exercício das suas funções.

2 — Nas empresas ou unidades de produção com menos de 100 trabalhadores, a entidade patronal é obrigada a pôr à disposição dos delegados sindicais, sempre que estes o requeiram, um local apropriado para o exercício das suas funções.

Cláusula 75.^a

(Tempo para o exercício das funções sindicais)

1 — Cada delegado sindical dispõe, para o exercício das suas funções, de um crédito de horas não inferior a oito por mês, quer se trate ou não de delegado que faça parte da comissão intersindical.

2 — O crédito de horas estabelecido no número anterior será acrescido de uma hora por mês, em relação a cada delegado, no caso de empresas integradas num grupo económico ou em várias unidades de produção e caso esteja organizada a comissão sindical das empresas do grupo ou daquelas unidades.

3 — O crédito de horas estabelecido nos números anteriores respeita ao período normal de trabalho e conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efetivo.

4 — Os delegados, sempre que pretendam exercer o direito previsto nesta cláusula, deverão comunicá-lo à entidade patronal ou aos seus responsáveis directos com a antecedência, sempre que possível, de quatro horas.

Cláusula 76.ª

(Quotização sindical)

1 — Os sistemas de cobrança de quotas sindicais resultarão de acordo entre as entidades patronais e os delegados sindicais, a comissão sindical ou intersindical ou, na falta daqueles, com o sindicato respectivo e mediante declaração expressa nesse sentido dos trabalhadores indicando o respectivo sindicato.

2 — No caso de ser firmado o acordo referido no número anterior, as empresas obrigam-se a fazer chegar aos respectivos sindicatos, até ao dia 15 do mês seguinte àquele a que respeita o produto das quotizações pela forma que considerarem mais adequada (numerário, cheque ou vale de correio).

3 — O acordo referido no n.º 1 não prejudica a prática de cobrança e envio da quotização existente na empresa e perdurará pelo prazo que as partes tenham ajustado.

CAPÍTULO IV

Prestação de trabalho

Cláusula 77.ª

(Período normal de trabalho)

1 — O período normal de trabalho diário terá a duração máxima de nove horas.

2 — Sem prejuízo dos horários de menor duração que estejam já a ser praticados, o período normal de trabalho semanal será de 45 horas, distribuídas de segunda-feira a sexta-feira.

3 — A distribuição do horário poderá fazer-se de outra forma, para além dos casos de laboração contínua, desde que a entidade patronal justifique por escrito a sua necessidade e mediante acordo da comissão de trabalhadores ou, na sua falta, da comissão sindical ou intersindical ou sindicatos interessados.

4 — A aceitação ou recusa por parte dos órgãos representativos dos trabalhadores deverá ser justificada por escrito.

5 — O período normal de trabalho será interrompido por um intervalo em regra não inferior a uma hora nem superior a duas, entre as 12 e as 15 horas.

Cláusula 78.ª

(Fixação do horário de trabalho)

1 — Compete às entidades patronais estabelecer os horários de trabalho dentro dos condicionalismos da lei e do presente contrato e de acordo com os trabalhadores ou com os respectivos órgãos representativos na empresa.

2 — A aceitação ou recusa por parte dos órgãos representativos dos trabalhadores deverá ser justificada por escrito.

3 — As empresas cuja organização de trabalho, produção e condições económico-financeiras o permitam, deverão estudar a adopção progressiva do regime de horário de trabalho com duração inferior à prevista no n.º 2 da cláusula anterior.

4 — Salvo os casos previstos na cláusula seguinte, o cumprimento do horário de trabalho será obrigatório para todos os trabalhadores, devendo as entidades patronais providenciar no sentido de que o controle do seu cumprimento seja uniforme para todos os que prestem serviço no mesmo estabelecimento.

Cláusula 79.ª

(Isenção de horário de trabalho)

1 — Poderão ser isentos de horário de trabalho, mediante requerimento das entidades patronais, os trabalhadores que exerçam cargos de direcção (chefe de secção ou superior) e os vendedores, desde que os interesses objectivos da empresa o exijam.

2 — Poderão igualmente ser isentos de horário de trabalho outros trabalhadores com funções de chefia, desde que o solicitem por escrito à entidade patronal, devendo esse pedido ser acompanhado do parecer favorável do respectivo sindicato.

3 — Os profissionais isentos de horário de trabalho têm direito a um suplemento adicional à sua remuneração, que não será inferior à remuneração correspondente a duas horas de trabalho normal por dia.

4 — Os requerimentos de isenção de horário de trabalho dirigidos ao Ministério do Trabalho serão acompanhados da declaração de concordância dos trabalhadores ou do pedido previsto no n.º 2, bem como do parecer dos respectivos sindicatos e demais documentos necessários para comprovar os factos alegados.

Cláusula 80.ª

(Serviços temporários)

1 — A entidade patronal pode encarregar temporariamente o trabalhador, mediante acordo deste e até ao limite de noventa dias por ano, seguidos ou interpolados, de serviços não compreendidos na sua profissão, desde que não implique diminuição na retribuição nem modificação substancial da sua posição.

2 — O acordo do trabalhador será dispensável nos casos furtivos ou imprevisíveis que possam ocasionar prejuízos sérios que envolvam risco grave para a empresa e enquanto tais circunstâncias perdurarem, salvo se o contrário resultar do contrato individual de trabalho, devendo em qualquer caso consultarem-se os órgãos representativos dos trabalhadores na empresa.

3 — Quando aos serviços temporariamente desempenhados, nos termos dos números anteriores, corresponder um tratamento mais favorável, o trabalhador terá direito a esse tratamento.

Cláusula 81.^a

(Substituição dos trabalhadores da mesma profissão)

Sempre que um trabalhador substitua integralmente outro da mesma profissão, mas de escalão superior, terá direito ao respectivo grau de remuneração, durante o tempo efectivo da substituição.

Cláusula 82.^a

(Execução de funções de diversas profissões)

1 — O trabalhador que execute funções de diversas profissões tem direito a receber a retribuição mais elevada.

2 — Sempre que o trabalhador execute funções de profissão a que corresponda retribuição superior, adquira, para todos os efeitos, ao fim de três meses consecutivos ou cinco intercalados, a nova profissão e respectiva retribuição, sem prejuízo do recebimento desta retribuição durante os períodos referidos.

3 — Exceptuam-se do disposto no número anterior as profissões de chefia em relação às quais o trabalhador adquira tão-somente o direito à retribuição mais elevada, a menos que o seu exercício se prolongue por mais de um ano, caso em que o trabalhador adquirirá igualmente a nova profissão.

4 — Nos casos de substituição previstos no número anterior, o substituto adquire o direito de ocupar a vaga do substituído, caso esta venha a ocorrer durante o período de substituição, desde que o trabalhador esteja no exercício do cargo há pelo menos seis meses.

5 — Os tempos de trabalho intercalados a que se refere o n.º 2 contam-se por períodos de um ano a partir da data do seu início.

6 — O disposto nos números anteriores não prejudica o regime de promoções previsto neste contrato.

Cláusula 83.^a

(Contratos a prazo)

1 — A contratação a prazo reporta-se sempre a situações de carácter excepcional e não poderá ser utilizada pelas entidades patronais como meio de frus-

trar a aplicação das garantias ligadas ao contrato sem prazo, designadamente a estabilidade ou relação contratual.

2 — A estipulação do prazo será nula se tiver por fim iludir as disposições que regulam o contrato sem prazo.

3 — Só é permitida a celebração do contrato a prazo desde que este seja certo.

4 — Só poderão celebrar-se contratos a prazo por prazos inferiores a seis meses desde que se verifique a natureza transitória do trabalho a prestar, designadamente quando se trate de um serviço determinado ou de uma obra correctamente definida.

5 — Os trabalhadores contratados a prazo terão as mesmas regalias dos trabalhadores efectivos, salvo se outras mais favoráveis forem acordadas, e terão prioridade em caso de admissão em regime de contrato sem prazo.

6 — O contrato de trabalho a prazo está sujeito a forma escrita e conterà obrigatoriamente as seguintes indicações: identificação dos contraentes, profissão e remuneração do trabalhador, local da prestação do trabalho, data do início e prazo do contrato; quando o prazo for inferior a seis meses deverá constar igualmente a indicação, tão precisa quanto possível, do serviço ou da obra a que a prestação do trabalho se destina.

7 — A inobservância da forma escrita e a falta da indicação do prazo certo transformam o contrato em contrato sem prazo; na falta ou insuficiência da justificação a que se refere a parte final do número anterior, o contrato considera-se celebrado pelo prazo de seis meses.

8 — Os trabalhadores contratados por prazos inferiores a um ano têm direito a um período de férias equivalente a dois dias e meio por cada mês completo de serviço.

Cláusula 84.^a

(Trabalho extraordinário)

1 — Considera-se trabalho extraordinário o prestado fora do período normal de trabalho.

2 — Nenhum trabalhador pode ser obrigado a prestar trabalho extraordinário, desde que invoque motivos atendíveis.

3 — Em caso de prestação de trabalho extraordinário por período não inferior a duas horas, haverá uma interrupção de quinze minutos entre o período normal e o período extraordinário de trabalho, a qual será sempre paga pela entidade patronal.

4 — Não é permitida a prestação de trabalho extraordinário aos trabalhadores em regime de turnos, salvo na iminência de prejuízos graves para a empresa e mediante acordo dos trabalhadores.

Cláusula 85.^a

(Limites de trabalho extraordinário)

1 — Salvo os casos previstos no número seguinte, nenhum trabalhador poderá realizar mais de cento e vinte horas de trabalho extraordinário por ano.

2 — Quando, na iminência de prejuízos graves para a empresa, devidamente comprovados à CT ou, na sua falta, à comissão sindical ou intersindical ou ao sindicato respectivo, se tornar necessária a prestação de trabalho extraordinário para além do limite previsto no número anterior, este será remunerado nos termos do n.º 4 da cláusula 95.^a

Cláusula 86.^a

(Trabalho nocturno)

1 — Considera-se nocturno o trabalho prestado no período que decorre entre as 20 horas de um dia e

as 7 horas do dia seguinte, o qual só será autorizado, para além dos casos de laboração em regime de turnos, quando a entidade patronal comprovar a sua necessidade, ouvido o órgão representativo dos trabalhadores.

2 — Considera-se também como nocturno, até ao limite de duas horas diárias, o trabalho extraordinário prestado depois das 7 horas, desde que em prolongamento de um período normal de trabalho predominantemente nocturno.

3 — A retribuição do trabalho nocturno será superior em 25 % à retribuição a que dá direito o trabalho equivalente prestado durante o dia, devendo aquela percentagem acrescer a outras prestações complementares eventualmente devidas, com excepção das respeitantes ao regime de turnos.

Cláusula 87.^a

(Regime de turnos)

1 — Apenas é considerado trabalho em regime de turnos o prestado em turnos de rotação contínua ou descontínua, em que o trabalhador está sujeito às correspondentes variações de horário de trabalho.

2 — O trabalho em regime de turnos só é autorizado desde que a entidade patronal comprove devidamente a sua necessidade, ouvida a comissão de trabalhadores ou, na sua falta, a comissão sindical ou intersindical, ou os sindicatos interessados, devendo o respectivo parecer acompanhar o pedido de aprovação ao Ministério do Trabalho.

3 — Em caso de prestação de trabalho em regime de turnos deverá observar-se, em regra, o seguinte:

a) Em regime de 2 turnos, o período normal de trabalho semanal é de 45 horas, distribuídas de segunda-feira a sexta-feira;

b) Em regime de 3 turnos, o período normal de trabalho poderá ser distribuído por 6 dias, de segunda-feira a sábado, sem prejuízo de horários de menor duração que já estejam a ser praticados e tendo em conta que o turno predominantemente nocturno não poderá exceder 40 horas semanais e os restantes turnos 45 horas semanais; em regra, e salvo acordo em contrário com a comissão de trabalhadores ou, na sua falta, com a comissão sindical ou intersindical, ou com o sindicato respectivo, as horas do turno predominantemente nocturno serão distribuídas de segunda-feira a sexta-feira.

4 — A distribuição do período normal de trabalho semanal poderá fazer-se de outra forma, desde que a entidade patronal justifique, por escrito, a sua necessidade, ouvida a comissão de trabalhadores ou, na sua falta, a comissão sindical ou intersindical, ou os sindicatos interessados, devendo o respectivo parecer acompanhar o pedido de aprovação ao Ministério do Trabalho.

5 — A prestação de trabalho em regime de turnos confere aos trabalhadores o direito a um complemento de retribuição no montante de:

a) 15 % da retribuição de base efectiva, no caso de prestação de trabalho em regime de 2 turnos, de que apenas 1 seja total ou parcialmente nocturno;

b) 25 % da retribuição de base efectiva, no caso de prestação de trabalho em regime de 3 turnos, ou de 2 turnos total ou parcialmente nocturnos.

6 — O acréscimo de retribuição previsto no número anterior inclui a retribuição especial do trabalho como nocturno.

7 — Os acréscimos de retribuição previstos no n.º 5 integram para todos os efeitos a retribuição dos trabalhadores, mas não são devidos quando deixar de se verificar a prestação de trabalho em regime de turnos.

8 — Nos regimes de 3 turnos haverá um período diário de 30 minutos para refeição nas empresas que disponham de refeitório ou cantina onde as refeições possam ser servidas naquele período, e de 45 minutos quando não disponham desses serviços; este tempo será considerado para todos os efeitos como tempo de serviço.

9 — Os trabalhadores que completem 50 anos de idade ou 20 anos de serviço neste regime têm o direito de mudar de turno ou passar ao horário normal, devendo a empresa assegurar tal mudança ou passagem nos sessenta dias imediatos à comunicação do trabalhador, até ao limite anual de 10 % do total dos trabalhadores integrados no respectivo turno.

10 — Qualquer trabalhador que comprove através de atestado médico a impossibilidade de continuar a trabalhar em regime de turnos passará imediatamente ao horário normal; as empresas reservam-se o direito

de mandar preceder a exame médico, sendo facultado ao trabalhador o acesso ao resultado deste exame e aos respectivos elementos de diagnóstico.

11 — Considera-se que se mantém a prestação de trabalho em regime de turnos durante as férias e durante qualquer suspensão da prestação de trabalho ou do contrato de trabalho, sempre que esse regime se verifique, até ao momento imediatamente anterior ao das suspensões referidas.

12 — Na organização dos turnos deverão ser tomados em conta, na medida do possível, os interesses dos trabalhadores.

13 — São permitidas as trocas de turno entre os trabalhadores da mesma profissão e escalão, desde que previamente acordadas entre os trabalhadores interessados e a entidade patronal.

14 — Os trabalhadores só poderão mudar de turno após o período de descanso semanal.

15 — Salvo casos imprevisíveis ou de força maior, devidamente comprovados à CT, ou, na sua falta, à comissão sindical ou intersindical, ou ao sindicato respectivo, a entidade patronal obriga-se a fixar a escala de turnos pelo menos com 1 mês de antecedência.

16 — Nenhum trabalhador pode ser obrigado a prestar trabalho em regime de turnos sem ter dado o seu acordo por forma expressa.

Cláusula 88.ª

(Redução do horário para trabalhadores a frequentar cursos de formação e valorização profissional)

1 — Os trabalhadores que frequentem com aproveitamento ou assiduidade cursos ou estágios de valorização, formação ou aperfeiçoamento profissional, oficiais ou particulares, terão direito a reduzir até 2 horas o seu horário normal, nos dias em que tenham aulas, sem prejuízo da sua remuneração.

2 — Nos casos previstos no número anterior, os trabalhadores terão sempre direito a uma redução nunca inferior a 1 hora diária.

3 — A entidade patronal, quando o entender, solicitará informações acerca do aproveitamento e assiduidade dos trabalhadores referidos no n.º 1.

4 — Os trabalhadores têm direito à remuneração por inteiro do tempo necessário para a realização de provas de exame.

5 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, os trabalhadores terão direito a um crédito anual de 5 dias, sem perda de remuneração, que poderão utilizar seguida ou interpoladamente por altura dos respectivos exames finais, seja qual for a época em que eles se realizem.

6 — Aos trabalhadores que frequentem cursos nas condições da presente cláusula não pode ser atribuído horário por turnos, excepto se tiverem dado o seu acordo por escrito.

7 — Se o trabalhador não obtiver aproveitamento em pelo menos metade das disciplinas em que se matriculou, perderá o direito, no ano imediato, às regalias consignadas nesta cláusula, salvo se tal situação resultar de facto que não lhe seja imputável ou do condicionalismo previsto no número anterior.

8 — Exceptuam-se do disposto nesta cláusula os cursos de objecto meramente lúdico ou recreativo que nada tenham a ver com a aptidão do trabalhador para desempenhar a respectiva profissão.

Cláusula 89.ª

(Trabalhadores estrangeiros)

Na ocupação de trabalhadores estrangeiros será obrigatoriamente observada a igualdade de tratamento, em particular no tocante à retribuição e outros benefícios económicos, relativamente a trabalhadores portugueses que, na empresa, tenham categoria e funções idênticas.

CAPÍTULO V

Remunerações mínimas

Cláusula 90.ª

(Remunerações mínimas do trabalho)

As remunerações certas mínimas mensais dos trabalhadores abrangidos por este contrato são as constantes do anexo I.

Cláusula 91.ª

(Princípio geral)

Aos trabalhadores abrangidos pelo presente contrato será assegurada uma retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, em observância do princípio constitucional de que a trabalho igual salário igual, sem distinção de idade, sexo, raça, religião ou ideologia.

Cláusula 92.ª

(Forma de pagamento)

1 — A retribuição será paga por períodos certos e iguais correspondentes ao mês.

2 — A fórmula para cálculo da remuneração/hora é a seguinte:

$$RH = \frac{RM \times 12}{52 \times HS}$$

sendo:

RM — Retribuição mensal;
HS — Horário semanal.

Cláusula 93.^a

(Desconto das horas de falta)

1 — A empresa tem direito a descontar na retribuição do trabalhador a quantia referente às boras de serviço correspondentes às ausências, salvo nos casos expressamente previstos neste contrato.

2 — As horas de falta não remuneradas serão descontadas na remuneração mensal na base da remuneração/bora calculada nos termos da cláusula anterior, excepto se as boras de falta no decurso do mês forem em número superior à média mensal das horas de trabalho, caso em que a remuneração mensal será a correspondente às horas de trabalho efectivamente prestadas.

3 — A média mensal das horas de trabalho obtém-se pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{Hs \times 52}{12}$$

sendo *Hs* o número de boras correspondentes ao período normal de trabalho semanal.

4 — Em nenhum caso poderão ser descontados pela entidade patronal períodos correspondentes a dias de descanso semanal definidos nos termos deste contrato.

Cláusula 94.^a

(Condições especiais de retribuição)

1 — Nenhum trabalhador com funções de chefia poderá receber uma retribuição inferior à efectivamente auferida pelo profissional mais remunerado sob sua orientação, acrescida de 5 % sobre esta última remuneração, não podendo este acréscimo ser inferior a 1500\$.

2 — Os caixas, cobradores e controladores-caixa (hotelaria) têm direito a um subsídio mensal para falhas no valor de 6,5 % da média aritmética resultante da soma das tabelas I e II.

3 — Para o pagamento de remunerações e abonos de família deverão ser destacados trabalhadores de escritório com classificação profissional nunca inferior a terceiro-escriturário.

4 — Os trabalhadores que procedam aos pagamentos referidos no número anterior terão direito às seguintes gratificações mensais:

Montante global manuseado até 1 000 000\$ — subsídio de 4,5 %.

Montante global manuseado superior a 1 000 000\$ — subsídio de 6,5 %.

O subsídio será calculado com base na média aritmética a que se refere o n.º 2 desta cláusula.

5 — O subsídio previsto no n.º 2 desta cláusula fará parte integrante da retribuição mensal do trabalha-

dor, o mesmo se verificando quanto à gratificação prevista no n.º 4, sempre que os pagamentos que a ela dão direito sejam efectuados, com carácter de regularidade e permanência, pelo mesmo trabalhador.

6 — Sempre que os trabalhadores referidos no n.º 2 sejam substituídos no desempenho das respectivas funções, o substituto receberá o subsídio na parte proporcional ao tempo de substituição.

7 — Consideram-se abrangidos pelo n.º 4 os trabalhadores que tenham a seu cargo os pagamentos e, designadamente, efectuem o recebimento e subsequente repartição de um valor global e procedam à conferência e prestação de contas aos serviços de tesouraria ou outros pelos pagamentos efectuados.

Cláusula 95.^a

(Remuneração do trabalho extraordinário)

1 — O trabalho extraordinário será remunerado com um acréscimo de 50 % sobre a remuneração normal na primeira hora diária, 75 % na segunda hora e 100 % nas restantes, o que se traduz na aplicação das seguintes fórmulas (em que *RH* significa remuneração/hora normal):

Trabalho extraordinário	Trabalho diurno	Trabalho nocturno
1.ª hora	1,5 × <i>RH</i>	1,75 × <i>RH</i>
2.ª hora	1,75 × <i>RH</i>	2 × <i>RH</i>
Horas restantes	2 × <i>RH</i>	2,25 × <i>RH</i>

2 — As horas extraordinárias feitas no mesmo dia não precisam de ser prestadas consecutivamente para serem retribuídas de acordo com o esquema anterior.

3 — Sempre que o trabalho extraordinário se prolongue além das 20 horas, a empresa é obrigada ao fornecimento gratuito da refeição ou, no caso de não possuir instalações próprias para o efeito, ao pagamento da mesma.

4 — Para além do limite anual previsto na cláusula 85.^a, o trabalho extraordinário será remunerado com o acréscimo de 75 % sobre a retribuição normal na primeira hora e de 100 % nas restantes.

Cláusula 96.^a

(Retribuição do trabalho em dias feriados ou de descanso)

1 — O trabalhador tem direito à retribuição correspondente aos feriados, quer obrigatórios, quer concedidos pela entidade patronal, sem que esta os possa compensar com trabalho extraordinário.

2 — As horas de trabalho prestadas nos dias de descanso semanal obrigatório ou complementar serão

pagas pelo valor correspondente a três vezes a remuneração/hora normal, isto é:

$$R=3 \times n \times RN$$

sendo:

R = remuneração correspondente ao trabalho em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar;

n = número de horas de trabalho prestado;

RH = remuneração/hora normal.

3 — As horas de trabalho prestadas em dias feriados serão pagas pelo valor correspondente a duas e meia vezes a remuneração/hora normal, além do pagamento do dia integrado na retribuição mensal.

4 — O trabalho prestado no dia de descanso semanal obrigatório dá direito a descansar num dos três dias úteis seguintes.

Cláusula 97.ª

(Proibição de regimes especiais de retribuição)

É vedado às empresas a adopção de regimes especiais de retribuição por peça ou tarefa salvo acordo escrito da comissão sindical ou da comissão intersindical ou, na sua falta, do sindicato respectivo.

Cláusula 98.ª

(Casos de redução de capacidade para o trabalho)

1 — Quando se verifique diminuição do rendimento do trabalho por incapacidade parcial permanente de doença profissional ou acidente de trabalho ocorrido dentro ou fora do local habitual de trabalho, pode a empresa atribuir ao trabalhador diminuído uma retribuição inferior àquela a que tinha direito, desde que a redução efectuada não seja superior ao valor da pensão paga pela entidade responsável.

2 — As empresas obrigam-se a colocar os trabalhadores referidos no número anterior em postos de trabalho de acordo com as suas aptidões físicas e a promover as diligências adequadas à sua readaptação ou reconversão profissional.

3 — Os trabalhadores afectados de incapacidade parcial permanente resultante de doença profissional ou de acidente de trabalho não poderão ser prejudicados no regime de promoções e demais regalias.

Cláusula 99.ª

(Subsídio de Natal)

1 — Os trabalhadores com, pelo menos, 6 meses de antiguidade, em 31 de Dezembro, terão direito a um subsídio de Natal correspondente a um mês de retribuição.

2 — Os trabalhadores que tenham menos de 6 meses de antiguidade e aqueles cujo contrato de trabalho

cesse antes da data de pagamento do subsídio receberão uma fracção proporcional ao tempo de serviço prestado no ano civil correspondente.

3 — Suspendendo-se o contrato de trabalho para a prestação do serviço militar obrigatório, observar-se-á o seguinte:

a) No ano da incorporação, o trabalhador receberá o subsídio na totalidade, se na data do pagamento estiver ao serviço da entidade patronal; caso contrário aplicar-se-á o disposto na parte final do n.º 2 desta cláusula;

b) No ano do regresso, receberá igualmente o subsídio na totalidade, se na data do pagamento estiver de novo ao serviço da entidade patronal.

4 — Em caso de suspensão do contrato por qualquer outro impedimento prolongado do trabalhador, este terá direito, quer no ano de suspensão, quer no ano de regresso, à totalidade do subsídio, se tiver prestado 6 ou mais meses de serviço e à parte proporcional ao tempo de serviço prestado, se este não tiver atingido 6 meses.

5 — O subsídio será pago conjuntamente com a retribuição do mês de Novembro, salvo em caso de suspensão emergente do serviço militar obrigatório, ou em caso de cessação do contrato de trabalho, em que o pagamento terá lugar na data da suspensão ou da cessação.

Cláusula 100.ª

(Data e documento de pagamento)

1 — As empresas obrigam-se a entregar aos trabalhadores ao seu serviço, no acto de pagamento da retribuição, um talão preenchido por forma indelével, no qual figurem o nome completo dos trabalhadores, o número de inscrição na respectiva caixa de previdência, retribuição mensal, profissão e escalão, os dias de trabalho normal e as horas de trabalho extraordinário ou em dias de descanso semanal ou feriados, os descontos e o montante líquido a receber.

2 — O pagamento efectuar-se-á até ao último dia do período a que respeita e dentro do período normal de trabalho.

3 — Sempre que o trabalhador seja retido para efeitos de pagamento da retribuição para além dos limites do seu horário normal de trabalho receberá o respectivo período de tempo como trabalho extraordinário.

Cláusula 101.ª

(Mapas de pessoal)

As entidades patronais observarão o disposto no Decreto-Lei n.º 360/80, de 17 de Setembro, quanto à elaboração e envio de mapas de pessoal.

CAPÍTULO VI

Deslocações em serviço

Cláusula 102.^a

(Princípios gerais)

1 — Entende-se por deslocação em serviço a realização de trabalho fora do local habitual.

2 — Entende-se por local habitual de trabalho o estabelecimento em que o trabalhador presta normalmente serviço; na falta de indicação expressa no contrato individual de trabalho, entende-se por local habitual de trabalho, quando este não seja fixo, a sede, delegação ou filial a que o trabalhador esteja administrativamente adstrito.

3 — Consideram-se pequenas deslocações as que permitam a ida e o regresso diário do trabalhador ao seu local habitual de trabalho, ou à sua residência habitual. São grandes deslocações todas as outras.

4 — Sempre que um trabalhador se desloque em serviço da empresa para fora do local de trabalho habitual e tenha qualquer acidente, a entidade patronal será responsável por todos e quaisquer prejuízos (incluindo perda de salários) daí resultantes.

5 — Sempre que, ao serviço da empresa, o trabalhador conduza um veículo, todas as responsabilidades ou prejuízos cabem à entidade patronal.

6 — Se o trabalhador concordar em utilizar veículo próprio ao serviço da empresa, esta obriga-se a pagar-lhe, por cada quilómetro percorrido, 0,26 ou 0,12 do preço do litro da gasolina super que vigorar, consoante se trate de veículo automóvel ou de motociclo ou ciclomotor; quando esta utilização tiver carácter de regularidade, a empresa obriga-se ainda a efectuar um seguro contra todos os riscos, incluindo responsabilidade civil ilimitada, compreendendo passageiros transportados gratuitamente, desde que em serviço da entidade patronal.

7 — O período efectivo de deslocação começa a contar-se desde a partida do local habitual do trabalho ou da residência habitual do trabalhador, caso esta se situe mais perto do local de deslocação, e termina no local habitual de trabalho; se, no entanto, o regresso ao local habitual de trabalho não puder efectuar-se dentro do período normal de trabalho, a deslocação terminará com a chegada do trabalhador à sua residência habitual.

8 — O tempo de trajecto e espera, na parte que exceda o período normal de trabalho, não será considerado para efeitos do disposto no n.º 1 da cláusula 85.^a e será sempre remunerado como trabalho extraordinário.

9 — Os trabalhadores deslocados têm direito ao pagamento das despesas de transporte.

10 — Nas grandes deslocações os trabalhadores têm direito.

a) Ao regresso imediato e ao pagamento das viagens se ocorrer falecimento ou doença grave do cônjuge, filhos ou pais, ou ainda por altura do Natal e da Páscoa, salvo se, neste último caso, e tratando-se de deslocação no estrangeiro, for celebrado acordo em contrário entre os trabalhadores e a empresa;

b) Nos casos previstos na alínea anterior, o trabalhador terá direito ao tempo indispensável para viagens.

11 — Nenhum trabalhador pode ser deslocado sem o seu consentimento, salvo se o contrário resultar do seu contrato individual de trabalho ou se verifiquem casos de força maior ou iminência de prejuízos graves para a empresa devidamente comprovados junto da comissão sindical, comissão intersindical ou sindicato respectivo.

Cláusula 103.^a

(Pequenas deslocações)

Os trabalhadores, além da sua retribuição normal, terão direito nas pequenas deslocações:

a) Ao pagamento das refeições a que houver lugar;

b) Ao pagamento de uma verba diária fixa de 0,45 % da média aritmética resultante da soma das tabelas I e II;

c) Ao regresso imediato e ao pagamento das despesas de transporte se ocorrer falecimento ou doença grave do cônjuge, filhos ou pais.

Cláusula 104.^a

(Grandes deslocações no continente)

1 — Os trabalhadores, além da sua retribuição normal, terão direito nas grandes deslocações no continente:

a) A uma verba diária fixa de 0,8 % da média aritmética resultante da soma das tabelas I e II;

b) Ao pagamento das despesas de alojamento e alimentação durante o período efectivo de deslocação.

2 — O pagamento das despesas a que se refere a alínea b) pode ser substituído por uma ajuda de custo diária a acordar entre as partes.

Cláusula 105.^a

(Grandes deslocações fora do continente)

1 — Em todas as grandes deslocações fora do continente, os trabalhadores terão direito:

a) Uma retribuição idêntica à praticada no local, para os trabalhadores da mesma profissão

e categoria desde que essa retribuição não seja inferior àquela a que o trabalhador tinha direito no local habitual de trabalho;

- b) Uma ajuda de custo igual à retribuição a que o trabalhador tinha direito no local habitual de trabalho a contar da data de partida até à data de chegada, depois de completada a missão de serviço;
- c) Ao pagamento do tempo de trajecto e espera até ao limite de doze horas por dia, sendo pagas como extraordinárias as horas que excedam o período normal de trabalho.

2 — A ajuda de custo a que se refere a alínea b) do n.º 1 pode, se o trabalhador assim o preferir, ser substituída por uma verba diária fixa de 1,8 % da média aritmética resultante da soma das tabelas I e II para cobertura de despesas correntes, além do pagamento das despesas de alojamento e alimentação.

3 — Os princípios estatuídos nos números anteriores podem ser alterados por acordo das partes.

Cláusula 106.ª

(Descanso suplementar em grandes deslocações)

1 — A partir da entrada em vigor do presente contrato os trabalhadores em grande deslocação terão direito a um dia útil de descanso suplementar por cada trinta dias consecutivos de grande deslocação, para local situado fora de um raio de 250 km, contados a partir do local habitual de trabalho, até um máximo de cinco dias por cada ano.

2 — Os trabalhadores que em grande deslocação estejam acompanhados de familiar não beneficiam da regalia consignada no n.º 1.

3 — Não beneficiam também do disposto no n.º 1 os trabalhadores em grande deslocação a quem as empresas facultem ou paguem transporte semanal para o local habitual de trabalho ou residência habitual do trabalhador.

4 — O disposto nesta cláusula pode ser alterado por mútuo acordo das partes.

Cláusula 107.ª

(Doenças do pessoal nas grandes deslocações)

1 — Durante os períodos de deslocação, os riscos de doença que, em razão do lugar em que o trabalho seja prestado, deixem eventualmente de ser assegurados pela respectiva caixa de previdência ou não sejam igualmente garantidos na área por qualquer outra instituição de previdência, passarão a ser cobertos pela empresa, que, para tanto, assumirá as obrigações que competiriam àquela caixa se o trabalhador não estivesse deslocado.

2 — Durante os períodos de doença, comprovados por atestado médico, o trabalhador deslocado manterá, conforme os casos, os direitos previstos nas

cláusulas 102.ª e 103.ª e terá direito ao pagamento da viagem de regresso se esta for prescrita pelo médico assistente ou faltar no local a assistência médica necessária.

3 — No caso de o trabalhador vir a contrair doença específica do local de trabalho aquando da deslocação, a empresa obriga-se:

- a) No caso de perda de direitos como beneficiário da caixa de previdência, a pagar integralmente a retribuição devida, bem como a respectiva assistência médica e medicamentosa durante o período de incapacidade;
- b) No caso contrário, a pagar a diferença entre o valor da retribuição devida e os subsídios a que o trabalhador tenha direito durante o período de baixa.

Cláusula 108.ª

(Seguro do pessoal deslocado)

1 — Nas grandes deslocações, as empresas deverão segurar os trabalhadores, durante o período de deslocação, contra riscos de acidente de trabalho, nos termos da lei, e deverão ainda efectuar um seguro de acidentes pessoais, cobrindo os riscos de morte e invalidez permanente, de valor nunca inferior a 1500 contos.

2 — Os familiares que, mediante acordo com a entidade patronal, acompanhem o trabalhador, serão cobertos individualmente por um seguro de riscos de viagem no valor de 1000 contos.

Cláusula 109.ª

(Transportes e preparação das grandes deslocações)

1 — Compete às empresas, para além do pagamento das despesas de transporte, o pagamento das despesas de preparação das grandes deslocações, bem como das de transporte em serviço que ocorram no local de deslocação.

2 — O meio e a classe de transporte a utilizar deverão ser acordados entre a entidade patronal e os trabalhadores, devendo, quando se trate de deslocação em grupo, ser idêntico para todos os trabalhadores.

Cláusula 110.ª

(Férias do pessoal deslocado)

1 — Para efeitos de gozo de férias, o trabalhador deslocado regressa ao local de residência, com pagamento das despesas de transporte pela entidade patronal, considerando-se suspensa a sua deslocação durante esse período.

2 — Se o trabalhador preferir gozar as férias no local onde está deslocado, tem direito à retribuição que auferiria se não estivesse deslocado e ao pagamento do valor das despesas de transporte que a entidade patronal despenderia se ele fosse gozar férias no local da sua residência.

Cláusula 111.ª

(Períodos de inactividade)

As obrigações das empresas para com o pessoal deslocado subsistem durante os períodos de inactividade cuja responsabilidade não pertença ao trabalhador.

Cláusula 112.ª

(Abono para equipamento ou vestuário)

Os trabalhadores deslocados fora do continente terão direito a um abono correspondente às despesas com a aquisição de vestuário e equipamento de uso individual, em termos a acordar caso a caso, tendo em atenção a natureza do equipamento e o tempo de deslocação.

Cláusula 113.ª

(Falecimento do pessoal deslocado)

1 — No caso de falecimento de trabalhador ou familiar deslocado nas condições previstas no n.º 2 da cláusula 108.ª, serão suportados pela empresa os encargos decorrentes da transferência do corpo para o local da residência habitual.

2 — Sempre que a transferência do corpo deva ser feita para local que não coincida com o da residência habitual, a empresa suportará os encargos correspondentes aos previstos no n.º 1.

CAPÍTULO VII

Suspensão da prestação de trabalho

Cláusula 114.ª

(Descanso semanal)

1 — Salvo o disposto no n.º 3 da cláusula 77.ª, os dias de descanso semanal para os trabalhadores abrangidos por este contrato são o sábado e o domingo.

2 — A entidade patronal deve proporcionar aos trabalhadores que pertençam ao mesmo agregado familiar o descanso semanal no mesmo dia.

3 — Nenhum trabalhador poderá ser obrigado a prestar trabalho nos dias de descanso, desde que invoque motivos atendíveis.

Cláusula 115.ª

(Feriados)

1 — São considerados para todos os efeitos feriados obrigatórios os seguintes dias:

1 de Janeiro;
Sexta-feira Santa;
25 de Abril;
1 de Maio;
Corpo de Deus (festa móvel);
10 de Junho;

15 de Agosto;
5 de Outubro;
1 de Novembro;
1 de Dezembro;
8 de Dezembro;
25 de Dezembro.

2 — Além dos dias previstos no número anterior, serão igualmente considerados feriados obrigatórios o feriado municipal da localidade e a terça-feira de Carnaval, os quais poderão, todavia, ser substituídos por qualquer outro dia em que acordem a entidade patronal e a comissão de trabalhadores ou, na sua falta, a comissão sindical ou intersindical ou o sindicato respectivo.

3 — A realização de trabalho nos dias referidos nos números anteriores pode ter lugar mediante acordo da comissão sindical ou intersindical ou do sindicato respectivo, quando ocorram motivos ponderosos, designadamente tratando-se de serviços de reparação, manutenção ou directamente destinados à utilização dos consumidores.

4 — Toda e qualquer suspensão de trabalho por motivo de «pontes», fins-de-semana, tradição local ou outros, que corresponda ao desejo dos trabalhadores, dará lugar a distribuição de trabalho por calendário anual, mediante acordo da comissão de trabalhadores ou, na sua falta, da comissão sindical ou intersindical ou do sindicato respectivo.

Cláusula 116.ª

(Direito a férias)

1 — Em cada ano civil os trabalhadores abrangidos por este contrato têm direito a gozar férias respeitantes ao trabalho prestado no ano anterior, salvo o disposto no n.º 2 da cláusula seguinte.

2 — O direito a férias é irrenunciável e não pode ser substituído por trabalho suplementar ou qualquer outra modalidade, salvo nos casos especiais previstos neste contrato.

3 — As férias não poderão ter início num dos dias destinados ao descanso semanal nem em dia feriado.

Cláusula 117.ª

(Duração de férias)

1 — O período de férias é de trinta dias consecutivos.

2 — O trabalhador que seja admitido no decurso do primeiro semestre do ano civil gozará nesse ano um período de férias proporcional aos meses de antiguidade que teria em 31 de Dezembro, na razão de dois dias de férias por cada mês de serviço.

3 — As férias deverão ser gozadas em dias seguidos, salvo se a entidade patronal e o trabalhador acordarem em que o respectivo período seja gozado interpoladamente.

4 — Sempre que o período de férias seja interpolado, deverá o conjunto dos períodos parciais totalizar vinte e dois dias úteis.

5 — Cessando o contrato de trabalho, a entidade patronal pagará ao trabalhador, além das férias e subsídios vencidos, se ainda as não tiver gozado, a parte proporcional das férias e subsídios relativos ao ano da cessação.

Cláusula 118.ª

(Subsídio de férias)

No mínimo de oito dias antes do início das férias a entidade patronal pagará ao trabalhador um subsídio igual à retribuição correspondente ao período de férias a que tenha direito.

Cláusula 119.ª

(Acumulação de férias)

1 — As férias devem ser gozadas no decurso do ano civil em que se vencem, não sendo permitido acumular no mesmo ano férias de dois ou mais anos.

2 — Terão direito a acumular férias de dois anos:

- a) Os trabalhadores que exercem a sua actividade no continente, quando pretendam gozá-las nos arquipélagos dos Açores e da Madeira;
- b) Os trabalhadores que exercem a sua actividade nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, quando pretendem gozá-las noutras ilhas ou no continente;
- c) Os trabalhadores que pretendam gozar férias com familiares emigrados no estrangeiro.

3 — Os trabalhadores poderão ainda acumular no mesmo ano metade do período de férias vencido no ano anterior com o desse ano, mediante acordo com a entidade patronal.

Cláusula 120.ª

(Marcação do período de férias)

1 — A marcação do período de férias deve ser feita por mútuo acordo entre a entidade patronal e o trabalhador.

2 — Na falta de acordo caberá à entidade patronal a elaboração do mapa de férias, ouvindo para o efeito a comissão de trabalhadores ou, na sua falta, a comissão sindical ou intersindical ou os sindicatos interessados.

3 — No caso previsto no número anterior, a entidade patronal só pode marcar o período de férias entre 1 de Maio e 31 de Outubro, salvo se outra coisa resultar de acordo celebrado entre a entidade patronal e as entidades referidas naquele número.

4 — O mapa de férias definitivo deverá estar elaborado e afixado nos locais de trabalho até ao dia 15 de Abril de cada ano, obrigando-se as empresas a enviar cópia aos sindicatos interessados.

5 — Se o mapa de férias não tiver sido afixado até 15 de Abril ou não tiver sido respeitado pela entidade patronal o período referido no n.º 3, caberá ao trabalhador fixar o período em que gozará as suas férias, desde que o faça por escrito e com uma antecedência mínima de trinta dias em relação à data do início das mesmas.

6 — No caso de o trabalhador ter exercido o direito conferido no número anterior e a entidade patronal se recusar a conceder férias no período fixado pelo trabalhador, incorre aquela nas sanções previstas na cláusula 123.ª

7 — Aos trabalhadores que, pertencendo ao mesmo agregado familiar, se encontrem ao serviço da mesma entidade patronal, será concedida obrigatoriamente a faculdade de gozar férias simultaneamente.

Cláusula 121.ª

(Encerramento para férias)

Sempre que as conveniências da produção o justifiquem, as empresas podem encerrar total ou parcialmente os seus estabelecimentos para efeitos de férias, nos termos da lei, devendo o parecer da comissão de trabalhadores, ou, na falta desta, da comissão sindical ou intersindical ou dos sindicatos interessados, acompanhar o competente pedido de autorização.

Cláusula 122.ª

(Exercício de outra actividade durante as férias)

1 — O trabalhador não pode exercer outra actividade remunerada durante as férias, a não ser que já a viesse exercendo cumulativamente ou a entidade patronal o autorizar a isso.

2 — A transgressão ao disposto no número anterior, além de constituir infracção disciplinar, dá à entidade patronal o direito de reaver o subsídio de férias na parte correspondente.

Cláusula 123.ª

(Não cumprimento da obrigação de conceder férias)

1 — A entidade patronal que, intencionalmente, não cumprir total ou parcialmente a obrigação de conceder férias, pagará ao trabalhador, a título de indemnização, o quádruplo da retribuição e o subsídio correspondente ao tempo de férias que este deixou de gozar.

2 — O disposto nesta cláusula não prejudica a aplicação das sanções em que a entidade patronal incorra por violação das normas reguladoras das relações de trabalho.

Cláusula 124.ª

(Férias e suspensão do contrato de trabalho)

1 — No ano da suspensão do contrato de trabalho por impedimento prolongado respeitante ao trabalhador, se se verificar a impossibilidade total ou

parcial do gozo do direito a férias já vencido, o trabalhador terá direito à retribuição correspondente ao período de férias não gozado e respectivo subsídio.

2—No ano de cessação do impedimento prolongado, o trabalhador terá direito ao período de férias e respectivo subsídio que teria vencido em 1 de Janeiro desse ano, se tivesse estado ininterruptamente ao serviço.

3—Os dias de férias que excedam o número de dias contados entre o momento da apresentação do trabalhador, após a cessação do impedimento, e o termo do ano civil em que esta se verifique serão gozados no 1.º trimestre do ano imediato.

Cláusula 125.ª

(Férias e serviço militar)

1—O trabalhador que vá cumprir serviço militar gozará as férias a que tenha direito imediatamente antes de deixar a empresa e receberá o respectivo subsídio, desde que avise a entidade patronal com a antecedência mínima de quarenta e oito horas.

2—Caso não seja possível o gozo das férias a que tenha direito nas condições previstas no número anterior, o trabalhador receberá a remuneração e subsídio respectivo.

3—No ano de regresso de serviço militar o trabalhador terá direito ao período de férias e respectivo subsídio que teria vencido em 1 de Janeiro desse ano se estivesse estado ininterruptamente ao serviço.

Cláusula 126.ª

(Regresso do trabalhador após o serviço militar)

1—Após o cumprimento do serviço militar, o trabalhador retomar o lugar na empresa, para o que deve notificá-la, pessoalmente ou através de carta com aviso de recepção, no prazo de quinze dias depois de ter sido licenciado e apresentar-se ao serviço no mesmo prazo, sob pena de perder o direito ao lugar.

2—O trabalhador manter-se-á no referido lugar durante um período de três meses, em regime de readaptação, após o que lhe será atribuída a profissão e escalão que lhe caberiam se tivesse estado ininterruptamente ao serviço.

Cláusula 127.ª

(Interrupção de férias)

1—Se depois de fixada a época de férias, a entidade patronal, por motivos de interesse da empresa, a alterar ou fizer interromper as férias já iniciadas, indemnizará o trabalhador dos prejuízos que comprovadamente este haja sofrido na pressuposição de que gozaria férias na época fixada; em caso de interrupção de férias, a entidade patronal pagará ainda ao trabalhador os dias de trabalho prestado com o acréscimo de 100 %.

2—A interrupção das férias não poderá prejudicar o gozo seguido de metade do respectivo período.

Cláusula 128.ª

(Licença sem retribuição)

1—A entidade patronal concederá ao trabalhador, a pedido deste devidamente fundamentado, licença sem retribuição até ao limite de dois meses.

2—A entidade patronal poderá negar a concessão de licença sem retribuição nos casos seguintes:

a) Quando o pedido não se achar devidamente fundamentado;

b) Quando a licença se destinar ao exercício de uma actividade remunerada noutra empresa.

3—O trabalhador que pretender exercer o direito previsto no n.º 1 desta cláusula deverá apresentar o seu pedido, por escrito, com a antecedência mínima de dez dias.

4—O trabalhador só poderá voltar a usar o direito previsto no n.º 1 decorrido que seja um ano.

5—Os limites fixados nos n.ºs 1 e 4 não se aplicam quando a licença se destinar à frequência de cursos ou estágios de formação profissional ou cultural.

6—O período de licença sem retribuição conta-se para efeitos de antiguidade.

7—No caso de comprovadamente o trabalhador ter utilizado o período de licença sem retribuição para finalidade diversa da expressa na sua fundamentação, ficará impedido de usar deste direito durante três anos consecutivos.

Cláusula 129.ª

(Definição de falta)

1—Falta é a ausência durante as horas correspondentes a um dia normal de trabalho.

2—As ausências durante períodos inferiores a um dia serão consideradas somando os tempos respectivos e reduzindo o total de dias.

Cláusula 130.ª

(Atraso na apresentação ao serviço)

1—O trabalhador que se apresentar ao serviço com atraso iniciará o trabalho desde que o justifique.

2—A entidade patronal poderá descontar a remuneração correspondente ao tempo não trabalhado, salvo se o atraso tiver sido motivado por razões alheias à vontade do trabalhador, nos termos das alíneas j) e l) do n.º 1 da cláusula 132.ª

Cláusula 131.ª

(Faltas injustificadas)

1—As faltas injustificadas determinam perda de retribuição.

2—O tempo correspondente às faltas injustificadas não será contado para efeito de antiguidade.

Cláusula 132.ª

(Faltas justificadas)

1 — São consideradas faltas justificadas:

- a) As dadas por motivo de acidente ou doença de qualquer natureza;
- b) As dadas durante 5 dias consecutivos por falecimento do cônjuge não separado de pessoas e bens ou de parente ou afim no 1.º grau da linha recta (pais e filhos, por parentesco ou adopção plena, padrastos, enteados, sogros, genros e noras);
- c) As dadas durante 2 dias consecutivos por falecimento de outros parentes ou afins da linha recta ou 2.º grau da linha colateral (avós e bisavós por parentesco ou afinidade, netos e bisnetos por parentesco, afinidade ou adopção plena, irmãos consanguíneos ou por adopção plena e cunhados) ou de pessoas que vivam em comunhão de vida e habitação com os trabalhadores;
- d) As dadas para acompanhamento de funerais das pessoas previstas nas alíneas b) e c), quando o funeral não tiver lugar nos dias de falta resultantes daquelas alíneas;
- e) As dadas durante 11 dias consecutivos, excluindo os dias de descanso intercorrentes, por ocasião do casamento do trabalhador;
- f) As dadas durante 2 dias úteis, seguidos ou interpolados, dentro dos 20 dias subsequentes ao nascimento de filhos;
- g) As dadas pelo tempo necessário à prestação do serviço militar ou ao cumprimento de quaisquer outras obrigações legais;
- h) As dadas pelo tempo indispensável para prestação de assistência inadiável a membros do agregado familiar do trabalhador, considerando-se como tal o cônjuge, parentes e afins e bem assim quaisquer outras pessoas que com ele vivam em comunhão de mesa e habitação;
- i) As dadas pelo tempo indispensável ao desempenho de funções em associações sindicais ou em quaisquer outros organismos legalmente reconhecidos que promovam a defesa dos interesses materiais ou culturais dos trabalhadores;
- j) As que resultem de motivo de força maior, em consequência de cataclismo, inundação, tempestade ou situação extraordinária semelhante impeditiva da apresentação do trabalhador ao serviço;
- l) As que resultem de imposição, devidamente comprovada, de autoridade judicial, militar ou policial;
- m) As dadas por motivo de detenção ou prisão preventiva do trabalhador, enquanto não se verificar a prisão efectiva resultante de decisão condenatória;
- n) As dadas pelo tempo necessário para exercer as funções de bombeiro, se como tal o trabalhador estiver inscrito;
- o) As dadas nos dias em que o trabalhador doar sangue;
- p) As que forem prévia ou posteriormente autorizadas pela entidade patronal.

2 — Não implicam perda de retribuição:

- a) As faltas previstas nas alíneas b), c), e), f), j), l), n), o) e p) do número anterior;
- b) As faltas previstas na alínea h) do número anterior até ao limite de vinte dias por ano, desde que justificadas por uma declaração de um serviço médico ou por outro meio idóneo, sem prejuízo da sua eventual comprovação pelos serviços da empresa.

3 — No caso das alíneas b) e c) do n.º 1 as faltas serão dadas a partir da data em que o trabalhador teve conhecimento do falecimento, desde que este conhecimento se verifique até oito dias após o facto, sob pena de a regalia caducar.

4 — As comunicações de ausência e os pedidos de dispensa deverão ser transmitidos à empresa com a maior brevidade possível após o trabalhador ter tido conhecimento do motivo que os justificam; nos casos de manifesta urgência ou tratando-se de situação imprevisível, deverão ser transmitidos no mais curto período possível após a ocorrência.

5 — Os pedidos de dispensa ou as comunicações de ausência devem ser feitos por escrito, em documento próprio e em duplicado, devendo um dos exemplares, depois de visado, ser entregue ao trabalhador.

6 — Os documentos a que se refere o número anterior serão obrigatoriamente fornecidos pela entidade patronal, a pedido do trabalhador, e deverão obedecer ao modelo constante do anexo v.

CAPÍTULO VIII

Do trabalho das mulheres e dos menores

Cláusula 133.ª

(Aptidões)

As mulheres e os menores podem exercer qualquer profissão compatível com as suas aptidões, sem prejuízo dos limites estabelecidos neste contrato ou na lei.

Cláusula 134.ª

(Direitos especiais das mulheres)

1 — São em especial assegurados às mulheres os seguintes direitos:

- a) Receber, em identidade de tarefas e qualificações, a mesma retribuição dos homens;
- b) Não desempenhar durante a gravidez e até três meses após o parto tarefas clinicamente desaconselhadas para o seu estado, sem diminuição da retribuição;
- c) Faltar durante noventa dias no período de maternidade, os quais não poderão ser descontados para quaisquer efeitos, designadamente licença para férias, antiguidade ou aposentação;

d) Dois períodos de uma hora por dia às trabalhadoras que aleitem os filhos, até dez meses após o parto, sem diminuição de retribuição nem redução do período de férias; os dois períodos de uma hora podem ser acumulados mediante acordo das partes.

2 — As trabalhadoras deverão dar conhecimento à empresa dos factos que determinem a aplicação do disposto nas alíneas b), c) e d) do número anterior com a maior brevidade possível, após deles terem tido conhecimento.

3 — As trabalhadoras que se encontrem em período de gravidez e até um ano após o parto serão dispensadas de pagar as indemnizações fixadas para denúncia do contrato sem aviso prévio.

4 — É vedado às mulheres o trabalho com produtos tóxicos, ácidos ou líquidos corrosivos e gases nocivos, salvo se este trabalho estiver especificamente compreendido no exercício da sua profissão, bem como o transporte de pesos superiores a 15 kg com carácter de regularidade e a 20 kg em casos excepcionais.

5 — A não observância por parte da entidade patronal do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 desta cláusula, além de a fazer incorrer nas multas previstas por lei, confere à trabalhadora o direito a rescindir o contrato de trabalho com justa causa, com o direito a uma indemnização equivalente à retribuição que receberia até ao fim do período referido na alínea c), salvo se outra maior lhe for devida, sem que, em qualquer dos casos, a indemnização possa ser inferior a doze meses de retribuição.

Cláusula 135.ª

(Trabalho de menores)

1 — É válido o contrato com menores que tenham completado 14 anos de idade se for desconhecido o paradeiro do seu legal representante.

2 — O menor tem capacidade para receber a retribuição devida pelo seu trabalho, salvo quando houver oposição do seu representante legal.

Cláusula 136.ª

(Condições especiais de trabalho dos menores)

1 — É vedado às entidades patronais utilizar menores nos serviços de balancés, guilhotinas, quinadeiras e prensas de qualquer tipo e em polimento de metais, assim como em postos de trabalho sujeitos a elevadas ou baixas temperaturas, elevado grau de poluição ou que exijam esforços prejudiciais ao normal desenvolvimento do jovem.

2 — Aos menores é vedado o trabalho nocturno, excepto quando a sua prestação seja indispensável para a respectiva formação profissional.

CAPÍTULO IX

Disciplina

Cláusula 137.ª

(Sanções disciplinares)

1 — As infracções disciplinares dos trabalhadores serão punidas conforme a gravidade da falta, com as seguintes sanções:

- a) Admoestação simples e verbal pelo superior hierárquico;
- b) Repreensão registada e comunicado por escrito ao trabalhador;
- c) Suspensão do trabalho e da retribuição pelos períodos de um a doze dias;
- d) Despedimento.

2 — Para efeitos da graduação das sanções deverá atender-se à natureza e gravidade da infracção e ao comportamento anterior.

3 — A suspensão do trabalho e da retribuição não pode exceder, em cada ano civil, o total de trinta dias úteis.

4 — As empresas comunicarão ao sindicato respectivo a aplicação das penalidades previstas nas alíneas b) e seguintes do n.º 1 desta cláusula, bem como os motivos que as determinaram.

5 — A empresa facultará ao trabalhador cópia do processo disciplinar, sempre que este o solicite.

Cláusula 138.ª

(Aplicação de sanções)

1 — Nenhuma sanção disciplinar, com excepção da prevista na alínea a) do n.º 1 da cláusula anterior, poderá ser aplicada sem que o trabalhador seja previamente ouvido em auto reduzido a escrito.

2 — As sanções de suspensão de trabalho só poderão ser aplicadas mediante processo disciplinar de que conste a audiência do arguido e a indicação dos meios de prova produzidos.

Cláusula 139.ª

(Processo disciplinar)

Sempre que houver processo disciplinar com intenção de despedimento observar-se-ão as formalidades constantes no Decreto-Lei n.º 372-A/75, no seu artigo 11.º, que aqui se dá como integralmente reproduzido.

Cláusula 140.ª

(Caducidade do procedimento disciplinar)

Qualquer que seja a sanção disciplinar a aplicar ao trabalhador, o procedimento disciplinar caduca

se não tiver início nos trinta dias subsequentes à verificação ou conhecimento dos factos constitutivos da infracção disciplinar.

Cláusula 141.ª

(Execução de sanções)

A execução das sanções terá lugar no prazo de quinze dias, a contar da decisão, sob pena de caducar.

CAPÍTULO X

Cessação do contrato de trabalho

Cláusula 142.ª

(Cessação do contrato de trabalho)

A cessação do contrato de trabalho fica sujeita ao regime legal aplicável.

CAPÍTULO XI

Higiene e segurança no trabalho

Cláusula 143.ª

(Princípio geral)

As entidades patronais instalarão, obrigatoriamente, os trabalhadores ao seu serviço em boas condições de higiene e segurança, observando o regulamento constante do anexo VI.

CAPÍTULO XII

Comissão paritária

Cláusula 144.ª

(Constituição)

1 — Dentro dos trinta dias seguintes à entrada em vigor deste contrato, será criada uma comissão paritária constituída por três vogais em representação das associações patronais e igual número em representação das associações sindicais outorgantes.

2 — Por cada vogal efectivo serão sempre designados dois substitutos.

3 — Os representantes das associações patronais e sindicais junto da comissão paritária poderão fazer-se acompanhar dos assessores que julgarem necessários, os quais não terão direito a voto.

4 — A comissão paritária funcionará enquanto estiver em vigor o presente contrato, podendo os seus membros ser substituídos pela parte que os nomear em qualquer altura mediante prévia comunicação à outra parte.

Cláusula 145.ª

(Competência)

Compete à comissão paritária:

- a) Interpretar as cláusulas do presente contrato;
- b) Integrar os casos omissos;
- c) Proceder à definição e enquadramento de profissões;
- d) Deliberar sobre as dúvidas emergentes da aplicação deste contrato.

Cláusula 146.ª

(Subcomissões)

1 — A comissão paritária criará quando o entender subcomissões destinadas ao estudo de matérias bem determinadas, tendo em vista ulteriores deliberações.

2 — Ao funcionamento dessas subcomissões aplicar-se-á, na parte adaptada, o disposto nas cláusulas anteriores.

Cláusula 147.ª

(Funcionamento)

1 — A comissão paritária considera-se constituída e apta a funcionar logo que os nomes dos vogais efectivos e substitutos sejam comunicados por escrito, e no prazo previsto no n.º 1 da cláusula 144.ª, à outra parte e ao Ministério do Trabalho.

2 — A comissão paritária funcionará a pedido de qualquer das representações e só poderá deliberar desde que esteja presente a maioria dos membros efectivos representantes de cada parte.

3 — As deliberações tomadas por unanimidade serão depositadas e publicadas nos mesmos termos das convenções colectivas e consideram-se, para todos os efeitos, como regulamentação do presente contrato.

4 — A pedido da comissão poderá participar nas reuniões, sem direito a voto, um representante do Ministério do Trabalho.

5 — As demais regras de funcionamento da comissão serão objecto de regulamento interno, a elaborar logo após a sua constituição.

CAPÍTULO XIII

Disposições gerais e transitórias

Cláusula 148.ª

(Multas)

1 — Sem prejuízo das sanções especialmente previstas na lei, as entidades patronais que infringirem os preceitos deste contrato serão punidas com multa de 500\$ a 3000\$ por cada trabalhador em relação ao qual se verificar a infracção.

2 — Quando a infracção respeitar a uma generalidade de trabalhadores, a multa aplicável será de 15 000\$ a 150 000\$.

3 — Sem prejuízo da aplicação de pena mais grave prevista pela lei geral, sempre que a infracção for acompanhada de coacção, falsificação, simulação ou qualquer meio fraudulento, será a mesma punida com multa de 15 000\$ a 150 000\$ e a tentativa com multa de 3000\$ a 30 000\$.

4 — Em tudo o mais será aplicável o disposto na lei.

Cláusula 149.^a

(Carácter globalmente mais favorável)

1 — O presente contrato substitui todos os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho aplicáveis aos trabalhadores representados pelas associações sindicais outorgantes cujas profissões constem do anexo II e às empresas representadas pelas associações patronais outorgantes.

2 — Nos precisos termos do número anterior este contrato considera-se globalmente mais favorável do que os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho substituídos.

3 — Por efeito da aplicação das disposições deste contrato, não poderá resultar qualquer prejuízo para os trabalhadores, designadamente baixa de escalão, diminuição de retribuição ou regalias de carácter permanente anteriormente estabelecidas pelas entidades patronais.

ANEXO I

I

Remunerações mínimas

Graus	Tabela I	Tabela II
0	28 000\$00	30 250\$00
1	24 000\$00	25 850\$00
2	20 950\$00	22 800\$00
3	20 250\$00	22 050\$00
4	18 100\$00	19 600\$00
5	17 750\$00	19 400\$00
6	16 050\$00	17 800\$00
7	15 300\$00	16 850\$00
8	14 500\$00	16 000\$00
9	13 750\$00	15 050\$00
10	13 100\$00	14 400\$00
11	12 400\$00	13 500\$00
12	12 050\$00	13 150\$00
13	11 800\$00	12 700\$00
14	10 350\$00	11 200\$00
15	9 200\$00	9 900\$00
16	8 000\$00	8 600\$00
17	6 900\$00	7 450\$00
18	6 650\$00	7 150\$00
19	5 600\$00	5 950\$00
20	4 650\$00	4 950\$00

Média aritmética resultante da soma das tabelas I e II:

$$R_m \text{ (média)} = 14\,615\$50.$$

Praticantes das profissões cujo 1.º escalão se integra nos graus 6 (1), 7 e 8

(Operários metalúrgicos)

Idades de admissão	Tempo de prática							
	1.º ano		2.º ano		3.º ano		4.º ano	
	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II
14 anos	4 650\$00	4 950\$00	5 600\$00	5 950\$00	6 650\$00	7 150\$00	8 000\$00	8 600\$00
15 anos	4 650\$00	4 950\$00	5 600\$00	5 950\$00	6 650\$00	7 150\$00	—\$—	—\$—
16 anos	5 600\$00	5 950\$00	6 650\$00	7 150\$00	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—
17 anos	6 650\$00	7 150\$00	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—

Praticantes das profissões cujo 1.º escalão se integra no grau 6

(Operários metalúrgicos) (1)

Tempo de tirocinio	Tabela I	Tabela II
Praticante do 1.º ano	10 350\$00	11 200\$00
Praticante do 2.º ano	12 050\$00	13 150\$00

Praticantes das profissões cujo 1.º escalão se integra no grau 7

(Operários metalúrgicos)

Tempo de tirocinio	Tabela I	Tabela II
Praticante do 1.º ano	10 350\$00	11 200\$00
Praticante do 2.º ano	11 800\$00	12 700\$00

(1) Apenas para traçador de construção naval e traçador planificador.

Praticantes das profissões cujo 1.º escalão se integra no grau 8

(Operários metalúrgicos)

Tempo de tirocinio	Tabela I	Tabela II
Praticante do 1.º ano	9 200\$00	9 900\$00
Praticante do 2.º ano	10 350\$00	11 200\$00

Praticantes das profissões cujo 1.º escalão se integra no grau 9

(Operários metalúrgicos)

Idades de admissão	Tempo de prática							
	1.º ano		2.º ano		3.º ano		4.º ano	
	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II
14 anos	5 150\$00	5 600\$00	6 750\$00	7 250\$00	8 300\$00	8 950\$00	9 850\$00	10 550\$00
15 anos	5 150\$00	5 600\$00	6 750\$00	7 250\$00	8 300\$00	8 950\$00	—\$—	—\$—
16 anos	6 750\$00	7 250\$00	8 300\$00	8 950\$00	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—
17 anos	8 300\$00	8 950\$00	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—

Praticantes das profissões cujo 1.º escalão se integra no grau 10

(Operários metalúrgicos)

Idades de admissão	Tempo de prática							
	1.º ano		2.º ano		3.º ano		4.º ano	
	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II
14 anos	4 650\$00	4 950\$00	6 100\$00	6 650\$00	7 550\$00	8 100\$00	9 200\$00	9 850\$00
15 anos	4 650\$00	4 950\$00	6 100\$00	6 650\$00	7 550\$00	8 100\$00	—\$—	—\$—
16 anos	6 100\$00	6 650\$00	7 550\$00	8 100\$00	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—
17 anos	7 550\$00	8 100\$00	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—

II

Critério diferenciador das tabelas salariais

1 — Aplica-se a tabela I ou II consoante o volume da facturação anual global seja respectivamente inferior ou superior a 47 500 contos, deduzidos os impostos e taxas que não incidam sobre margens de lucro.

2 — Na determinação do valor de facturação anual global das empresas, para efeitos de determinação da tabela aplicável, tomar-se-á por base a média dos montantes de facturação registados nos últimos três anos de exercício.

3 — No caso de empresas com menos de três anos de laboração, o valor da facturação será calculado com base nos anos de exercício já apurados (dois ou um).

4 — No caso de ser o primeiro ano de laboração, aplicar-se-á a tabela I até determinação da facturação anual.

5 — Poderá ser aplicada a tabela II às empresas com um volume de facturação anual inferior a 47 500 contos, desde que, para tanto, se prove a necessária capacidade económica e financeira.

6 — A averiguação da capacidade económica e financeira da empresa, para os efeitos do número anterior, caberá aos órgãos previstos no diploma legal que vier a regulamentar o controle organizado da produção pelos trabalhadores.

7 — Se for comprovado o requisito previsto no número anterior, a nova tabela aplicar-se-á a partir do momento em que a decisão se torne definitiva.

8 — As empresas em que esteja a ser aplicada a tabela II publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 20, de 15 de Agosto de 1980, não poderão passar a aplicar a tabela I.

III

As tabelas salariais referidas em I produzem efeitos a partir de 1 de Setembro de 1981.

ANEXO II

Enquadramento das profissões em escalões e graus de remuneração

Grau 0:

Técnico industrial (escalão 3).

Grau 1:

Analista informático.
Chefe de serviços (escritório).
Contabilista.
Técnico industrial (escalão 2).

Grau 2:

Inspector administrativo.
Maquinista naval.
Programador informático.
Técnico industrial (escalão 1).
Técnico de serviço social (escalão de mais de um ano).

Grau 3:

Chefe de secção (escritório).
Chefe de vendas.
Desenhador-projectista.
Encarregado geral (construção civil).
Guarda-livros.
Medidor orçamentista coordenador.
Planificador — 1.º escalão.
Programador mecanográfico.
Técnico fabril.
Técnico de mercados.

Grau 4:

Agente de métodos.
Assistente operacional.
Chefe de redacção de revista.
Coordenador de obras.
Desenhador de arte finalista (artes gráficas).
Desenhador maquetista.
Enfermeiro coordenador.
Gestor de *stocks*.
Tesoureiro.

Grau 5:

Agente de normalização.
Chefe de movimento.
Coordenador de exploração marítima.
Desenhador retocador (artes gráficas).
Maquetista coordenador.
Medidor orçamentista (escalão de mais de seis anos).
Planificador — 2.º escalão (escalão de mais de seis anos).
Preparador de comando numérico.
Preparador de trabalho.
Redactor de revista.
Secretário.
Supervisor de fornos a arco para fundição de aço.
Técnico de *contrôle* de qualidade.
Técnico de higiene industrial.

Técnico de prevenção.

Técnico de produto.

Técnico de serviço social (escalão até um ano).

Tradutor.

Grau 6:

Agente de compras.
Analista de funções.
Caixeiro-encarregado ou caixeiro-chefe de secção.
Correspondente em línguas estrangeiras.
Cronometrista (escalão de mais de um ano).
Demonstrador de máquinas e equipamentos.
Desenhador (escalão de mais de seis anos).
Desenhador gráfico (escalão de mais de seis anos).
Desenhador de topografia (escalão de mais de seis anos).
Ecónomo.
Educador(a) de infância.
Encarregado de armazém.
Encarregado de parque (serviços aduaneiros).
Enfermeiro (grau A).
Escriturário principal.
Inspector de vendas.
Medidor (escalão de mais de seis anos).
Medidor orçamentista (escalão de três a seis anos).
Mergulhador (escalão de mais de dois anos).
Monitor.
Monitor informático.
Operador de laboratório químico (escalão de mais de um ano).
Orçamentista.
Planificador — 2.º escalão (escalão de três a seis anos).
Preparador técnico de sobresselentes e peças de reserva (escalão de mais de um ano).
Programador de fabrico (escalão de mais de um ano).
Prospector de vendas.
Radiologista industrial (escalão de mais de um ano).
Soldador de qualificação especializada.
Técnico de aparelhos de electromedicina.
Técnico de electrónica.
Técnico de electrónica industrial e ou telecomunicações.
Técnico de ensaios não destrutivos.
Traçador da construção naval de 1.ª (a).
Traçador-planificador de 1.ª (a).
Vendedor especializado.

Grau 7:

Afinador de máquinas de 1.ª
Agente de aprovisionamento (escalão de mais de um ano) (b).
Ajudante de guarda-livros (b).
Aplainador mecânico de 1.ª
Arvorado da construção civil (b).
Auxiliar de educação (b).
Auxiliar de enfermagem (b).
Bate-chapas (chapeiro) de 1.ª
Beneficiador de caldeiras de 1.ª (b).
Caixa (b).
Calafate de 1.ª

Caldeireiro de 1.^a
 Carpinteiro de banco (de banco) de 1.^a
 Carpinteiro de estruturas de 1.^a
 Carpinteiro de limpos e ou conservação de 1.^a
 Carpinteiro de moldes ou modelos de 1.^a
 Carpinteiro naval de 1.^a
 Carregador qualificado de forno de redução de 1.^a
 Cinzelador de 1.^a
 Colunista.
 Compositor manual (gráfico) — oficial.
 Controlador de qualidade (escalão de mais de um ano) (b).
 Cozinheiro de 1.^a (b).
 Cronometrista (escalão até um ano).
 Descritor (escalão de mais de um ano).
 Desenhador (escalão de três a seis anos).
 Desenhador gráfico (escalão de três a seis anos).
 Desenhador de topografia (escalão de três a seis anos).
 Doqueiro de 1.^a
 Electricista de alta tensão (escalão de mais de três anos).
 Electricista auto (escalão de mais de três anos).
 Electricista de baixa tensão (escalão de mais de três anos).
 Electricista-bobinador (escalão de mais de três anos).
 Electricista de conservação industrial (escalão de mais de três anos).
 Electricista em geral (escalão de mais de três anos).
 Electricista naval (escalão de mais de três anos).
 Electricista operador de quadros eléctricos, centrais e subestações (escalão de mais de três anos).
 Electricista de veículos de tracção eléctrica (escalão de mais de três anos).
 Electroerosador de 1.^a
 Electromecânico (escalão de mais de três anos).
 Encarregado de refeitório (b).
 Enfermeiro (grau B).
 Ensaíador-afinador de 1.^a
 Escatelador mecânico de 1.^a
 Escriurário de 1.^a
 Esmaltador a quente de 1.^a (b).
 Especialista químico.
 Estampador a quente em malho de queda livre de 1.^a
 Esteno-dactilógrafo em língua estrangeira.
 Estofador de 1.^a
 Experimentador (escalão de mais de um ano) (b).
 Experimentador de moldes metálicos (escalão de mais de um ano).
 Ferreiro ou forjador de 1.^a
 Fiel de armazém (b).
 Fogueiro de 1.^a
 Forno de forno de fusão de ligas ferrosas de 1.^a
 Fotógrafo.
 Fresador mecânico de 1.^a
 Fundidor-moldador manual de 1.^a
 Gravador de 1.^a
 Gravador de peças em madeira para armas de fogo de 1.^a
 Impressor tipográfico (gráfico).

Instrumentista de *contrôle* industrial (escalão de mais de três anos).
 Litógrafo-fotógrafo (gráfico) — oficial.
 Litógrafo-impressor (gráfico) — oficial.
 Litógrafo-montador (gráfico) — oficial.
 Litógrafo-transportador (gráfico) — oficial.
 Macheiro manual de fundição de 1.^a
 Mandrilador mecânico de 1.^a
 Maquetista (escalão de mais de seis anos).
 Maquinista de locomotiva (b).
 Marcador-maçariqueiro para a indústria naval de 1.^a
 Marceneiro de 1.^a
 Mecânico de aparelhagem pesada de terraplenagem, escavação e ou máquinas agrícolas de 1.^a
 Mecânico de aparelhos de precisão de 1.^a
 Mecânico de armamento de 1.^a
 Mecânico de automóveis de 1.^a
 Mecânico de aviões de 1.^a
 Mecânico de bombas injectoras de 1.^a
 Mecânico de máquinas de escritório de 1.^a
 Mecânico de refrigeração, ar condicionado, ventilação e aquecimento de 1.^a
 Medidor (escalão de três a seis anos).
 Medidor orçamentista (escalão até três anos).
 Mergulhador (escalão até dois anos).
 Modelador de 1.^a
 Montador-ajustador de máquinas de 1.^a
 Montador de baterias (escalão de mais de três anos).
 Montador de blindagens de querena de 1.^a
 Montador de construções metálicas pesadas de 1.^a
 Montador de pré-esforços de 1.^a
 Motorista de pesados (b).
 Operador informático.
 Operador de instalações de revestimento de 1.^a
 Operador de instalação de transformação química do minério de 1.^a
 Operador de laboratório de ensaios mecânicos (escalão de mais de um ano).
 Operador de laboratório químico (escalão até um ano).
 Operador mecanográfico.
 Operador de meios auxiliares de diagnóstico clínico (escalão de mais de um ano).
 Operador de ultra-sons (escalão de mais de um ano) (b).
 Operário de limpezas industriais de 1.^a
 Pedreiro da indústria naval de 1.^a
 Penteciro de 1.^a
 Perfilador de 1.^a
 Pintor da construção civil de 1.^a
 Pintor de lisos e/ou letras de 1.^a
 Pintor de veículos, máquinas ou móveis de 1.^a
 Planificador — 2.^o escalão (escalão até três anos).
 Polidor manual (madeiras) de 1.^a
 Preparador de análises clínicas (escalão de mais de um ano) (b).
 Preparador auxiliar de trabalho (escalão de mais de três anos).
 Preparador informático de dados.
 Preparador técnico de sobresselentes e peças de reserva (escalão até um ano).
 Programador de fabrico (escalão até um ano).
 Promotor de vendas.
 Radiologista industrial (escalão até um ano).

Recepcionista-atendedor de oficina (escalon de mais de um ano).
 Rectificador de fieiras ou matrizes de 1.^a
 Rectificador mecânico de 1.^a
 Repuxador de 1.^a
 Sangrador de fornos de redução de 1.^a
 Serralheiro civil de 1.^a
 Serralheiro de caldeiras de 1.^a
 Serralheiro ferrageiro de 1.^a
 Serralheiro de ferramentas, moldes, cunhos e cortantes de 1.^a
 Serralheiro mecânico de 1.^a
 Serralheiro de rastos de 1.^a
 Serralheiro de tubos de 1.^a
 Soldador por electroarco e oxi-acetileno de 1.^a
 Soldador de telas metálicas destinadas ao fabrico de papel de 1.^a
 Temperador de metais de 1.^a
 Torneiro mecânico de 1.^a
 Traçador da construção naval de 2.^a
 Traçador marcador de 1.^a
 Traçador planificador de 2.^a
 Veleiro de 1.^a
 Vendedor:
 Caixeiro viajante;
 Caixeiro de praça;
 Caixeiro de mar.

Verificador de produtos adquiridos (escalon de mais de um ano).

Grau 8:

Afiador de ferramentas de 1.^a
 Afinador de máquinas de 2.^a
 Afinador, reparador e montador de bicicletas e ciclomotores de 1.^a
 Agente de produção (escalon de mais de um ano).
 Ajudante de fiel de armazém (b).
 Ajudante de sangria de fornos de redução.
 Aplainador mecânico de 2.^a
 Apontador (escalon de mais de um ano) (b).
 Assentador de isolamentos de 1.^a
 Auxiliar de forneiro de fornos de fusão de ligas ferrosas de 1.^a (b).
 Bate-chapas (chapeiro) de 2.^a
 Beneficiador de caldeiras de 2.^a
 Bombeiro fabril de 1.^a
 Caixeiro de 1.^a
 Calafate de 2.^a
 Caldeireiro de 2.^a
 Canalizador (picheleiro) de 1.^a
 Canteiro de 1.^a
 Carpinteiro de branco (de banco) de 2.^a
 Carpinteiro de estruturas de 2.^a
 Carpinteiro de limpos e/ou conservação de 2.^a
 Carpinteiro de moldes ou modelos de 2.^a
 Carpinteiro naval de 2.^a
 Carregador de forno de redução de 1.^a
 Carregador qualificado de forno de redução de 2.^a
 Chumbeiro de 1.^a
 Cinzelador de 2.^a
 Cobrador (b).
 Compositor-moldador de carimbos de borracha de 1.^a

Condutor de máquinas e aparelhos de elevação e transporte de 1.^a
 Condutor de ponte rolante de vazamento de 1.^a (b).
 Conferente abastecedor de linha (escalon de mais de dois anos) (c).
 Controlador de qualidade de armas de fogo (escalon de mais de um ano).
 Coordenador de tempos livres (escalon de mais de um ano).
 Cortador de metal duro de 1.^a
 Cortador-prensador de peças de cutelaria de 1.^a
 Cozinheiro de 2.^a
 Decapador por jacto de 1.^a
 Demonstrador (comércio) (escalon de mais de um ano).
 Desenhador (escalon até três anos).
 Desenhador gráfico (escalon até três anos).
 Desenhador de topografia (escalon até três anos).
 Despachante (escalon de mais de um ano) (b).
 Despenseiro (b).
 Doqueiro de 2.^a
 Electricista de alta tensão (escalon até três anos).
 Electricista auto (escalon até três anos).
 Electricista de baixa tensão (escalon até três anos).
 Electricista bobinador (escalon até três anos).
 Electricista de conservação industrial (escalon até três anos).
 Electricista em geral (escalon até três anos).
 Electricista naval (escalon até três anos).
 Electricista operador de quadro eléctricos, centrais e subestações (escalon até três anos).
 Electricista de veículos de tracção eléctrica (escalon até três anos).
 Electroerosador de 2.^a
 Electromecânico (escalon até três anos).
 Empregado de balcão de 1.^a
 Encadernador (gráfico) — Oficial.
 Encalcador de 1.^a
 Enformador de lâminas termoplásticas (escalon de mais de dois anos) (c).
 Ensaaiador-afinador de 2.^a
 Escatelador mecânico de 2.^a
 Escriturário de 2.^a
 Esmaltador a frio de 1.^a
 Esmaltador a quente de 2.^a
 Especializado (químico).
 Estagiário do 1.^o e 2.^o ano (gráfico).
 Estampador a quente em malho de queda livre de 2.^a
 Estampador-prensador de 1.^a (b).
 Estanhador de 1.^a (c).
 Estofador de 2.^a
 Estucador (construção civil) de 1.^a
 Experimentador de máquinas de escrever (escalon de mais de um ano) (b).
 Ferrageiro de 1.^a
 Ferramenteiro de 1.^a
 Ferreiro on forjador de 2.^a
 Ferreiro ou forjador em série de 1.^a
 Fogueiro de 2.^a
 Forjador de limas de 1.^a
 Forneiro de 1.^a

Forno de fornos de fusão de ligas ferrosas de 2.^a
 Forno de fornos de fusão de ligas não ferrosas de 1.^a
 Fresador mecânico de 2.^a
 Fundidor-moldador manual de 2.^a
 Funileiro-latoeiro de 1.^a
 Gravador de 2.^a
 Gravador de peças em madeira para armas de fogo de 2.^a
 Guilhotinador de folha de madeira de 1.^a
 Guilhotineiro de 1.^a
 Instalador de móveis metálicos ou aparelhos de aquecimento, de queima ou refrigeração de 1.^a
 Instrumentista de *controle* industrial (escalão até três anos).
 Laminador de 1.^a
 Laminador de cutelarias de 1.^a
 Latoeiro de candeeiros de 1.^a
 Limador alisador de 1.^a
 Limador-amolador de cutelarias (rebarbador) de 1.^a
 Maçariqueiro de 1.^a
 Macheiro manual de fundição de 2.^a
 Mandrilador mecânico de 2.^a
 Maquetista (escalão de três a seis anos).
 Maquinista de cartonagem de 1.^a
 Maquinista de força motriz de 1.^a
 Marcador-maçariqueiro para a indústria naval de 2.^a
 Marceneiro de 2.^a
 Marinheiro oficial de 1.^a
 Marteleiro (construção civil) de 1.^a
 Mecânico de aparelhagem pesada de terraplenagem, escavação e/ou máquinas agrícolas de 2.^a
 Mecânico de aparelhos de precisão de 2.^a
 Mecânico de armamento de 2.^a
 Mecânico de automóveis de 2.^a
 Mecânico de aviões de 2.^a
 Mecânico de bombas injectoras de 2.^a
 Mecânico de madeiras de 1.^a
 Mecânico de máquinas de escritório de 2.^a
 Mecânico de refrigeração, ar condicionado, ventilação e aquecimento de 2.^a
 Medidor (escalão até três anos).
 Metalizador à pistola de 1.^a (b).
 Modelador de 2.^a
 Modelador ou polidor de material óptico de 1.^a (b).
 Moldador de barcos ou outras estruturas de fibra de 1.^a
 Montador-afinador de peças de cutelaria de 1.^a
 Montador-ajustador de máquinas de 2.^a
 Montador de andaimes da indústria naval de 1.^a
 Montador de baterias (escalão até três anos).
 Montador de blindagens de querena de 2.^a
 Montador de cardas de 1.^a
 Montador de construções metálicas pesadas de 2.^a
 Montador de máquinas de escrever de 1.^a
 Montador de peças ou órgãos mecânicos em série de 1.^a (c).
 Montador de pneus especializado.
 Montador de pré-esforçado de 2.^a
 Motorista de ligeiros (b).
 Operador de banhos químicos e/ou electroquímicos de 1.^a (b).

Operador de câmara escura de 1.^a
 Operador de concentração de minérios de 1.^a
 Operador de engenho de coluna ou montante para trabalhos de tolerâncias apertadas de 1.^a
 Operador de ensaios de estanquidade de garrafas para gás de 1.^a (b).
 Operador de equipamentos de perfuração de solos de 1.^a
 Operador de fornos de sinterização em vácuo de 1.^a
 Operador de instalação de revestimento de 2.^a
 Operador de instalação de transformação química de minério de 2.^a
 Operador de instalações de matérias-primas de 1.^a
 Operador de máquinas de contabilidade.
 Operador de máquinas de corte por lâminas rotativas de 1.^a
 Operador de máquinas de equilibrar de 1.^a
 Operador de máquinas de estirar de 1.^a
 Operador de máquinas de fabricar teias metálicas (tecelão de teias metálicas) de 1.^a
 Operador de máquinas de fabricar tubos de 1.^a
 Operador de máquinas de formar cabos de 1.^a
 Operador de máquinas de fundição injectada de 1.^a
 Operador de máquinas de furar radial de 1.^a
 Operador de máquinas de injeção de gás do frio (escalão de mais de dois anos).
 Operador de máquinas de pantógrafo de 1.^a
 Operador de máquinas de soldar elementos de metal duro de 1.^a
 Operador de máquinas extrusoras (escalão de mais de dois anos).
 Operador de meios auxiliares de diagnóstico clínico (escalão até um ano).
 Operador de prensa de extrudir de 1.^a (b).
 Operador de quinadeira e/ou viradeira e/ou calandra de 1.^a
 Operador de serra programável para madeira de 1.^a
 Operador de *telex*.
 Operador de tesoura universal de 1.^a
 Operário de limpezas industriais de 2.^a
 Patentador de 1.^a (b).
 Pedreiro (trollha) de 1.^a
 Pedreiro da indústria naval de 2.^a
 Pentecosteiro de 2.^a
 Perfurador-verificador-operador de posto de dados.
 Perfilador de 2.^a
 Picador ou repicador de limas de 1.^a
 Pintor da construção civil de 2.^a
 Pintor especializado de 1.^a
 Pintor da indústria naval de 1.^a
 Pintor de lisos e/ou letras de 2.^a
 Pintor de veículos, máquinas ou móveis de 2.^a
 Plastificador de 1.^a
 Polidor de 1.^a (b).
 Polidor de cutelarias de 1.^a
 Polidor manual (madeiras) de 2.^a
 Polidor mecânico de 1.^a
 Preparador auxiliar de trabalho (escalão até três anos).
 Preparador de electrodos de 1.^a
 Preparador de tintas para linhas de montagem de 1.^a (c).
 Propagandista.
 Rebarbador especializado e/ou de ferramentas pesadas de 1.^a (b).

Rebitador de 1.^a
 Recepcionista ou atendedor de oficina (escalão até um ano).
 Rectificador de feiras ou matrizes de 2.^a
 Rectificador mecânico de 2.^a
 Reparador de isqueiros ou canetas de 1.^a
 Reparador de linha de 1.^a
 Repuxador de 2.^a
 Revestidor de cilindros cardadores de 1.^a
 Sangrador de fornos de redução de 2.^a
 Serralheiro de caldeiras de 2.^a
 Serralheiro civil de 2.^a
 Serralheiro ferrageiro de 2.^a
 Serralheiro de ferramentas, moldes, cunhos e cortantes de 2.^a
 Serralheiro mecânico de 2.^a
 Serralheiro de metais não ferrosos de 1.^a
 Serralheiro de rastos de 2.^a
 Serralheiro de tubos de 2.^a
 Soldador por electroarco e oxi-acetileno de 2.^a
 Soldador por pontos ou costura de 1.^a
 Soldador de telas metálicas destinadas ao fabrico de papel de 2.^a
 Temperador de metais de 2.^a
 Torneiro mecânico de 2.^a
 Torneiro de peito ou de unbeta de 1.^a
 Traçador da construção naval de 3.^a
 Traçador-marcador de 2.^a
 Traçador-planificador de 3.^a
 Tractorista ou maquinista de estacaria de 1.^a (b).
 Trefilador de 1.^a (b).
 Vazador de 1.^a (b).
 Veleiro de 2.^a
 Vulcanizador de 1.^a
 Zincador de 1.^a

Grau 9:

Abastecedor de fornos de desgasificação (escalão de mais de um ano).
 Abastecedor de matérias-primas (escalão de mais de um ano).
Acabador de machos para fundição de 1.^a
 Acabador de pequenas peças gravadas de 1.^a
 Acabador de tubos de 1.^a
 Afagador de tacos de 1.^a
 Afiaador de ferramentas de 2.^a
 Afinador de máquinas de 3.^a
 Afinaador, reparador e montador de bicicletas e ciclomotores de 2.^a
 Agente de aprovisionamento (escalão até um ano).
 Ajudante de colunista.
 Ajudante de motorista (d).
 Alinhador de escrita de 1.^a
 Amolador de 1.^a
 Aplinaador mecânico de 3.^a
 Arameiro de 1.^a
 Armador de ferro de 1.^a
 Arquivista fabril (escalão de mais de quatro anos).
 Arquivista técnico (desenho) (escalão de mais de quatro anos) (d).
 Assentador de isolamentos de 2.^a
 Assentador de tacos de 1.^a
 Assentador de vias de 1.^a
Assistente de consultório.
 Atarraxador de 1.^a
 Auxiliar (gráfico) — 4.^o ano.

Auxiliar de condutor de máquinas de elevação e transporte de 1.^a
 Auxiliar de forneiro de fornos de fusão de ligas ferrosas de 2.^a
 Auxiliar de forneiro de fornos de fusão de ligas não ferrosas de 1.^a
 Barbeiro de 1.^a
 Bate-chapas (chapeiro) de 3.^a
 Beneficiador de caldeiras de 3.^a
 Bombeiro fabril de 2.^a
 Caixa de balcão (d).
 Caixeiro de 2.^a
 Caixoteiro (escalão de mais de um ano).
 Calafate de 3.^a
 Caldeireiro de 3.^a
 Canalizador (picheleiro) de 2.^a
 Canteiro de 2.^a
 Carpinteiro de branco (de banco) de 3.^a
 Carpinteiro de estruturas de 3.^a
 Carpinteiro de limpos e/ou conservação de 3.^a
 Carpinteiro de moldes ou modelos de 3.^a
 Carpinteiro naval de 3.^a
 Carpinteiro de toco ou cofragem de 1.^a
 Carregador de forno de redução de 2.^a
 Carregador-descarregador de 1.^a (d).
 Carregador qualificado de forno de redução de 3.^a
 Chumbeiro de 2.^a
 Cinzelador de 3.^a
 Colocador de machos para fundição.
 Compositor-moldador de carimbos de borracha de 2.^a
 Condutor de máquinas e aparelhos de elevação e transporte de 2.^a
 Condutor de ponte rolante de vazamento de 2.^a
 Conferente de 1.^a
 Conferente abastecedor de linha (escalão até dois anos).
 Controlador-caixa (hotelaria) (d).
 Controlador de qualidade (escalão até um ano).
 Controlador de qualidade de armas de fogo (escalão até um ano).
 Cortador (hotelaria) de 1.^a (d).
 Cortador de guilhotina (gráfico) (escalão de mais de dois anos).
 Cortador de metal duro de 2.^a
 Cortador prensador de peças de cutelaria de 2.^a
 Cortador ou serrador de materiais de 1.^a
 Cortador(a) de tecidos ou pergamóides de 1.^a
 Cozinheiro de 3.^a
 Decapador por jacto de 2.^a
 Decapador por processos químicos de 1.^a (c).
 Descritor (escalão até um ano) (d).
 Desempenador de 1.^a
 Desenhador pintor ou decorador de esmaltagem de 1.^a (d).
 Detector de deficiências de fabrico de 1.^a
 Doqueiro de 3.^a
 Electricista de alta tensão pré-oficial.
 Electricista auto pré-oficial.
 Electricista de baixa tensão pré-oficial.
 Electricista bobinador pré-oficial.
 Electricista de conservação industrial pré-oficial.
 Electricista em geral pré-oficial.
 Electricista naval pré-oficial.
 Electricista operador de quadros eléctricos centrais e subestações pré-oficial.

Electricista de veículos de tracção eléctrica pré-oficial.
 Electroerosador de 3.^a
 Electromecânico pré-oficial.
 Empregado de balcão de 2.^a
 Encalçador de 2.^a
 Enformador de lâminas termoplásticas (escalão até dois anos).
 Enfornador de forno de cal (escalão de mais de um ano).
 Engatador ou agulheiro.
 Ensaíador afinador de 3.^a
 Entregador de máquinas ou equipamentos de 1.^a
 Escatelador mecânico de 3.^a
 Escriturário de 3.^a
 Esmaltador à espátula de pequenas peças de 1.^a
 Esmaltador a frio de 2.^a
 Esmaltador a quente de 3.^a
 Esmerilador de 1.^a
 Esmerilador de limas de 1.^a
 Especificador de materiais de (desenho).
 Estampador prensador de 2.^a
 Estanhador de 2.^a
 Estofador de 3.^a
 Estofador em série e/ou colchoeiro mecânico de 1.^a (c).
 Estucador (construção civil) de 2.^a
 Experimentador (escalão até um ano).
 Experimentador de moldes metálicos (escalão até um ano).
 Facejador (madeiras) de 1.^a
 Ferrageiro de 2.^a
 Ferramenteiro de 2.^a
 Ferreiro ou forjador de 3.^a
 Ferreiro ou forjador em série de 2.^a
 Fogueiro de 3.^a
 Forjador de limas de 2.^a
 Forneiro de 2.^a
 Forneiro de fornos de fusão de ligas ferrosas de 3.^a
 Forneiro de fornos de fusão de ligas não ferrosas de 2.^a
 Fresador mecânico de 3.^a
 Fresador em série de 1.^a
 Fundidor-moldador manual de 3.^a
 Fundidor-moldador mecânico de 1.^a
 Funileiro-latoeiro de 2.^a
 Gravador de 3.^a
 Gravador de peças em madeira para armas de fogo de 3.^a
 Guilhotinador de folha de madeira de 2.^a
 Guilhotineiro de 2.^a
 Instalador de móveis metálicos ou aparelhos de aquecimento, de queima ou refrigeração de 2.^a
 Laminador de 2.^a
 Laminador de cutelaria de 2.^a
 Latoeiro de candeeiros de 2.^a
 Layador de viaturas.
 Levantador de peças fundidas de 1.^a
 Limador-alisador de 2.^a
 Limador-amolador de cutelarias (rebarbador) de 2.^a
 Lixador (manual ou mecânico) (madeiras) de 1.^a
 Lubrificador de 1.^a
 Lubrificador de veículos automóveis.
 Maçariqueiro de 2.^a
 Macheiro manual de fundição de 3.^a
 Macheiro mecânico de fundição de 1.^a

Malhador de 1.^a
 Mandrilador mecânico de 3.^a
 Mandrilador de peças em série de 1.^a
 Manufator de material de higiene e segurança de 1.^a
 Maquetista (escalão até três anos).
 Maquinista de cartonagem de 2.^a
 Maquinista de força motriz de 2.^a
 Marcador maçariqueiro para a indústria naval de 3.^a
 Marceneiro de 3.^a
 Marinheiro oficial de 2.^a
 Marteleiro (construção civil) de 2.^a
 Mecânico de aparelhagem pesada de terraplenagem, escavação e ou máquinas agrícolas de 3.^a
 Mecânico de aparelhos de precisão de 3.^a
 Mecânico de armamento de 3.^a
 Mecânico de automóveis de 3.^a
 Mecânico de aviões de 3.^a
 Mecânico de bombas injectoras de 3.^a
 Mecânico de madeiras de 2.^a
 Mecânico de máquinas de escritório de 3.^a
 Mecânico de refrigeração, ar condicionado, ventilação e aquecimento de 3.^a
 Metalizador à pistola de 2.^a
 Modelador de 3.^a
 Modelador ou polidor de material óptico de 2.^a
 Moldador de barcos e outras estruturas de fibra de 2.^a
 Montador-afinador de peças de cutelaria de 2.^a
 Montador-ajustador de máquinas de 3.^a
 Montador de andaimes da indústria naval de 2.^a
 Montador de baterias — pré-oficial.
 Montador de blindagem de querena de 3.^a
 Montador de cardas de 2.^a
 Montador de carimbos de borracha de 1.^a
 Montador de construções metálicas pesadas de 3.^a
 Montador de estruturas metálicas ligeiras de 1.^a
 Montador de máquinas de escrever de 2.^a
 Montador de peças de cutelaria de 1.^a (b).
 Montador de peças ou órgãos mecânicos em série de 2.^a
 Montador de pré-esforços de 3.^a
 Movimentador de carros em parque.
 Operador de banhos químicos e ou electroquímicos de 2.^a
 Operador de câmara escura de 2.^a
 Operador de chanfradeira de 1.^a
 Operador de concentração de minérios de 2.^a
 Operador de engenho de coluna ou montante para trabalhos de tolerâncias apertadas de 2.^a
 Operador de engenho de coluna ou portátil de 1.^a
 Operador de ensacamento (escalão de mais de um ano).
 Operador de ensaios de estanquidade de garrafas para gás de 2.^a
 Operador de equipamentos de perfuração de solos de 2.^a
 Operador de estufas de 1.^a
 Operador de fornos de calcinação de 1.^a
 Operador de fornos de fabrico de cianamida cálcica (escalão de mais de um ano).
 Operador de fornos de redução e carburação de 1.^a
 Operador de fornos de sinterização em atmosfera de hidrogénio de 1.^a

Operador de fornos de sinterização em vácuo de 2.^a
 Operador de gerador de acetileno de 1.^a
 Operador de instalação de antipoluição (escalão de mais de dois anos).
 Operador de instalação de britagem (escalão de mais de um ano).
 Operador de instalação de moagem do carboneto de cálcio e cianamida (escalão de mais de um ano).
 Operador de instalação de revestimento de 3.^a
 Operador de instalação de transformação química do minério de 3.^a
 Operador de instalações de matérias-primas de 2.^a
 Operador de laboratório de ensaios mecânicos (escalão até um ano).
 Operador de máquinas de abrir fendas a parafusos de 1.^a
 Operador de máquinas automáticas de polir de 1.^a
 Operador de máquinas de balancé de 1.^a
 Operador de máquinas de bobinar de 1.^a
 Operador de máquinas de cardar pasta de 1.^a
 Operador de máquinas de corte por lâminas rotativas de 2.^a
 Operador de máquinas de decapar por grenalha de 1.^a
 Operador de máquinas de equilibrar de 2.^a
 Operador de máquinas de estirar de 2.^a
 Operador de máquinas de fabricar agulhas de 1.^a
 Operador de máquinas de fabricar arame farpado, rede e suas espirais e enrolar rede de 1.^a
 Operador de máquinas de fazer corrente de 1.^a
 Operador de máquinas de fabricar discos e ou folhas de serra de 1.^a
 Operador de máquinas de fabricar molas de 1.^a
 Operador de máquinas de fabricar pregos de 1.^a
 Operador de máquinas de fabricar puado rígido de 1.^a
 Operador de máquinas de fabricar teias metálicas (tecelão de teias metálicas) de 2.^a
 Operador de máquinas de fabricar tubos de 2.^a
 Operador de máquinas de bisnagas metálicas e outras de 1.^a
 Operador de máquinas para o fabrico de colchões ou estofos de 1.^a
 Operador de máquinas para o fabrico de electrodos de 1.^a
 Operador de máquinas de formar cabos de 2.^a
 Operador de máquinas de fundição injectada de 2.^a
 Operador de máquinas de furar radial de 2.^a
 Operador de máquinas da indústria de latoaria e vazio de 1.^a
 Operador de máquinas de injeção de gás de frio (escalão até dois anos).
 Operador de máquinas de instalação mecânica de esticar tela metálica para o fabrico de papel de 1.^a
 Operador de máquinas de microfilmagem de 1.^a
 Operador de máquinas pantógrafo de 2.^a
 Operador de máquinas de pontear e ou calibrar parafusos e ou chanfrar porcas de 1.^a
 Operador de máquinas de prensar parafusos, porcas, rebites e cavilhas de 1.^a
 Operador de máquinas de soldar elementos de metal duro de 2.^a

Operador de máquinas de *transfer* automática de 1.^a
 Operador de máquina extrusora (escalão até dois anos).
 Operador de máquinas para transformar e preparar folha de alumínio de 1.^a
 Operador de misturador de carga para briquetes (escalão de mais de um ano).
 Operador de orladora de 1.^a
 Operador de posto de bombagem de 1.^a
 Operador de prensa de extrudir de 2.^a
 Operador de quinadeira e ou viradeira e ou calandra de 2.^a
 Operador de radiotelefone de 1.^a
 Operador de serra programável para madeiras de 2.^a
 Operador de ultra-sons (escalão até um ano).
 Operário de limpezas industriais de 3.^a
 Operário de manobras de 1.^a
 Patentador de 2.^a
 Pedreiro (trolha) de 2.^a
 Pedreiro da indústria naval de 3.^a
 Penteeiro de 3.^a
 Perfilador de 3.^a
 Picador ou repicador de limas de 2.^a
 Pintor da construção civil de 3.^a
 Pintor especializado de 2.^a
 Pintor da indústria naval de 2.^a
 Pintor de lisos e ou letras de 3.^a
 Pintor de veículos, máquinas ou móveis de 3.^a
 Plásticoador de 2.^a
 Polidor de 2.^a
 Polidor de cutelarias de 2.^a
 Polidor manual (madeiras) de 3.^a
 Polidor mecânico (madeiras) de 2.^a
 Pregueiro manual de 1.^a
 Prensador-colador (madeiras) de 1.^a
 Preparador de análises clínicas (escalão até um ano).
 Preparador de areias para fundição de 1.^a
 Preparador de electrodos de 2.^a
 Preparador de esmaltes de 1.^a
 Preparador de isolamento de limas destinadas à têmpera de 1.^a
 Preparador de pasta (escalão de mais de um ano).
 Preparador de pasta abrasiva e massa para polimento de metais (mais de 2 anos).
 Preparador de pintura de 1.^a (c).
 Preparador de pós e misturas de metal duro de 1.^a
 Preparador de tintas para linhas de montagem de 2.^a
 Quebra ou corta-gitos de 1.^a
 Raspador-picador de 1.^a
 Rebarbador especializado e ou de ferramentas pesadas de 2.^a
 Rebarbador-limpador de 1.^a (c).
 Rebitador de 2.^a
 Recepcionista (escritório).
 Rectificador de feiras ou matrizes de 3.^a
 Rectificador mecânico de 3.^a
 Rectificador de peças em série de 1.^a
 Reparador de isqueiros e canetas de 2.^a
 Reparador de linha de 2.^a
 Repuxador de 3.^a
 Respigador de madeiras de 1.^a

Revestidor de artigos de fantasia de 1.^a
 Revestidor de bases de chapéus de carda (*flats*) de 1.^a
 Revestidor de cilindros cardadores de 2.^a
 Riscador de 1.^a
 Serrador mecânico de madeiras de 1.^a
 Serralheiro de caldeiras de 3.^a
 Serralheiro civil de 3.^a
 Serralheiro ferrageiro de 3.^a
 Serralheiro de ferramentas, moldes, cunhos e cortantes de 3.^a
 Serralheiro mecânico de 3.^a
 Serralheiro de metais não ferrosos de 2.^a
 Serralheiro de rastos de 3.^a
 Serralheiro de tubos de 3.^a
 Soldador de baixo ponto de fusão de 1.^a
 Soldador por electroarco de oxi-acetileno de 3.^a
 Soldador de pontos ou costura de 2.^a
 Soldador de telas metálicas destinadas ao fabrico de papel de 3.^a
 Tecedeira ou tecelão manual de redes para a pesca de 1.^a
 Temperador de metais de 3.^a
 Torneiro mecânico de 3.^a
 Torneiro de peças em série de 1.^a
 Torneiro de peito ou unbeta de 2.^a
 Traçador-marcador de 3.^a
 Tractorista ou maquinista de estacaria de 2.^a
 Trefilador de 2.^a
 Urdidor de 1.^a
 Vazador de 2.^a
 Veleiro de 3.^a
 Verificador de produtos adquiridos (escalão até um ano).
 Vulcanizador de 2.^a
 Zelador de instalação de transporte de areias para fundição de 1.^a
 Zincador de 2.^a

Grau 10:

Abastecedor de fornos de desgasificação (escalão de menos de um ano).
 Abastecedor de matérias-primas (escalão de menos de um ano).
 Acabador de machos para fundição de 2.^a
 Acabador de pequenas peças gravadas de 2.^a
 Acabador de tubos de 2.^a
 Afagador de tacos de 2.^a
 Afiador de ferramenta de 3.^a
 Afinador; reparador e montador de bicicletas e ciclomoteres de 3.^a
 Agente de produção (escalão até um ano).
 Alinhador de escrita de 2.^a
 Amarrador de 1.^a
 Amolador de 2.^a
 Apontador (escalão até um ano).
 Arameiro de 2.^a
 Armador de ferro de 2.^a
 Arquivista fabril (escalão até quatro anos).
 Arquivista técnico (desenho) (escalão até quatro anos).
 Arrolhador (escalão de mais de um ano).
 Assentador de isolamentos de 3.^a
 Assentador de tacos de 2.^a
 Assentador de vias de 2.^a

Atarraxador de 2.^a
 Auxiliar (gráfico) — 3.^o ano.
 Auxiliar de condutor de máquinas e aparelhos de elevação e transporte de 2.^a
 Auxiliar de forneiro de fornos de fusão de ligas ferrosas de 3.^a
 Auxiliar de forneiro de fornos de fusão de ligas não ferrosas de 2.^a
 Auxiliar de operador de 1.^a
 Barbeiro de 2.^a
 Bombeiro fabril de 3.^a
 Caixa de 3.^a
 Caixoteiro (escalão de menos de um ano).
 Canalizador (picheleiro) de 3.^a
 Canteiro de 3.^a
 Capataz (construção civil) (b).
 Carpinteiro de tosco ou confragem de 2.^a
 Carregador-descarregador de 2.^a
 Cartonageira (escalão de mais de um ano).
 Chegador (3.^o ano).
 Chumbeiro de 3.^a
 Chumbeiro manual (ou fabril) de 1.^a (d).
 Colocador de pastilhas de metal duro em tabuleiro de 1.^a
 Colocador de pesos de 1.^a
 Compositor moldador de carimbos de borracha de 3.^a
 Condutor de máquinas de aparelhos de elevação e transporte de 3.^a
 Condutor de moinho de limalhas (escalão de mais de um ano).
 Condutor de ponte rolante de vazamento de 3.^a
 Conferente de 2.^a
 Coordenador de tempos livres (escalão de menos de um ano).
 Cortador (hotelaria) de 2.^a
 Cortador de metal duro de 3.^a
 Cortador-prensador de peças de cutelaria de 3.^a
 Cortador ou serrador de materiais de 2.^a
 Cortador (a) de tecidos ou pergamóides de 2.^a
 Cravador de 1.^a
 Dactilógrafo (2.^o ano).
 Decapador por jacto de 3.^a
 Decapador por processos químicos de 2.^a
 Demonstrador (escalão até um ano).
 Desempenador de 2.^a
 Desenhador (tirocinante A do 2.^o ano).
 Desenhador gráfico (tirocinante A do 2.^o ano).
 Desenhador pintor ou decorador de esmaltagem de 2.^a
 Desenhador de topografia (tirocinante A do 2.^o ano).
 Despachante (escalão até um ano).
 Detector de deficiências de fabrico de 2.^a
 Embalador de 1.^a
 Embalador de cutelarias (mais de 2 anos).
 Empregado de balcão de 3.^a
 Empregado de lavadaria de 1.^a
 Encalcador de 3.^a
 Enfiador de teias de 1.^a
 Enfornador de forno de cal (escalão até um ano).
 Entregador de ferramentas, materiais e produtos de 1.^a
 Entregador de máquinas ou equipamentos de 2.^a
 Escolhedor-classificador de sucatas de 1.^a
 Esmaltador à espátula de pequenas peças de 2.^a

Esmaltador a frio de 3.^a
 Esmerilador de 2.^a
 Esmerilador de limas de 2.^a
 Estagiário de 2.º ano (escritórios).
 Estampador-prensador de 3.^a
 Estanhador de 3.^a
 Estofador em série e/ou colchoeiro mecânico de 2.^a
 Experimentador de máquinas de escrever (escalão até um ano).
 Facejador (madeiras) de 2.^a
 Ferrajeiro de 3.^a
 Ferramenteiro de 3.^a
 Ferreiro ou forjador em série de 3.^a
 Forjador de limas de 3.^a
 Forno de 3.^a
 Forno de forno de fusão de ligas não ferrosas de 3.^a
 Fresador em série de 2.^a
 Fundidor-moldador mecânico de 2.^a
 Guilhotinador de folha de madeira de 3.^a
 Guilhotinador de 3.^a
 Impressor de serigrafia (escalão de mais de dois anos).
 Impressor de verniz (escalão de mais de um ano).
 Instalador de móveis metálicos ou aparelhos de aquecimento, de queima ou refrigeração de 3.^a
 Jardineiro (escalão de mais de um ano) (d).
 Laminador de 3.^a
 Laminador de cutelarias de 3.^a
 Lavadeiro de 1.^a
 Levantador de peças fundidas de 2.^a
 Limador-alisador de 3.^a
 Limador-amolador de cutelarias (rebarbador) de 3.^a
 Limpador de viaturas.
 Lixador (manual ou mecânico) (madeiras) de 2.^a
 Lubrificador de 2.^a
 Maçariqueiro de 3.^a
 Macheiro mecânico de fundição de 2.^a
 Malhador de 2.^a
 Mandrilador de peças em série de 2.^a
 Manufator de material de higiene e segurança de 2.^a
 Maquetista (tirocinante A do 2.º ano).
 Maquinista de cartonagem de 3.^a
 Maquinista de força motriz de 3.^a
 Marcador de 1.^a
 Marginador-retirador (escalão de mais de dois anos).
 Marinheiro oficial de 3.^a
 Mecânico de madeiras de 3.^a
 Medidor (tirocinante do 2.º ano).
 Metalizador à pistola de 3.^a
 Modelador ou polidor de material óptico de 3.^a
 Moldador de barcos e/ou outras estruturas de fibra de 3.^a
 Montador-afinador de peças de cutelaria de 3.^a
 Montador de andaimes para a indústria naval de 3.^a
 Montador de cardas de 3.^a
 Montador de carimbos de borracha de 2.^a
 Montador de estruturas metálicas ligeiras de 2.^a
 Montador de peças de cutelaria de 2.^a
 Montador de máquinas de escrever de 3.^a

Montador de peças ou órgãos mecânicos em série de 3.^a
 Montador de pneus.
 Operador de automático (sarilhador) (escalão de mais de um ano).
 Operador de banhos químicos e/ou electroquímicos de 3.^a
 Operador de câmara escura de 3.^a
 Operador do campo experimental agrícola.
 Operador de chanfradeira de 2.^a
 Operador de engenho de coluna ou portátil de 2.^a
 Operador de ensacamento (escalão até um ano).
 Operador de estufas de 2.^a
 Operador de fornos de calcinação de 2.^a
 Operador de forno de fabrico de cianamida cálcica (escalão até um ano).
 Operador de fornos de redução e carburação de 2.^a
 Operador de fornos de sinterização em atmosfera de hidrogénio de 2.^a
 Operador de gerador de acetileno de 2.^a
 Operador heliográfico (escalão de mais de quatro anos) (d).
 Operador de instalação de antipoluição (escalão de menos de dois anos).
 Operador de instalação de britagem (escalão até um ano).
 Operador de instalação de moagem de carboneto de cálcio e cianamida (escalão até um ano).
 Operador de instalação rotativa para limpar peças de 1.^a
 Operador manual (gráfico) (escalão de mais de dois anos).
 Operador de máquinas de abrir fendas a parafusos de 2.^a
 Operador de máquinas automáticas de polir de 2.^a
 Operador de máquinas de balancé de 2.^a
 Operador de máquinas de bobinar de 2.^a
 Operador de máquinas de cardar pasta de 2.^a
 Operador de máquinas de corte por lâminas rotativas de 3.^a
 Operador de máquinas de decapar por grenalha de 2.^a
 Operador de máquinas de encher escovas ou pua-dos de 1.^a
 Operador de máquinas de encruar varão a frio de 1.^a
 Operador de máquinas de fabricar agrafes de 1.^a
 Operador de máquinas de fabricar agulhas de 2.^a
 Operador de máquinas de fabricar anzóis de 1.^a
 Operador de máquinas de fabricar arame far-pado, rede e suas espirais e enrolar rede de 2.^a
 Operador de máquinas de fabricar bichas metálicas de 1.^a
 Operador de máquinas de fabricar cápsulas de 1.^a
 Operador de máquinas de fabricar correntes de 2.^a
 Operador de máquinas de fabricar discos e/ou folhas de serra de 2.^a
 Operador de máquinas de fabricar fechos de correr de 1.^a
 Operador de máquinas de fabricar molas de 2.^a
 Operador de máquinas de fabricar pregos de 2.^a

Operador de máquinas de fabricar puado rígido de 2.^a
 Operador de máquinas de fabricar redes para a pesca de 1.^a
 Operador de máquinas de fabrico de bisnagas metálicas e outras de 2.^a
 Operador de máquinas de fabrico de colchões ou estofos de 2.^a
 Operador de máquinas de fabrico de eléctricos de 2.^a
 Operador de fundição injectada de 3.^a
 Operador de máquinas da indústria de latoaria e vazio de 2.^a
 Operador de máquina ou instalação mecânica de esticar tela metálica para o fabrico de papel de 2.^a
 Operador de máquinas de microfilmagem de 2.^a
 Operador de máquinas de partir e/ou enfardar sucata de 1.^a
 Operador de máquinas de pontear e/ou calibrar e/ou chanfrar porcas de 2.^a
 Operador de máquinas de prensar parafusos, porcas, rebites e cavilhas de 2.^a
 Operador de máquinas de temperar puados de 1.^a
 Operador de máquinas de *transfer* automática de 2.^a
 Operador de máquinas para transformar e preparar folhas de alumínio de 2.^a
 Operador de misturador de cargas para briquetes (escalão até um ano).
 Operador de orladora de 2.^a
 Operador de posto de bombagem de 2.^a
 Operador de radiotelefone de 2.^a
 Operador de recolha e preparação de amostras (escalão de mais de um ano).
 Operador de regulador automático (escalão de mais de um ano).
 Operador de serra programável para madeiras de 3.^a
 Operador de tesoura universal de 3.^a
 Operário de manobras de 2.^a
 Patentador de 3.^a
 Pesador-contador de 1.^a
 Picador ou repicador de limas de 3.^a
 Pintor de cápsulas de 1.^a
 Pintor da indústria naval de 3.^a
 Pintor secador de machos para fundição de 1.^a
 Polidor de 3.^a
Polidor de cutelarias de 3.^a
 Pré-oficial (construção civil).
 Pregueiro manual de 2.^a
 Prensador-colador (madeiras) de 2.^a
 Preparador de areias para fundição de 2.^a
 Preparador de esmaltes de 2.^a
 Preparador de isolamento de limas destinadas à têmpera de 2.^a
 Preparador de pasta (escalão até um ano).
Preparador de pasta abrasiva e massa para polimento de metais (até 2 anos).
 Preparador de pintura de 2.^a
 Preparador de pós e misturas de metal duro de 2.^a
 Preparador de tintas para linhas de montagem de 3.^a
 Quebra ou corta-gitos de 2.^a

Raspador-picador de 2.^a
 Rebarbador especializado e/ou de ferramentas pesadas de 3.^a
 Rebarbador-limpador de 2.^a
 Rebitador de 3.^a
 Rectificador de peças em série de 2.^a
 Reprodutor de documentos (d).
 Respígador de madeiras de 2.^a
 Revestidor de artigos de fantasia de 2.^a
 Revestidor de bases de chapéus de carda de 2.^a
 Riscador de 2.^a
 Semiespecializado (químico).
 Serrador mecânico de madeiras de 2.^a
 Serralheiro de metais não ferrosos de 3.^a
 Soldador de baixo ponto de fusão de 2.^a
 Tecedeira ou tecelão manual de redes para a pesca de 2.^a
 Telefonista (d).
 Torneiro de peças em série de 2.^a
 Torneiro de peito ou unheta de 3.^a
 Trefilador de 3.^a
 Urdidor de 2.^a
 Vazador de 3.^a
 Vigilante de infantário.
 Zelador e abastecedor de nora da instalação de decapagem de limas de 1.^a
 Zelador de instalação de transporte de areias para fundição de 2.^a
 Zincador de 3.^a

Grau II:

Abastecedor de carburantes.
 Amarrador de 2.^a
 Arrolhador (escalão até um ano).
 Auxiliar (gráfico) do 2.^o ano.
 Auxiliar de operador de 2.^a
 Chegador do 2.^o ano.
 Chumbeiro manual (ou fabril) de 2.^a
 Colocador de pastilhas de metal duro em tabuleiros de 2.^a
 Colocador de pesos de 2.^a
 Condutor de moinho de limalhas (escalão até um ano).
 Cortador de guilhotina (gráfico) (escalão até dois anos).
 Cravador de 2.^a
Embalador de cutelarias (até 2 anos).
 Embalador de 2.^a
 Empregado de lavadaria de 2.^a
 Empregado de refeitório.
 Empregado de serviços externos (estafeta).
 Enfiador de teias de 2.^a
 Entregador de ferramentas, materiais e produtos de 2.^a
 Escolhedor-classificador de sucatas de 2.^a
 Lavadeiro de 2.^a
 Marcador de 2.^a
 Operador de automáticos (sarilhador) (escalão até um ano).
 Operador de instalação rotativa para limpar peças de 2.^a
 Operador de máquinas de encher escovas ou puados de 2.^a

Colocador de máquinas de encruar varão a frio de 2.^a

Operador de máquinas de fabricar agrafes de 2.^a

Operador de máquinas de fabricar anzóis de 2.^a

Operador de máquinas de fabricar bichas metálicas de 2.^a

Operador de máquinas de fabricar cápsulas de 2.^a

Operador de máquinas de fabricar fechos de correr de 2.^a

Operador de máquinas de fabricar redes para a pesca de 2.^a

Operador de máquinas de partir e/ou enfardar sucata de 2.^a

Operador de máquinas de temperar puados de 2.^a

Operador de recolha e preparação de amostras (escalão até um ano).

Operador de regulador automático (escalão até um ano).

Pesador-cortador de 2.^a

Pintor de cápsulas de 2.^a

Pintor-secador de machos para fundição de 2.^a

Roupeiro.

Trabalhador do campo experimental agrícola.

Zelador e abastecedor de nora da instalação de decapagem de limas de 2.^a

Grau 12:

Auxiliar (gráfico) do 1.^o ano.

Caixeiro-ajudante do 2.^o ano.

Cartonageira (escalão até um ano).

Chegador do 1.^o ano.

Contínuo.

Dactilógrafo do 1.^o ano.

Desenhador (tirocinante A do 1.^o ano).

Desenhador gráfico (tirocinante A do 1.^o ano).

Desenhador de topografia (tirocinante A do 1.^o ano).

Estagiário do 1.^o ano (escritórios).

Guarda.

Impressor de serigrafia (escalão até dois anos).

Impressor de verniz (escalão até um ano).

Jardineiro (escalão até um ano).

Marginador-retirador (escalão até dois anos).

Maquetista (tirocinante A do 1.^o ano).

Medidor (tirocinante A do 1.^o ano).

Operador heliográfico (escalão até quatro anos).

Operador manual (gráfico) (escalão até dois anos).

Porteiro.

Grau 13:

Ajudante de electricista do 2.^o ano.

Ajudante de lubrificador (e).

Caixeiro-ajudante do 1.^o ano.

Distribuidor.

Operário não especializado (servente metalúrgico).

Servente (construção civil e comércio).

Trabalhador de limpeza.

Trabalhador de serviço de apoio (gráfico).

Grau 14:

Aprendiz (gráfico) do 5.^o ano.

Ajudante de electricista do 1.^o ano.

Grau 15:

Desenhador (tirocinante B do 3.^o ano).

Desenhador gráfico (tirocinante B do 3.^o ano).

Desenhador de topografia (tirocinante B do 3.^o ano).

Medidor (tirocinante B do 3.^o ano).

Maquetista (tirocinante B do 3.^o ano).

Grau 16:

Desenhador (tirocinante B do 2.^o ano).

Desenhador gráfico (tirocinante B do 2.^o ano).

Desenhador de topografia (tirocinante B do 2.^o ano).

Electricista (aprendiz do 3.^o ano).

Medidor (tirocinante B do 2.^o ano).

Maquetista (tirocinante B do 2.^o ano).

Montador de baterias (aprendiz do 3.^o ano).

Paquete do 4.^o ano.

Grau 17:

Desenhador (tirocinante B do 1.^o ano).

Desenhador gráfico (tirocinante B do 1.^o ano).

Desenhador de topografia (tirocinante B do 1.^o ano).

Medidor (tirocinante B do 1.^o ano).

Maquetista (tirocinante B do 1.^o ano).

Grau 18:

Caixeiro (praticante do 3.^o ano).

Electricista (aprendiz do 2.^o ano).

Montador de baterias (aprendiz do 2.^o ano).

Paquete do 3.^o ano.

Grau 19:

Caixeiro (praticante do 2.^o ano).

Electricista (aprendiz do 1.^o ano).

Montador de baterias (aprendiz do 1.^o ano).

Paquete do 2.^o ano.

Grau 20:

Caixeiro (praticante do 1.^o ano).

Paquete do 1.^o ano.

a) Profissões do grau 6 que admitem tirocínio (prática) e aprendizagem.

b) Profissões dos graus 7 e 8 que não admitem aprendizagem.

c) Profissões que no ramo de montagem de veículos automóveis não admitem aprendizagem nem tirocínio (prática).

d) Profissões que não admitem tirocínio (prática).

e) Esta profissão ascende à de lubrificador de veículos automóveis após um ano.

ANEXO III

Definição de funções

Abastecedor de carburantes. — Trabalhador maior de 18 anos que faz o abastecimento e/ou venda de carburantes e todos os demais produtos ligados à actividade, competindo-lhe cuidar das bombas e prestar assistência à clientela, nomeadamente verificação de óleo do motor, água e pressão dos pneus, podendo, eventualmente, proceder à oclusão de pneus e câmaras-de-ar.

Abastecedor de fornos de desgasificação. — Trabalhador que tem por função encher as catambas com antracite, sangrar o forno e substituir o forneiro nos impedimentos deste. Procede também à deslocação do antracite sangrado para a fábrica de pasta.

Abastecedor de matérias-primas. — Trabalhador que procede ao abastecimento dos fornos com matérias-primas, quer manual, quer mecanicamente, de acordo com as instruções recebidas sobre a natureza e a qualidade dos componentes da carga; controla ou efectua a pesagem de cargas, quando for caso disso.

Acabador de machos para fundição. — É o trabalhador que predominantemente elimina excessos de areia, detecta deficiências de fabrico e corrige pequenos defeitos em machos para fundição provenientes de moldação mecânica.

Acabador de pequenas peças gravadas. — Trabalhador que executa, no acabamento de pequenas peças gravadas, tais como carimbos, medalhas, emblemas e outros artigos similares, polimentos, foscagens, chanfragens, enchimentos a tinta, lacre, cera, óxidos e outros produtos similares.

Acabador de tubos. — É o trabalhador que, procedendo ao acabamento dos tubos, aperfeiçoa manual ou mecanicamente a respectiva costura. Extrai rebarbas e desempena os tubos. Eventualmente poderá proceder ao corte dos troços do tubo que apresentam defeitos ou proceder à recuperação dos mesmos.

Afagador de tacos. — É o trabalhador que, exclusiva ou predominantemente, desbasta e afaga tacos ou qualquer pavimento de madeira com máquinas apropriadas e raspadores.

Afiador de ferramentas. — É o trabalhador que afia, com mós abrasivas e máquinas adequadas, ferramentas, como: fresas, machos de atarraxar, caçonetes, brocas e ferros de corte. Eventualmente poderá trabalhar de acordo com normas ou instruções recebidas.

Afinador de máquinas. — É o trabalhador que afina, prepara ou ajusta as máquinas de modo a garantir-lhe a eficiência no seu trabalho, podendo proceder à montagem das respectivas ferramentas.

Afinador, reparador e montador de bicicletas e ciclomotores. — É o trabalhador que repara e afina bicicletas e ciclomotores, procedendo por vezes à sua montagem.

Agente de aprovisionamento. — Trabalhador que, existindo secção de aprovisionamento, recebe e encaminha documentação relativa às encomendas, assegurando a existência dos materiais necessários à fabricação dentro dos prazos previstos.

Agente de compras. — É o trabalhador que, mediante directrizes superiores, estuda, interpreta especificações técnicas, pedidos de compra, desenhos, catálogos, etc., das matérias-primas, máquinas e equipamentos necessários à produção directa ou indirecta. Procede a diversas operações essenciais ao aprovisio-

namento das melhores condições de preço, qualidades e prazos de entrega, elaborando consultas a diversos fornecedores. Procede ao estudo e comparação técnico-comercial das diversas propostas. Em casos especiais trata do desembaraço alfandegário.

Agentes de métodos. — Trabalhador que, utilizando conhecimentos técnicos e experiência oficial, analisa projectos na face de orçamentação e/ou execução, podendo propor alterações; estuda métodos de trabalho, tempos, ferramentas e indica os materiais e/ou matérias-primas de acordo com as especificações do projecto. Pode acessoriamente acumular as funções de preparador de trabalho.

Agente de normalização. — É o trabalhador que procede ao estudo de normas a utilizar na empresa quanto aos produtos, materiais, processos ou formas de procedimento. Pode superintender ao arquivo e divulgação das normas.

Agente de produção. — Trabalhador que, genericamente, agrupa, selecciona, examina e encaminha todos os elementos referentes a materiais, desenhos, mão-de-obra, equipamentos e outros referentes à produção, auxiliando e colaborando com os trabalhadores dos diferentes serviços de produção. Regista, preenche e arquiva a documentação relacionada com o serviço ou secção onde tem a sua actividade. Não desempenha outras funções técnicas definidas neste contrato, nem as dos trabalhadores de escritório.

Ajudante de colonista. — Trabalhador que colabora com o colonista sob a sua orientação no desempenho das tarefas que a este são inerentes.

Ajudante de fiel de armazém. — É o trabalhador que coadjuva o fiel de armazém e o substitui em caso de impedimento.

Ajudante de guarda-livros. — É o trabalhador que, sob a direcção e responsabilidade imediata do guarda-livros com vista a auxiliá-lo, executa várias tarefas relacionadas com a escrituração de registos ou livro de contabilidade.

Ajudante de lubrificador de veículos automóveis. — É o profissional que, sob a direcção e responsabilidade imediata do lubrificador de veículos automóveis e com vista a auxiliá-lo, executa várias tarefas relacionadas com a lubrificação de veículos automóveis.

Ajudante de motorista. — Trabalhador, maior de 18 anos, que acompanha o motorista, competindo-lhe auxiliá-lo na manutenção do veículo, vigia, indica as manobras, arruma as mercadorias no veículo e auxilia na sua descarga, fazendo no veículo a entrega das mercadorias a quem as carrega e transporta para o local a que se destinam. Pode entregar directamente ao destinatário pequenos volumes de mercadorias com pouco peso.

Ajudante de sangria de forno de redução. — Trabalhador que auxilia o sangrador nas operações inerentes à sangria de um ou mais fornos, podendo substituí-lo nos seus impedimentos ou ausências.

Alinhador de escrita. — Trabalhador que, em linha de montagem de máquinas de escrever, utilizando ferramentas próprias, afina o alinhamento de escrita da máquina.

Amarrador. — É o trabalhador que amarra e/ou pendura peças ligeiras em ganchos de arame ou suportes similares apropriados para receberem tratamento por pintura, banhos químicos ou electro-químicos.

Amolador. — É o trabalhador que afia e/ou repara utensílios e ferramentas para usos domésticos.

Analista de funções. — É o trabalhador que reúne, analisa e elabora informações sobre funções dos diferentes postos de trabalho. Escolhe ou recebe a incumbência de estudar o posto ou postos de trabalho mais adequados à observação que se propõe realizar; analisa as tarefas, tal como se apresentam; faz as perguntas necessárias ao profissional e/ou a alguém conhecedor do trabalho; regista de modo claro, directo e pormenorizado as diversas fases do trabalho, tendo em atenção a sequência lógica de movimentos, acções e tarefas de forma a responder às perguntas da fórmula de análise sobre o que faz o trabalhador, como o faz, porque o faz e o que exige o seu trabalho, executa em resumo tão sucinto quanto possível do posto de trabalho no seu conjunto.

Analista informático. — É o trabalhador que desempenha uma ou várias das seguintes funções:

- a) **Funcional** (especialista de organização e métodos). — Estuda o serviço do utilizador, determina a natureza e o valor das informações existentes e especifica as necessidades de informação e os cadernos de encargos ou as actualizações dos sistemas de informação;
- b) **De sistemas.** — Estuda a viabilidade técnica, económica e operacional dos encargos, avalia os recursos necessários para os executar, implantar e manter e especifica os sistemas de informação que os satisfaça;
- c) **Orgânico.** — Estuda os sistemas de informação e determina as etapas do processamento e os tratamentos de informação e especifica os programas que compõem as aplicações. Testa e altera as aplicações;
- d) **De «software».** — Estuda *software* base, rotinas utilitárias, programas gerais de linguagem de programação, dispositivos de técnicas desenvolvidas pelos fabricantes e determina o seu interesse de exploração. Desenvolve e especifica módulos de utilização geral;
- e) **De exploração.** — Estuda os serviços que concorrem para a produção do trabalho no computador e os trabalhos a realizar e especifica o programa de exploração do computador a fim de optimizar a produção, a rentabilidade das máquinas, os circuitos e *contrôle* dos documentos e os métodos e processos utilizados.

Aplainador mecânico. — É o trabalhador que, manobrando uma plaina mecânica, executa trabalhos de aplainamento, trabalhando por desenho ou peça modelo, instruções verbais ou escritas. Prepara, se necessário, as ferramentas que utiliza.

Apontador. — É o trabalhador que procede à recolha, registo, selecção e/ou encaminhamento de elementos respeitantes à mão-de-obra, entrada e saída de pessoal, materiais, produtos, ferramentas, máquinas e instalações necessárias a sectores ligados à produção, podendo acessoriamente ajudar na distribuição das remunerações ao pessoal fabril junto dos seus postos de trabalho.

Arameiro. — É o trabalhador que fabrica objectos de arame de todos os tipos, podendo montá-los por forma a obter produtos metálicos, servindo-se de ferramentas manuais ou mecânicas.

Armador de ferro. — Trabalhador que, predominantemente, executa armaduras metálicas para betão armado, podendo se necessário proceder à sua colocação no local a que se destinam.

Arquivista fabril. — Trabalhador que nas secções de métodos, programação, planificação e preparação de trabalho, ou similares, predominantemente, arquiva desenhos, catálogos, normas e toda a documentação relativa aos processos de fabrico de mão-de-obra. Procede também à entrega dos documentos quando solicitados e pode eventualmente proceder à reprodução de documentos.

Arquivista técnico (desenho). — Trabalhador que, na secção de desenho, predominantemente, arquiva desenhos, catálogos, normas e toda a documentação relativa ao sector. Procede também à entrega de documentos quando solicitado e pode eventualmente proceder à reprodução de documentos.

Arrolhador. — Trabalhador que tem por função arrolhar tambores cheios de carboneto vindos do balanceteiro, utilizando máquinas manuais ou eléctricas apropriadas.

Arvorado (construção civil). — É o chefe de uma equipa de oficiais da mesma profissão e de trabalhadores indiferenciados.

Assentador de isolamentos. — É o trabalhador que prepara e aplica os produtos isolantes para revestimento de superfícies metálicas ou eventualmente outras, servindo-se de ferramentas apropriadas.

Assentador de tacos. — É o trabalhador que, exclusiva ou predominantemente, assenta tacos em pavimentos.

Assentador de vias. — É o trabalhador que implanta e conserva troços de via férrea. Prepara o terreno, assenta travessas, substitui carris e agulhas e ataca a via com balastro ou areia. Pode encurvar os carris com macaco hidráulico. Verifica a distância entre carris com bitola. Por vezes limpa linhas e valetas.

Assistente de consultório. — É o trabalhador que, no consultório médico da empresa, auxilia o médico, desempenhando tarefas que não exigem preparação técnica específica, recebe os doentes, a quem transmite instruções quando necessário, atende o telefone, marca consultas, preenche fichas e procede ao seu arquivo, esteriliza e arruma os instrumentos médicos utilizados na consulta.

Assistente operacional. — É o trabalhador que, utilizando conhecimentos técnicos de desenho e que a partir do estudo e da análise de um projecto, orienta a sua concretização em obra, interpretando as directivas nele estabelecidas e adaptando-as aos condicionalismos e circunstâncias próprias de cada trabalho, dentro dos limites fixados pelo autor do projecto e de harmonia com o programa de execução estabelecido. Poderá desempenhar funções de coordenação e *contrôle* no desenvolvimento de projectos de várias actividades.

Atarraxador. — É o trabalhador que abre roscas interiores e exteriores em peças metálicas, servindo-se de ferramentas manuais ou operando em máquinas apropriadas.

Auxiliar de condutor de máquinas de elevação e transporte. — É o trabalhador que auxilia os condutores de máquinas de movimentação ou aparelhos de elevação e transporte, na execução das manobras, podendo ligar, desligar, engatar e desengatar os elementos a movimentar.

Auxiliar de educação. — É o trabalhador que colabora com a educadora de infância e sob a orientação desta, com base em planos previamente definidos, assegura as acções pedagógicas junto das crianças e zela pelo seu bem-estar, físico e psíquico, higiene, alimentação e todas as actividades livres e/ou orientadas ao longo do dia.

Auxiliar de enfermagem. — É o trabalhador de enfermagem, com menos de três anos de exercício, que, findo este período de tempo, passará a enfermeiro, de acordo com os requisitos oficialmente estabelecidos para o efeito.

Auxiliar de forneiro de fornos de fusão de ligas ferrosas. — É o trabalhador que auxilia o forneiro de forno de fusão de ligas ferrosas nas fases de condução do forno, nomeadamente na carga, descarga e sangria, assim como na sua reparação.

Auxiliar de forneiro de fornos de fusão de ligas não ferrosas. — É o trabalhador que auxilia o forneiro de forno de fusão de ligas não ferrosas nas fases de condução do forno, nomeadamente na carga, descarga e sangria, assim como na sua reparação.

Auxiliar de operador. — Trabalhador que formando equipa com o operador de um posto de trabalho o auxilia na execução das respectivas operações, desempenhando tarefas simples, nomeadamente no abastecimento do posto de trabalho. Incluem-se nesta categoria os trabalhadores que, não detectando defi-

ciências de fabrico por tacto ou visão, procedem à separação de peças dos vários modelos depois de executadas ou em curso de fabrico.

Barbeiro. — Trabalhador que, ao serviço da empresa, corta barba e cabelo ao pessoal da empresa.

Bate-chapas (chapeiro). — É o trabalhador que procede à execução e reparação de peças em chapa fina, que enforma e desempena por martelagem, usando as ferramentas adequadas. Nas oficinas de reparação de veículos automóveis pode proceder à montagem e reparação de peças de chapa fina da carroçaria e partes afins.

Beneficiador de caldeiras. — É o trabalhador que, manual ou mecanicamente, utiliza na limpeza das caldeiras, motores, permutadores ou equipamentos similares e interiores de navios, ferramentas adequadas, tais como turbinas, pistolas de alta pressão, de pintura e outras, faz limpezas químicas e isola e aplica refractários no interior de caldeiras.

Bombeiro fabril. — É o trabalhador que assegura condições de segurança e combate contra incêndios e presta primeiros socorros a sinistrados. Poderá efectuar montagem de mangueiras a fim de conduzir fluidos a diversos locais da empresa onde seja necessário.

Caixa. — É o trabalhador que, nos escritórios, tem a seu cargo como função exclusiva ou predominante o serviço de recebimento, pagamentos e guarda de dinheiros e valores.

Caixa de balcão. — Trabalhador que recebe numérico em pagamento de mercadorias ou serviços no estabelecimento; verifica as somas devidas; recebe o dinheiro ou cheque, passa um recibo e regista estas operações em folhas de caixa.

Caixeiro. — Trabalhador que vende mercadorias, por grosso ou a retalho, cuida da embalagem do produto ou toma as medidas necessárias para a sua entrega, recebe encomendas, elabora notas de encomendas e transmite-as para execução. É por vezes encarregado de fazer o inventário periódico das existências. Pode ser designado como primeiro-caixeiro, segundo-caixeiro ou terceiro-caixeiro.

Caixeiro-ajudante. — Trabalhador que, terminando o período de aprendizagem, estagia para caixeiro.

Caixeiro-encarregado ou caixeiro-chefe de secção. — Trabalhador que, no estabelecimento ou numa secção do mesmo, dirige o serviço e o pessoal, coordenando e controlando as vendas.

Caixeiro-praticante. — Trabalhador com menos de 18 anos de idade, que, no estabelecimento, está em regime de aprendizagem.

Caixoteiro. — É o trabalhador que constrói e repara caixas, caixotes ou paletas de madeira para

a embalagem de máquinas ou produtos diversos ligados à metalurgia, com vista à sua expedição ou armazenamento.

Calafate. — É o trabalhador a quem compete as operações de calafeto, vedação e montagem de ferragens sobre madeira, bem como vedações de borracba, podendo também executar trabalhos de querenagem, arfação, encalhe e desencalhe.

Caldeireiro. — É o trabalhador que constrói, repara e/ou monta caldeiras e depósitos, podendo, eventualmente, proceder ao seu ensaio, enforma e desempena balizas, chapas e perfis para a indústria naval e outras.

Canalizador (picheleiro). — É o trabalhador que corta, rosca e solda tubos de obumbo, plástico ou matérias afins e executa canalizações em edifícios, instalações industriais e outros locais.

Canteiro. — É o trabalhador que, exclusiva ou predominantemente, assenta cantaria nas obras ou oficinas.

Capataz (construção civil). — É o trabalhador designado de um grupo de indeferenciados para dirigir os mesmos.

Carpinteiro de branco (carpinteiro de banco). — É o trabalhador que executa alojamentos, mobiliários ou adornos em embarcações ou para embarcações.

Carpinteiro de estruturas. — É o trabalhador que fabrica e repara, manual ou mecanicamente, estruturas e componentes de máquinas, móveis metálicos e viaturas, utilizando madeira, aglomerado de madeira e outros materiais não metálicos. Também fabrica estruturas mistas de elementos metálicos e não metálicos.

Carpinteiro de limpos e/ou conservação. — É o trabalhador que, predominantemente, trabalha em madeiras, incluindo os respectivos acabamentos no banco da oficina ou na obra, executa trabalhos de conservação, reparação ou modificação de equipamentos ou instalações em madeira ou matérias similares.

Carpinteiro de moldes ou modelos. — É o trabalhador que executa, monta, transforma e repara moldes ou modelos de madeira ou outros materiais utilizados para modelações, empregando máquinas e ferramentas manuais ou mecânicas.

Carpinteiro naval. — É o trabalhador que constrói ou repara cascos ou superestruturas de madeira, ou executa outros trabalhos em madeira em embarcações, ou realiza operações de querenagem, arfação, docagem, encalhe e desencalhe.

Carpinteiro de tosko ou cofragem. — É o trabalhador que, predominantemente, executa cofragens.

Carregador-descarregador. — É o trabalhador que, predominantemente, executa tarefas de carregamento e descarregamento dos materiais a granel, lingagem e deslingagem de atados, em embarcações ou em terra.

Carregador de forno de redução. — É o trabalhador que procede ao carregamento de um ou mais fornos, de acordo com instruções recebidas, competindo-lhe vigiar pelo equipamento dos mesmos e executar todos os trabalhos inerentes à zona de trabalho que lhe estiver atribuída.

Carregador qualificado de forno de redução. — É o trabalhador que, além do desempenho das funções de carregador, utiliza nas suas tarefas equipamento de certa complexidade nas operações de carregamento, picagem e distribuição de carga aos fornos de redução, podendo ainda efectuar outras tarefas relacionadas com a marcha do forno, tais como recolha de amostras, leituras, pesagens e registos.

Cartonageiro(a). — É o trabalhador que, na produção de embalagens de cartão, confecciona e/ou decora, manual ou mecanicamente, caixas, estofos ou outros artigos similares.

Chefe de equipa (chefe de grupo ou operário-chefe). — É o trabalhador que, executando ou não funções da sua profissão, na dependência de um superior hierárquico, dirige e orienta directamente um grupo de profissionais.

Chefe de linha de montagem. — É o trabalhador que, sob a orientação de um superior hierárquico, dirige, controla e coordena directamente um grupo de trabalhadores e dois ou mais chefes de equipa.

Chefe de movimento. — É o trabalhador que, existindo secção própria, orienta e dirige todo o movimento de transportes da empresa.

Chefe de redacção de revista. — É o trabalhador que, predominantemente, elabora e assegura a publicação da revista da empresa, sendo responsável pela sua orientação. Redige a informação interna e divulga-a.

Chefe de secção. — É o trabalhador que dirige, coordena e controla um grupo de profissionais de escritório.

Chefe de serviços. — É o trabalhador que dirige ou chefia um ou mais sectores de serviços. Poderá, também, conforme as necessidades das empresas, ter a designação de:

- Chefe geral de serviços;
- Chefe de departamento;
- Chefe de divisão;
- Chefe de escritório.

Chefe de vendas. — É o trabalhador que dirige, coordena e controla um ou mais sectores de venda da empresa.

Chegador. — É o trabalhador, também designado por «ajudante» ou «aprendiz» de fogueiro, que, sob exclusiva orientação e responsabilidade deste, assegura o abastecimento do combustível sólido ou líquido para os geradores de vapor, de carregamento manual ou automático, e procede à limpeza dos mesmos e da secção em que estão instalados. Exerce legalmente as funções nos termos do artigo 14.º do Regulamento da Profissão de Fogueiro, aprovado pelo Decreto n.º 46 989.

Chumbeiro. — É o trabalhador que executa, monta e repara instalações, revestimentos e equipamentos de chumbo, utilizando ferramentas apropriadas.

Chumbeiro manual (ou fabril). — É o trabalhador que executa uma ou mais das diversas tarefas de fabrico de chumbo saturno.

Cinzelador. — É o trabalhador que, servindo-se de cinzeis ou de outras ferramentas manuais, executa em chapas de metais não ferrosos trabalho em relevo ou lavrado.

Cobrador. — É o trabalhador que efectua, fora dos escritórios, recebimentos, pagamentos e depósitos ou serviços análogos.

Colocador de machos de fundição. — É o trabalhador que coloca machos, junta as moldações e fecha as caixas moldadas.

Colocador de pastilhas de metal duro em tabuleiros. — É o trabalhador que coloca em tabuleiros as pastilhas de metal duro para sinterização depois de separar as que apresentem flagrantes deficiências de fabrico.

Colocador de pesos. — É o trabalhador que, predominantemente, manipula pesos sobre as caixas de moldação para neutralizar a pressão metalostática.

Colunista. — É o trabalhador que tem por função vigiar o equipamento da central de azoto, sendo o responsável pelo funcionamento da instalação, competindo-lhe assim a orientação e execução de todas as manobras e regulação.

Compositor manual (gráfico). — É o trabalhador que combina tipos, filetes, vinhetas e outros materiais tipográficos; dispõe ordenadamente textos, fotografias, gravuras, composição mecânica; efectua a paginação, distribuindo a composição por páginas, numerando-as ordenadamente e impondo-as para a sua impressão; concebe e prepara a disposição tipográfica nos trabalhos de fantasia; faz a distribuição após a impressão. A operação de composição pode ser efectuada utilizando máquina adequada (ex.: Ludlow), que funde através de junção de matrizes, linhas-bloco, a que junta entrelinhas e material branco, que pode ter de cortar utilizando serra mecânica, destinando-se geralmente para títulos, notícias e anúncios.

Compositor moldador de carimbos de borracha. — É o trabalhador que no fabrico de carimbos de borracha utiliza tipos de chumbo ou metal, compõe, moldando de seguida na massa ou flan apropriado, vulcaniza a borracha no molde obtido, podendo fazer a montagem das bases nos cabos.

Condutor de máquinas e aparelhos de elevação e transporte. — É o trabalhador que conduz guinchos, pontes e pórticos rolantes, empilhadores, gruas de elevação e quaisquer outras máquinas de força motriz para transporte e arrumação de materiais ou produtos, dentro dos estabelecimentos industriais.

Condutor de moinho de limalhas. — É o trabalhador que procede ao abastecimento do moinho de moer limalhas depois de previamente seleccionar as limalhas, embala e carrega o ferromanganés, ferrossilico-manganés, ferromanganés afinado e efectua a limpeza do moinho.

Condutor de ponte rolante de vazamento. — É o trabalhador que conduz, numa oficina de fundição, pontes rolantes que se destinam a operações de vazamento de metais em fusão em moldações de areia e manuseamento das respectivas caixas.

Conferente. — É o trabalhador que procede à verificação das mercadorias e outros valores, controlando as suas entradas e saídas.

Conferente abastecedor de linha. — É o trabalhador que, nas oficinas de fabricação e em linhas de montagem, confere e verifica o material quanto ao seu estado e o distribui pelos postos de trabalho.

Contabilista. — É o trabalhador que organiza e dirige os serviços de contabilidade e dá conselhos sobre problemas de natureza contabilística, estuda a planificação dos círculos contabilísticos, analisando os diversos sectores da actividade da empresa, de forma a assegurar uma recolha de elementos precisos, com vista à determinação de custos e resultados de exploração, elabora o plano de contas a utilizar, para obtenção dos elementos mais adequados à gestão económico-financeira e cumprimento da legislação comercial e fiscal; supervisiona a escrituração dos registos e livros de contabilidade, coordenando, orientando e dirigindo os empregados encarregados dessa execução; fornece os elementos contabilísticos necessários à definição da política orçamental e organiza e assegura o controlo da execução do orçamento, elabora ou certifica os balancetes e outras informações contabilísticas a submeter à administração ou a fornecer a serviços públicos; procede ao apuramento de resultados dirigindo o encerramento das contas e a elaboração do respectivo balanço, que apresenta e assina; elabora o relatório explicativo que acompanha a apresentação de contas ou fornece indicações para essa elaboração, efectua as revisões contabilísticas necessárias, verificando os livros ou registos, para se certificar da correcção da respectiva escrituração. É o responsável pela contabilidade das empresas do grupo A a que se refere o Código da Contribuição Industrial perante a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.

Contínuo. — É o trabalhador que executa diversos serviços, tais como anunciar visitantes, encaminhá-los e informá-los, estampilhar e entregar correspondência. Pode ainda executar os serviços de reprodução de documentos e de endereçamento.

Controlador-caixa (hotelaria). — É o trabalhador cuja actividade predominante consiste na emissão das contas de consumo nas salas de refeições, recebimentos das importâncias respectivas, mesmo quando se trate de processos de pré-pagamento ou venda e recebimento de senhas, elaboração dos mapas de movimento da sala em que preste serviço e auxilia nos serviços de *contrôle* e recepção.

Controlador de qualidade. — É o trabalhador que verifica se o trabalho executado ou em execução corresponde às características expressas em desenhos, normas de fabrico ou especificações técnicas. Detecta e assinala possíveis defeitos ou inexactidões de execução ou acabamento, podendo eventualmente elaborar relatórios simples.

Controlador de qualidade de armas de fogo. — É o trabalhador que procede ao *contrôle* final das armas de fogo, quanto ao bom funcionamento dos seus órgãos mecânicos, alinhamento, armadura e aspecto geral da arma, antes e depois do ensaio de tiro.

Coordenador de exploração marítima. — É o trabalhador que planifica e coordena a distribuição dos navios pelos cais do estaleiro e actuação de equipas em reparações a bordo de navios ao largo, providencia o transporte fluvial de materiais e de pessoal de um estaleiro para o outro e para navios em idêntica situação; controla e regista entradas e saídas de materiais do parque.

Coordenador de obras. — É o trabalhador que coordena e fiscaliza as diferentes fases das obras de grandes investimentos e os trabalhos dos diferentes empreiteiros de acordo com os respectivos desenhos. Elabora as especificações de consulta sobre materiais e ou obras e confere as facturas relativamente às obras.

Coordenador de tempos livres. — É o trabalhador que na empresa actua directamente junto dos trabalhadores, na situação de desemprego técnico, com vista à sua ocupação durante o tempo de falta de trabalho, proporcionando-lhes, de acordo com programas de actividades previamente estabelecidos por outrem, a ocupação de carácter educativo ou recreativo; age como elemento de ligação entre os trabalhadores nessa situação e os competentes órgãos da empresa, controlando presenças e elaborando o respectivo gráfico informativo.

Correspondente em linguas estrangeiras. — É o trabalhador que tem como principal função redigir e dactilografar correspondência num ou mais idiomas estrangeiros.

Cortador. — É o trabalhador que, predominantemente, corta e prepara carne, podendo também cortar e preparar peixes.

Cortador de guilhotina (gráfico). — É o trabalhador que regula e manobra uma máquina de comando electrónico ou mecânico, para aparar livros, revistas ou outros trabalhos gráficos e cortar papéis. Monta as lâminas; regula os programas, posiciona o papel; regulariza as margens; pode-se guiar por miras ou traços de referência; assegura a manutenção das máquinas. Pode trabalhar apenas com guilhotinas lineares, unilaterais ou trilaterais.

Cortador de metal duro. — É o trabalhador que, por desenho ou instruções que lhe são fornecidas, e em máquinas de disco ou mó de diamante, procede ao corte e rectificação de metal duro.

Cortador-prensador de peças de cutelaria. — É o trabalhador que, manobrando máquinas, tais como balancé, prensas ou outras máquinas apropriadas, corta, enforma e grava por estampagem, a quente ou a frio, peças de cutelaria e similares, procedendo para o efeito à montagem e desmontagem das ferramentas e à normal regulação e lubrificação da máquina com que trabalha.

Cortador ou serrador de materiais. — É o trabalhador que, manual ou mecanicamente, corta perfilados, chapas metálicas, vidros e plásticos.

Cortador(a) de tecidos ou pergamóides. — É o trabalhador que coloca em lote as peças de tecido ou pergamóide a cortar, conta-as, marca as linhas de corte e corta-as com o auxílio de uma máquina apropriada.

Cozinheiro. — É o trabalhador que prepara, tempera e cozinha os alimentos destinados às refeições; elabora ou contribui para a composição das ementas; recebe os víveres e outros produtos necessários à sua confecção, podendo ser incumbido de proceder à sua requisição, tendo em conta o número provável de utentes; amanha o peixe, prepara os legumes e as carnes e procede à execução das operações culinárias segundo o tipo de pratos a confeccionar, emprata-os e garante-os; executa ou vela pela limpeza da cozinha e dos utensílios. Quando exerça a chefia da cozinha, compete-lhe ainda: organizar, coordenar e dirigir os trabalhos da mesma e, em especial, requisitar os géneros necessários à confecção das ementas; organizar o serviço e a distribuição dos turnos do pessoal e seus horários, vigiar a sua apresentação e higiene; manter em dia o inventário de todo o material de cozinha; tratar do aprovisionamento (da cozinha) e do registo dos consumos. Pode ainda ser incumbido de propor a admissão e despedimento do pessoal.

Cravador. — É o trabalhador que, com o auxílio de ferramentas manuais ou pequenas máquinas, procede a operações de cravação para junção de pequenos elementos metálicos, tais como artigos de uso doméstico, decorativos ou industriais.

Cronometrista. — É o trabalhador que analisa os ciclos operatórios de tarefas executadas nos postos de trabalho, procedendo à medição dos tempos de execução, ritmos ou cadência do trabalho.

Dactilógrafo — É o trabalhador que, predominantemente, executa trabalhos dactilográficos minutados ou redigidos por outrem e, acessoriamente, serviços de arquivo, registo ou cópia de correspondência.

Decapador por jacto. — É o trabalhador que, manualmente e com o auxílio de jacto de areia, granalha ou outros materiais, decapa ou limpa peças ou materiais.

Decapador por processos químicos. — É o trabalhador que, por processos químicos, prepara peças metálicas para ulteriores operações industriais, retirando-lhes impurezas, gorduras ou óxidos, procedendo a outras operações até obter o estado desejado para que a peça receba a protecção que lhe vai ser aplicada.

Demonstrador (comércio). — É o trabalhador que faz demonstrações de artigos em estabelecimentos industriais ou comerciais, exposições ou domicílios, antes ou depois da venda.

Demonstrador de máquinas e equipamentos. — É o trabalhador que efectua demonstrações, dentro ou fora das instalações, de diversos tipos de viaturas, máquinas e equipamentos ou acessórios, com o objectivo de permitir que os clientes se apercebam das suas características, qualidades técnicas e de conveniente funcionamento dos mesmos.

Descritor. — É o trabalhador que observa directamente os trabalhos a executar e elabora listas para a realização dos mesmos e ou elaboração da respectiva factura.

Desempenador. — É o trabalhador que, manual ou mecanicamente, procede a simples desempenos em peças ou materiais.

Desenhador. — É o trabalhador que, a partir de elementos que lhe sejam fornecidos ou por ele recolhidos (por exemplo, *croquis*), executa as peças desenhadas e escritas até ao pormenor necessário para a sua compatibilidade e execução, utilizando os conhecimentos de materiais, de fabricação e das práticas de construção. Consoante o seu grau de habilitação profissional e a correspondente prática do sector e efectua cálculos suplementares dimensionais, requeridos pela natureza do projecto. Consulta o responsável pelo projecto acerca das modificações que julgar necessárias ou convenientes.

Desenhador de arte finalista (artes gráficas). — É o trabalhador que, a partir de um esboço ou de uma maqueta, executa com a técnica e o pormenor necessários (por exemplo, um retoque fotográfico) material gráfico ou publicitário destinado a livros, folhetos, logotipos, papel de carta, embalagens, *stands* ou montras, imprensa, televisão, postos de vendas, publicidade exterior e directa, marcas. Poderá dar assistência aos trabalhos em execução.

Desenhador gráfico. — É o trabalhador que, conforme a especialidade, executa trabalhos gráficos ou publicitários a partir de esboços ou elementos técnicos fornecidos. Copia por decalque ou amplia, através de

aparelhagem apropriada ou técnicas de desenho, cada uma das cores da maqueta com tintas da China autográficas ou tintas opacas (*manquins*) para posterior execução de películas fotográficas. Em litografia poderá desenhar, a lápis ou a tinta, cada uma das cores do original ou maqueta, dando-lhes ponto ou não, inclinações, esbatidos por pintura ou por sombra ou fazer as necessárias gravações.

Desenhador maquetista (artes gráficas). — É o trabalhador que, a partir dos dados verbais ou escritos, cria esboços e maquetiza todo o material gráfico ou campanha publicitária, destinada à imprensa, televisão, postos de vendas, publicidade exterior e directa, marcas, livros, folhetos, logotipos, papel de carta, embalagens, *stands* ou montras.

Desenhador, pintor ou decorador de esmaltação. — É o trabalhador que desenha ou pinta motivos decorativos sobre peças esmaltadas, ou aplica decalcomanias sobre as mesmas peças.

Desenhador projectista. — É o trabalhador que, a partir de um programa dado, verbal ou escrito, concebe anteprojectos e projectos de um conjunto ou partes de um conjunto, procedendo ao seu estudo, esboço ou desenho, efectuando os cálculos que, não sendo específicos de profissionais de engenharia, sejam necessários à sua estruturação e interligação, normas e regulamentos a seguir na execução, assim como elementos para orçamentos. Colabora, se necessário, na elaboração de cadernos de encargos.

Desenhador retocador (artes gráficas). — É o trabalhador que, a partir de uma maqueta ou diapositivos, interpreta tecnicamente e executa, sobre película fotográfica, cartazes, folhetos, calendários, marcas, rótulos, etc. Poderá dar assistência aos trabalhos em execução.

Desenhador de topografia. — É o trabalhador que elabora plantas e cartas topográficas a partir de elementos obtidos por processos de levantamento clássico ou fotogramétrico. Interpreta as convenções utilizadas com a grafia apropriada, faz a completagem através de elementos obtidos pelo operador de campo. Completa cada planta ou carta com uma moldura final.

Despachante. — É o trabalhador que, no sector de expedição e transporte, procede a registos e emissão dos documentos indispensáveis ao movimento de transporte e expedição da empresa.

Despenseiro. — É o trabalhador que armazena, conserva e distribui géneros alimentícios e outros produtos em refeitórios; recebe os produtos e verifica se coincidem em quantidade e qualidade com os discriminados nas notas de encomenda; arruma-os convenientemente, cuida da sua conservação, fornece, mediante requisição, os produtos que lhe sejam solicitados; mantém actualizado o seu registo, verifica periodicamente as existências e informa superiormente sobre as necessidades de aquisição. Pode ser incumbido de efectuar a compra dos géneros de consumo diário.

Detector de deficiências de fabrico. — É o trabalhador que, de forma simples, por tacto, visão ou utilizando instrumentos de fácil leitura, verifica se o produto adquirido, em curso de fabrico ou acabado está em condições de utilização, separando o que apresenta deficiências; para o efeito recebe instruções simples.

Distribuidor. — É o trabalhador que, dentro do estabelecimento, distribui mercadoria por clientes ou sectores de vendas.

Doqueiro. — É o trabalhador que, utilizando ferramentas adequadas, lava, pinta, decapa, limpa e raspa no exterior dos navios, abaixo da linha do convés em doca seca. Quando necessário, poderá operar meios para o desempenho directo das suas funções, tais como guinchos, torres, bailéus, plataformas. Procede também à limpeza das docas. Incluem-se nesta profissão os trabalhadores designados por prancheiro (navio em água).

Económico. — É o trabalhador que compra, quando devidamente autorizado, ammazena, conserva e distribui as mercadorias e artigos diversos destinados aos refeitórios ou cantinas. Recebe os produtos e verifica se coincidem em quantidades, qualidade e preço com o discriminado nas notas de encomenda ou requisições; toma providências para que os produtos sejam arrumados nos locais apropriados, consoante a sua natureza; é responsável pela sua conservação e beneficiação, de acordo com a legislação sanitária e de salubridade; fornece às secções de produção, venda e de manutenção os produtos solicitados, mediante as requisições internas devidamente autorizadas; mantém sempre em ordem os ficheiros de preços de custo; escreve as fichas e mapas de entrada, saída e devoluções, quando este serviço for da competência do economato; elabora as requisições para os fornecedores que lhe sejam determinados, com vista a manter as existências mínimas fixadas superiormente e também as dos artigos de consumo imediato; procede periodicamente a inventários das existências, em que pode ser assistido pelos serviços de *contrôle* ou por quem a direcção determinar; fornece a esta nota pormenorizada justificativa das eventuais diferenças entre o inventário fixo e as existências a seu cargo; ordena e vigia a limpeza e higiene de todos os locais do economato; assegura regras preestabelecidas de eficiência económica, eventualmente emanadas do encarregado de refeitório.

Educador(a) coordenador(a). — É o trabalhador responsável pela direcção, orientação e planeamento do jardim infantil, creche ou infantário.

Educador(a) de infância. — É o trabalhador responsável pela orientação de uma classe infantil. Organiza e aplica meios educativos adequados ao desenvolvimento integral da criança (psicomotor, afectivo, intelectual, social, moral, etc.). Acompanha a evolução da criança e estabelece, quando necessário, contactos com os pais e técnicos no sentido de obter uma acção educativa integrada. Colabora com o responsável do infantário na programação de actividades técnico-pedagógicas adequadas à criança. Assegura

as acções pedagógicas mediante acção directa e/ou orientação dos auxiliares de educação. Zela pela higiene, alimentação, sono e saúde das crianças.

Electricista de alta tensão. — É o profissional que monta, conserva e repara circuitos, máquinas e aparelhagem eléctrica de protecção, manobra o *contrôle* de alta tensão, tanto nas oficinas como nos locais de utilização. Interpreta esquemas de circuitos eléctricos e outras especificações técnicas.

Electricista auto. — É o trabalhador que instala, repara, conserva e ensaia circuitos e aparelhagem eléctrica (circuitos e aparelhagem de sinalização, iluminação, acústica, aquecimento, ignição, combustível, gerador, distribuidor e acumulador). Utiliza normalmente esquemas e outras especificações técnicas.

Electricista de baixa tensão. — É o profissional que instala, conserva e repara circuitos de baixa tensão, executa as tarefas fundamentais do electricista em geral, mas em relação a circuitos e aparelhagem eléctrica de baixa tensão.

Electricista bobinador. — É o trabalhador que, utilizando dispositivos adequados, bobina e ensaia toda a gama de máquinas eléctricas, bobinas e transformadores de alta e baixa tensão, de acordo com as suas características eléctricas. Guia-se normalmente por esquemas e outras especificações técnicas.

Electricista de conservação industrial. — É o trabalhador que monta, ajusta, instala, conserva e repara diversos tipos de circuitos, máquinas e aparelhagem eléctrica de comando, corte e protecção de baixa tensão, em fábricas, oficinas ou nos locais de utilização. Inspecciona periodicamente o funcionamento dos circuitos, máquinas e aparelhagem e determina as suas revisões. Guia-se normalmente por esquemas e outras especificações técnicas.

Electricista em geral. — É o trabalhador que instala, conserva e repara circuitos e aparelhagem eléctrica em habitações e estabelecimentos comerciais ou industriais e outros locais; guia, frequentemente, a sua actividade por desenhos, esquemas ou outras especificações técnicas, que interpreta.

Electricista naval. — É o trabalhador que instala, verifica, conserva e repara circuitos, máquinas e aparelhagem eléctrica de navios; efectua as tarefas fundamentais do «electricista em geral» mas em relação a circuitos e aparelhagem eléctrica de navios, o que requer conhecimentos especiais; utiliza fios e cabos adequados às instalações eléctricas da construção naval; instala circuitos e aparelhagem eléctrica, tais como de intercomunicação; sinalização acústica e luminosa, ventilação, alarme contra incêndios, iluminação, aquecimento, força motriz, estabilização e distribuição da corrente; estabelece os circuitos de alimentação e colabora nos trabalhos relativos à instalação de servomotores do leme, girobússulas, radares, emissores-receptores de rádio e de outros equipamentos em que seja utilizada a energia eléctrica; localiza, determina e repara deficiências de funcionamento, eléctricas e mecânicas, de aparelhagem, máquinas e circuitos eléctricos instalados.

Electricista operador de quadros eléctricos, centrais e subestações. — É o trabalhador que vigia e controla a produção e a transformação e distribuição de energia eléctrica, em centrais, subestações ou postos de transformação e seccionamento, tendo em vista assegurar as condições exigidas pela exploração. Proceder aos trabalhos de conservação das instalações a seu cargo. Guia-se normalmente por esquemas e outras especificações técnicas.

Electricista de veículos de tracção eléctrica. — É o trabalhador que monta, ajusta, conserva, detecta e repara avarias dos circuitos, motores e aparelhagem eléctrica de veículos de tracção eléctrica. Guia-se normalmente por esquemas e outras especificações técnicas.

Electroerosador. — É o trabalhador que regula e manobra uma máquina de electroerosão, procedendo a reparação da máquina, apertos, manobras e verificações necessárias às operações a efectuar.

Electromecânico. — É o trabalhador que monta, ajusta, instala, conserva e repara diversos tipos de circuitos, máquinas e aparelhagem eléctrica, em fábrica, oficina ou lugar de utilização; guia frequentemente a sua actividade por desenhos, esquemas e outras especificações técnicas, que interpreta.

Embalador. — É o trabalhador que acondiciona produtos diversos em caixas, cestos, caixotes e outras embalagens, com vista à sua deslocação para outros locais da empresa, armazenamento ou expedição, podendo proceder à sua contagem, embrulho, ou operar com máquinas simples de agramar e ou cintar manual ou mecanicamente e à colocação de etiquetas.

Embalador de cutelarias. — É o trabalhador que acondiciona as peças de cutelaria e similares em caixas, cestos, caixotes e outras embalagens, com vista à sua deslocação para outros locais da empresa, nomeadamente o de armazenamento ou de expedição, podendo proceder à sua limpeza, contagem mecânica, colocação de etiquetas, assim como proceder à marcação por processo electrolíquido.

Empregado de balcão. — É o trabalhador que serve bebidas e refeições ao balcão, coloca no balcão toalhetes, pratos, copos, talheres e demais utensílios necessários; serve os vários pratos e bebidas, substitui a louça servida, prepara e serve misturas, batidos, sandes, cafés, infusões, e outros artigos complementares das refeições. Por vezes prepara pratos de rápida confecção, tais como bifes e omeletas. Fornece aos empregados das mesas os artigos por estes solicitados, passa as contas e cobra as importâncias ou respectivos consumos, arrecada os documentos e créditos autorizados. Executa ou coopera nos trabalhos de asseio, arrumação e abastecimento da secção.

Empregado de lavandaria. — É o trabalhador que procede à recepção, lavagem e sacagem (máquinas semiautomáticas) dos fatos e sapatos de trabalho, engoma roupa e faz arranjos de costura, sempre que necessário, na lavandaria da empresa.

Empregado de refeitório. — É o trabalhador que executa nos diversos sectores de um refeitório trabalhos relativos ao serviço das refeições; empacota ou dispõe talheres e outros utensílios destinados às refeições; prepara as salas, lavando e dispondo mesas e cadeiras da forma mais conveniente; coloca nos balcões ou nas mesas pão, fruta, doces, sumos, vinhos, cafés e outros artigos de consumo; recepciona e distribui refeições; levanta tabuleiros ou louças das mesas e transporta-os para a copa; lava louças, recipientes e outros utensílios. Pode proceder a serviços de preparação das refeições e executar serviços de limpeza e asseio dos diversos sectores.

Empregado de serviços externos (estafeta). — É o trabalhador que efectua no exterior pequenas aquisições, entrega ou recolha de documentos, serviço de informação, podendo eventualmente proceder a pagamentos de pequeno montante.

Encaicador. — É o trabalhador que veda as juntas de peças metálicas utilizando ferramentas manuais ou mecânicas apropriadas. Bate as juntas, esmagando-lhes os rebordos de forma a obter vedação. Pode chanfrar bordos de chaparia ou afagar determinadas superfícies de soldaduras.

Encadernador (gráfico). — É o trabalhador que executa a totalidade ou as principais tarefas em que se decompõe o trabalho de encadernação. Vigia e orienta a dobragem, alceamento e passagem à fetra; abre os sulcos do tipo de costura e dimensão da obra; faz o lombo, corta e apara, faz o revestimento; prepara e cola as guardas; confecciona ainda álbuns, pastas de secretária, caixas de arquivo e outros arquivos e obras de encadernação. Dá às peles diferentes tonalidades e efeitos. Pode encadernar livros usados ou restaurar obras antigas. Pode agramar ou aplicar títulos e desenhos a ouro por meio de balancé.

Encarregado (ou contramestre). — É o trabalhador que dirige, controla e coordena directamente chefes de linha de montagem e ou chefes de equipa e ou outros trabalhadores. Pode ser designado em conformidade com o sector que dirige.

Encarregado de armazém. — É o trabalhador que dirige os trabalhadores e o serviço no armazém, assumindo a responsabilidade pelo seu bom funcionamento, tendo a seu cargo dois ou mais fteís de armazém.

Encarregado geral. — É o trabalhador que dirige, controla e coordena directamente encarregados (contramestres).

Encarregado geral (construção civil). — É o trabalhador que, possuindo o respectivo diploma, superintende na execução de um conjunto de obras de construção civil em diversos locais.

Encarregado de parque (serviços aduaneiros). — É o trabalhador responsável pelo serviço de parque, colaborante como despachante nos trâmites aduaneiros de desembarque e tráfego de materiais de C. K. D. e viaturas completas.

Encarregado de refeitório. — É o trabalhador que organiza, coordena, orienta e vigia os serviços de um refeitório. Requisita géneros, utensílios e quaisquer outros produtos necessários ao normal funcionamento dos serviços. Fixa ou colabora no estabelecimento das ementas, tomando em consideração o tipo de trabalhadores a que se destinam e o valor dietético dos alimentos. Distribui as tarefas ao pessoal, velando pelo cumprimento das regras de higiene, eficiência e disciplina. Verifica a quantidade e qualidade das refeições. Elabora mapas explicativos das refeições fornecidas, para posterior contabilização. Pode ainda ser encarregado de receber os produtos e verificar se coincidem em quantidade e qualidade com os discriminados nas requisições e ser incumbido da admissão e despedimento de pessoal.

Enfermeiro. — É o trabalhador que exerce funções de promoção de saúde do indivíduo, com actividades preventivas; funções curativas em caso de doença, prestando cuidados que vão complementar a acção clínica.

Enfermeiro coordenador. — É o trabalhador que é responsável pelos serviços de enfermagem, coordenando-os e orientando-os.

Enfiador de teias. — É o trabalhador que enfia arames no pente ou nos liços de tear de teias metálicas ou plásticas, podendo eventualmente executar costuras em teias.

Enformador (lâminas termoplásticas). — É o trabalhador que regula, vigia e assegura o funcionamento de uma máquina destinada a enformar artigos ou materiais de plástico, por moldação de placas, através de processo pneumático (formação por vácuo), procedendo ainda à sua carga e descarga.

Enformador de forno de cal. — É o trabalhador que procede às diversas operações inerentes à marcha do forno, nomeadamente carga, descarga, escolha e ensilagem de cal, exercendo operações de pesagem das matérias-primas e vigilância ao funcionamento do forno, para o que liga o comando eléctrico e regula manualmente as válvulas, tendo em atenção as temperaturas assim como os débitos de ar.

Engatador ou agulheiro. — É o trabalhador que engata e desengata vagões e/ou muda a posição das agulhas e sinaliza a circulação.

Ensaizador afinador. — É o trabalhador que, predominantemente, analisa o estado das máquinas ou veículos a reparar a fim de determinar as reparações a efectuar e ultimar as respectivas afinações depois da reparação ou na fase final de fabricação.

Entregador de ferramentas, materiais ou produtos. — É o trabalhador que, nos armazéns, entrega as ferramentas, materiais ou produtos que lhe são requisitados, sem ter a seu cargo o registo e controlo das existências dos mesmos. Incluem-se nesta profissão os trabalhadores que em linhas de montagem procedem à distribuição de materiais e produtos pelos postos de trabalho.

Entregador de máquinas ou equipamentos. — É o trabalhador que, fora das instalações da empresa, procede à entrega de máquinas ou equipamentos ao cliente, zelando pela segurança do seu acondicionamento durante o percurso e operações de descarga, não lhe permitindo fazer qualquer demonstração do funcionamento das mesmas.

Escatelador mecânico. — É o trabalhador que, no escatelador, executa todos os trabalhos de escatelação interiores e exteriores por desenho ou peças modelo. Prepara, se necessárias, ferramentas que utiliza.

Escolhedor-classificador de sucata. — É o trabalhador que escolhe e classifica a sucata de metais destinados à fusão e outros fins, podendo, se necessário, proceder a desmontagens simples.

Escriturário. — É o trabalhador do serviço geral de escritório ao qual, pela natureza das funções que exerce, não corresponde qualquer outra profissão de escritório; executa várias tarefas que variam consoante a natureza e importância do escritório onde trabalha. De entre estas tarefas citam-se, a título exemplificativo, as seguintes: ler o correio recebido, separá-lo, classificá-lo e juntar-lhe, se necessário, a correspondência a expedir; estudar documentos e colher informações necessárias; fazer a escrituração de registos ou de livros de contabilidade ou executar outros trabalhos específicos de um sector ou serviço, tais como: serviço de pessoal, de compras, de contabilidade, bem como outros trabalhos mesmo de carácter técnico. Acessoriamente pode ainda executar trabalhos de esteno-dactilografia em língua portuguesa e correspondência em língua portuguesa.

Escriturário principal. — É o trabalhador que, num dado sector, tem como funções a execução das tarefas mais qualificadas dos escriturários.

Esmaltador à espátula de pequenas peças. — É o trabalhador que prepara e aplica sobre pequenas peças esmalte em pó húmido ou tinta à espátula. Verifica o esmalte e procede ao acabamento das peças destinadas a fins decorativos ou industriais tais como: medalhas, emblemas, mostradores, etc.

Esmaltador a frio. — É o trabalhador que, por mergulho ou à pistola, aplica sobre superfícies metálicas previamente preparadas, esmalte sob a forma de suspensão. Nesta profissão incluem-se os profissionais que procedem às operações de aparamento e bordagem das peças esmaltadas.

Esmaltador a quente. — É o trabalhador que distribui com o auxílio de um peneiro o esmalte em pó directamente sobre a superfície da peça a esmaltar estando esta previamente aquecida ao rubro.

Esmerilador. — É o trabalhador que, na mó de esmeril, limpa, alisa ou afia peças ou objectos, dando-lhes acabamento ou melhor aspecto, ou ainda preparando-os para serem submetidos a operações posteriores.

Esmerilador de limas. — É o trabalhador que, na mó de esmeril, alisa e prepara as superfícies das limas para serem submetidas a operações posteriores.

Especialista (químico). — É o trabalhador que exerce funções de execução de exigente valor técnico, enquadradas em directivas gerais fixadas superiormente.

Especializado (químico). — É o trabalhador que exerce funções de carácter executivo, complexas ou delicadas e, normalmente, não rotineiras, enquadradas em directivas gerais bem definidas, exigindo o conhecimento do seu plano de execução.

Especificador de materiais (desenho). — É o trabalhador, não praticante e normalmente com prática de outra profissão, que, sob solicitações de um desenhador, executa trabalhos auxiliares tais como construção de modelos, especificações de materiais e cálculos de pesos.

Estagiário. — É o trabalhador que auxilia o escriturário e se prepara para essa função.

Estampador a quente em malho de queda livre. — É o trabalhador que, actuando com malho de queda livre, a quente ou a frio, procede à estampagem de peças metálicas. Para o efeito, procede à montagem e desmontagem das ferramentas e à normal regulação e lubrificação da máquina em que trabalha.

Estampador-prensador. — É o trabalhador que manobra prensas mecânicas ou hidráulicas, executa, a quente ou a frio, operações de estampagem ou prensagem.

Estanhador. — É o trabalhador que, com o auxílio de equipamento adequado, aplica um revestimento de estanho sobre as peças ou materiais para os proteger. Prepara e executa operações de soldadura e enchimentos a estanho, assim como outras operações inerentes a esta profissão.

Esteno-dactilógrafo (em língua estrangeira). — É o trabalhador que, em mais de um idioma, anota em estenografia e transcreve em dactilografia cartas, relatórios, minutas, manuscritos e registos de máquinas de ditar.

Estofador. — É o trabalhador que traça os moldes e o material e executa as operações de talhar, coser, enchumaçar, pregar ou grampar, na confecção de estofos, guarnições e outros componentes de veículos, móveis ou outras estruturas. Pode executar operações de montagem inerentes à função.

Estofador em série e/ou colchoeiro mecânico. — É o trabalhador que, em fabricação em série, monta enchimentos, capas, guarnições ou outros materiais inerentes à estofagem e/ou que opera uma máquina de debruar colchões de molas. Incluem-se aqui os trabalhadores que operem máquinas de soldar plásticos e pergamóides por alta frequência.

Estucador (construção civil). — É o trabalhador que trabalha em esboços, estuques e lambris.

Experimentador. — É o trabalhador que nas oficinas de montagem experimenta as unidades em fabricação, a fim de assinalar anomalias no funcionamento, tendo em vista a sua posterior correcção.

Experimentador de máquinas de escrever. — É o trabalhador que nas linhas de montagem de máquinas de escrever experimenta as unidades saídas das linhas de montagem, detectando e assinalando possíveis defeitos ou irregularidades por unidade ou lotes.

Experimentador de moldes (metálicos). — É o trabalhador que verifica o funcionamento dos moldes para máquinas de injeção, ou similares, na fase de acabamento e quando levados a condições de trabalho. Anota e assinala possíveis defeitos, apresentando sugestões para a sua eliminação.

Facejador (madeiras). — É o trabalhador que opera com garlopa, desengrossadeira e com o engenho de furar, de broca e corrente.

Ferrageiro. — É o trabalhador que monta, acerta ou conjuga ferragens normais, tais como dobradiças, fechos, fechaduras, puxadores e outros artigos afins.

Ferramenteiro. — É o trabalhador que controla as entradas e saídas de ferramentas, dispositivos ou materiais acessórios, procede à sua verificação e conservação e a operação simples de reparação. Controla as existências, faz requisições para abastecimento da ferramentaria e procede ao seu recebimento e/ou entrega.

Ferreiro ou forjador. — É o trabalhador que forja, martelando manual ou mecanicamente, metais aquecidos, fabricando ou reparando peças e ferramentas. Pode proceder também à execução de soldaduras por caldeamento e tratamentos térmicos de recozimento, têmpera ou revenido.

Ferreiro ou forjador em série. — É o trabalhador que forja, martelando mecanicamente metais aquecidos, para a fabricação em série de peças e/ou ferramentas!

Fiel de armazém. — É o trabalhador que nos armazéns regista internamente as entradas e saídas de materiais, ferramentas e produtos e controla e responde pelas existências.

Fogueiro. — É o trabalhador que alimenta e conduz geradores de vapor, competindo-lhe além do estabelecido pelo Regulamento da Profissão de Fogueiro, aprovado pelo Decreto n.º 989, de 30 de Abril de 1966, a limpeza do tubular, fornalhas e condutas e providenciar pelo bom funcionamento de todos os acessórios, bem como pelas bombas de alimentação de água e de combustível.

Forjador de limas. — É o trabalhador que, utilizando o martelo pilão ou outras máquinas similares,

procede à fabricação de limas, a partir de metal previamente aquecido. Pode ser especializado num único ciclo (martelagem de espigas ou pontas).

Forneiro. — É o trabalhador que procede a diversas operações dependentes da marcha de fornos para diversos fins, exceptuando-se os de fusão, podendo proceder à sua carga e descarga e eventual reparação. Terá de designar-se especificamente pelos tipos de fornos que conduz.

Forneiro de forno de fusão de ligas não ferrosas. — É o trabalhador que procede a diversas operações dependentes da marcha do forno que conduz, podendo proceder à sua carga, descarga e seu revestimento interior.

Forneiro de forno de fusão de ligas ferrosas. — É o trabalhador que procede às diversas operações dependentes da marcha do forno que conduz, podendo proceder à sua carga e descarga, sangria e reparação, nomeadamente da caldeira, boca do forno e seu revestimento interior.

Fotógrafo. — É o trabalhador que executa uma ou várias das seguintes funções:

- a) **Operador.** — Executa todo o serviço de estúdio e reportagens fotográficas;
- b) **Impressor.** — Executa ampliações, revelações, reproduções e montagens e todo o género de impressão.

Fresador mecânico. — É o trabalhador que operando uma fresadora executa todos os trabalhos de fresagem de peças, trabalhando por desenho ou peça modelo. Prepara a máquina e, se necessário, as ferramentas que utiliza.

Fresador em série. — É o trabalhador que opera uma máquina de fresar em geral regulada por outrem para o trabalho em série. Eventualmente poderá regular a máquina quando lhe forem fornecidos os dados necessários.

Fundidor-moldador manual. — É o trabalhador que, com base em métodos de fabrico que lhe são fornecidos, executa manualmente moldações em areia, utilizando moldes soltos ou cêrceas.

Fundidor-moldador mecânico. — É o trabalhador que, utilizando máquinas e/ou chapa-molde, executa moldações em areia.

Funileiro-latoeiro. — É o trabalhador que fabrica e/ou repara artigos de chapa fina, tais como folha-de-flandres, zinco, alumínio, cobre, chapa galvanizada e plástico, com aplicações domésticas e/ou industriais. Entende-se neste caso por chapa fina aquela que é susceptível de ser cortada por tesoura de mão.

Gestor de «stocks». — É o trabalhador responsável pela gestão, rotação e controlo dos stocks de matérias-primas, materiais ou peças com destino a encomen-

das ou stocks, baseando-se em dados económicos que selecciona criteriosamente e trata matematicamente de acordo com uma política de gestão previamente definida pelos órgãos superiores da empresa. Quando necessário, propõe modificações de materiais ao gabinete de estudos ou serviços técnicos por razões económicas ou de mercado.

Gravador. — É o trabalhador que talha manualmente caracteres e/ou motivos decorativos sobre metais não preciosos.

Gravador de peças em madeira para armas de fogo. — É o trabalhador que, com auxílio de ferramentas adequadas, grava manualmente caracteres e/ou motivos sobre peças de madeira para armas de fogo.

Guarda. — É o trabalhador encarregado de vigilância de edifícios, instalações fabris ou outros locais para proteger contra incêndios e roubos, para proibir a entrada a pessoas não autorizadas.

Guarda-livros. — É o trabalhador que sob a direcção imediata do chefe de contabilidade se ocupa do Diário e Razão (livros e mapas) ou o que, não havendo departamento próprio de contabilidade, suprindo naqueles serviços e tem a seu cargo a elaboração dos balanços e escrituração dos livros selados ou é responsável pela boa ordem e execução desses trabalhos.

Guilhotinador de folha de madeira. — É o trabalhador que manobra uma guilhotina que tem por finalidade cortar folhas de madeira em dimensões especificadas. Destaca das folhas as partes que apresentam deficiências.

Guilhotineiro. — É o trabalhador que em guilhotinas apropriadas corta chapas metálicas de diversas espessuras. Trabalha de acordo com instruções planos de corte ou croquis das peças em chapa a obter na guilhotina. Regula as esperas e guias da máquina, segundo as dimensões e ângulos indicados. Pode, quando necessário, marcar nas chapas as linhas de corte.

Impressor de serigrafia. — É o trabalhador que monta os quadros na máquina, efectua acertos por mira pelas marcas de referência, imprime, pode retirar o exemplar impresso e colocá-lo no secador; afina as cores a utilizar de acordo com a maquete.

Impressor tipográfico. — É o trabalhador que regula, assegura o funcionamento e vigia uma máquina de imprimir por meio de composição tipográfica; uniformiza a altura da composição, efectua os ajustamentos necessários na justificação e aperto da forma; faz a almofada; regula a distância e a pressão; regula a tiragem para uma distribuição uniforme; corrige a afinação da máquina e efectua os alceamentos necessários; ajusta os alceamentos sob a composição ou almofada; regula os dispositivos de aspiração. Pode

preparar as tintas que utiliza. Pode ser especializado num tipo particular de máquina. Tira trabalhos a mais de uma cor, acertando as diversas impressões pelos motivos ou referências. Assegura a manutenção da máquina.

Impressor de verniz. — É o trabalhador que regula, assegura e vigia uma máquina que imprime verniz, em fundo ou em camada protectora, podendo também imprimir fundos de esmalte em várias tonalidades. Alimenta e regula a distribuição uniforme do produto a empregar, bem como assegura a estufa de secagem acoplada (por máquina de impressão de verniz entende-se aquela que, por concepção de construção, só tem possibilidades de imprimir verniz).

Inspector administrativo. — É o trabalhador que tem como função predominante a inspecção no que respeita à contabilidade e administração de todos os departamentos da empresa.

Inspector de vendas. — É o trabalhador que inspeciona o serviço de vendedores, caixeiros-viajantes e de praça; recebe reclamações dos clientes; verifica a acção dos seus inspecionados pelas notas de encomenda, auscultação da praça, programas cumpridos, etc.

Instalador de móveis metálicos ou aparelhos de aquecimento de queima ou refrigeração. — É o trabalhador que, em casa do utilizador, instala, afina e eventualmente procede a pequenas reparações em móveis e/ou aparelhos de aquecimento, de queima ou refrigeração.

Instrumentista de «contrôle» industrial. — É o trabalhador que monta, conserva, detecta e repara avarias, calibra e ensaia instrumentos electrónicos, eléctricos, electro-mecânicos, electro-pneumáticos, hidráulicos e servomecanismos de medida, protecção e *contrôle* industrial, quer em fábricas, oficinas ou locais de utilização, utilizando aparelhagem adequada. Guia-se normalmente por esquemas e outras especificações técnicas.

Jardineiro. — É o trabalhador que trata das plantas e zonas verdes da empresa.

Laminador. — É o trabalhador que, operando máquinas adequadas, tais como laminadores, máquinas ou bancos de estirar, a quente ou a frio, transforma lingotes ou semiprodutos em barras, chapas ou perfis.

Laminador de cutelarias. — É o trabalhador que, operando em máquinas adequadas, procede à laminação, a quente ou a frio, de peças de cutelaria, tais como facas, garfos, colheres e outros objectos de uso doméstico e similares.

Latoeiro de candeeiros. — É o trabalhador que no fabrico de candeeiros, solda, enforma tubos, chapa fina ou outro material metálico, completando assim a primeira fase do fabrico de candeeiros, no fim da qual o candeeiro estará pronto a ser polido por outrem.

Lavador de viaturas. — É o trabalhador que procede à lavagem simples ou completa dos veículos automóveis, retirando-lhes nomeadamente colas e massas, com meios próprios, executa serviços para preparação das máquinas de lavar e faz a limpeza interior das viaturas.

Lavanário. — É o trabalhador que procede à limpeza de peças ou artigos metálicos em banhos detergentes alcalinos ou acidulados, desde que fortemente diluído em água. Incluem-se nesta categoria os profissionais que procedem ao aproveitamento de resíduos de metais não ferrosos e também os que, com o auxílio de uma escova manual ou mecânica, limpam peças antes ou depois de temperadas.

Levantador de peças fundidas. — É o trabalhador que, manual ou mecanicamente, separa as peças fundidas da areia de moldação. Incluem-se nesta categoria os trabalhadores que apertam as caixas de moldação, assim como os que procedem ao revestimento interior das colheres de vazamento.

Limador-alisador. — É o trabalhador que opera um limador mecânico para alisar com as tolerâncias tecnicamente admissíveis.

Limador-amolador de cutelarias (rebarbador). — É o trabalhador que, utilizando máquinas automáticas ou manuais equipadas com abrasivos, desbasta, rectifica, afia, dá forma e alisa, nas suas superfícies, facas, garfos, colheres, tesouras, quebra-nozes, canivetes e outros objectos de uso doméstico e similares.

Limpador de viaturas. — É o trabalhador que com meios ou produtos próprios, procede à limpeza das viaturas, retirando-lhes quaisquer impurezas, excesso de colas e outras substâncias.

Litógrafo-fotógrafo (gráfico). — É o trabalhador que fotografa ilustrações ou textos para obter películas tramadas ou não destinadas à sensibilização de chapas metálicas para impressão a uma cor ou mais. Avalia com densitómetro as densidades máxima e mínima dos motivos e calcula coeficientes de correcção. Em originais a cores, calcula os factores para cada cor e utiliza os filtros adequados para obter os negativos de selecção nas cores bases. Revela, fixa e lava, sobrepõe tramas adequadas e tira positivos tramados. Em originais opacos, a cores, prepara o trabalho para imprimir na prensa de contacto e as máscaras de correcção de cores. Em originais de traço utiliza positivos sem trama. Pode servir-se de equipamento electrónico para o desempenho das suas funções e ter conhecimentos ou especialidade de electrónica.

Litógrafo-impressor (gráfico). — É o trabalhador que regula, assegura o funcionamento e vigia uma máquina de imprimir folhas ou bobinas de papel ou folhas metálicas, indirectamente, a partir de uma chapa fotolitografada e por meio de um cilindro revestido de borracha. Pode imprimir em planos, directamente, folhas de papel ou chapas metálicas. Faz o alceamento, estica a chapa. Abastece de tinta e água a máquina. Provi-

dencia a alimentação de papel. Regula a distribuição da tinta. Examina as provas, a perfeição do ponto nas meias tintas, efectua correcções e afinações necessárias. Regula a marginação. Vigia a tiragem. Assegura a lavagem dos tinteiros, rolos tomadores e distribuidores nos trabalhos a cores. Efectua impressões sucessivas ou utiliza máquinas com diferentes compos de impressão, ajustando as chapas pelas miras ou traços dos motivos. Pode preparar as tintas que utiliza, dando tonalidades e grau de fluidez e secante adequados à matéria a utilizar. Pode ainda tirar provas em prelos mecânicos.

Litógrafo-montador (gráfico). — É o trabalhador que dispõe sobre uma película, segundo uma ordem determinada (e condiciona as características técnicas da secção a que se refere), textos impressos em películas, ou outro material fotográfico, tendo em vista a sua reprodução. Para impressões a cores efectua, pela ordem adequada, as montagens requeridas pela sobreposição à transparência acertando os motivos e ilustrações pelas miras e traças respectivas.

Litógrafo-transportador (gráfico). — É o trabalhador que prepara as chapas litográficas com soluções químicas para revelar e fixar os motivos ou reproduz sobre as chapas pré-sensibilizadas positivos fotográficos destinados à impressão por meios mecânicos automáticos e semiautomáticos. Executa o transporte das matrizes ou positivos fotográficos para as chapas de impressão por processos químicos ou por exposição de meios luminosos. Impermeabiliza, fixa e reforça o desenho. Mede, traça e marca referências, retoca as chapas para eliminar as deficiências. Nos casos ainda existentes, pode trabalhar sobre pedras litográficas.

Lixador (manual ou mecânico) de madeiras. — É o trabalhador que prepara o acabamento de peças de madeira, alisando-as e raspando-as, utilizando ferramentas manuais e mecânicas e abrasivos apropriados.

Lubrificador. — É o trabalhador que lubrifica as máquinas, veículos e ferramentas, muda óleos nos períodos apropriados e executa os trabalhos necessários para manter em boas condições os pontos de lubrificação.

Lubrificador de veículos automóveis. — É o ²⁰trabalhador especialmente incumbido de proceder à lubrificação dos veículos automóveis, mudança de óleo do motor, caixa de velocidades e diferencial e/ou atesta os mesmos, vê os níveis da caixa de direcção, bateria e depósito de óleo de travões, podendo fazer a lavagem dos veículos.

Maçariqueiro. — É o trabalhador que corta metais por meio de maçaricos oxi-acetilénicos ou outros processos de fusão; manobra máquinas automáticas e semiautomáticas de oxicorte e corta peças metálicas de várias formas.

Macheiro manual de fundição. — É o trabalhador que, manualmente, executa machos destinados a moldações.

Macheiro mecânico de fundição. — É o trabalhador que, utilizando máquina apropriada, executa machos destinados a moldações. Incluem-se nesta profissão os trabalhadores que manualmente executam machos com areia de composição química especial em coquilha, aquecida ou não.

Malhador. — É o trabalhador que manobra o malho, e, segundo as indicações de outro profissional, martela o metal que previamente foi aquecido para conseguir as peças pretendidas.

Mandrilador mecânico. — É o trabalhador que, operando uma mandriladora, executa todos os trabalhos de mandrilagem de peças, trabalhando por desenho ou peça de modelo. Prepara a máquina e, se necessário, as ferramentas que utiliza. Incluem-se nesta profissão os trabalhadores que em máquinas de furar radiais apropriadas executam os mesmos trabalhos.

Mandrilador de peças em série. — É o trabalhador que opera uma máquina de mandrilar em geral regulada por outrem para o trabalho em série. Eventualmente, poderá regular a máquina quando lhe forem fornecidos dados necessários.

Manufactor de material de higiene e segurança. — É o trabalhador que executa, conserva e repara o material de protecção individual ou colectivo em tecido, couro e matérias plásticas.

Maquetista. — É o trabalhador que, além de possuir conhecimentos de desenho de construção de maquetas, pode executar por si só algumas peças simples, como escadas, telhados, chaminés, muros, etc.

Maquetista coordenador. — É o trabalhador que, tendo sob a sua responsabilidade um sala ou gabinete de maquetas, orienta a execução completa de uma maquete de qualquer tipo de finalidade, tendo para o efeito bom conhecimento das solicitações estéticas dos projectistas, quanto ao seu acabamento e modo de execução, tendo em vista o fim a que se destina. Escolhe os diversos tipos de materiais que melhor se coadunem com os tipos de maquetas a executar.

Maquinista de cartonagem. — É o trabalhador que na produção de embalagens de cartão conduz qualquer das seguintes máquinas: de corte e vinco circular, de platina ou vincar rotativa, senra de fita e de rodear, máquina de chapa de cortar tubos cilíndricos e cones de emulsionar papel e flexográfica ou qualquer outras que transformem cartão, pasta, cartolina e papel, sendo responsável pela afinação e produção da mesma máquina, em função da sua especialização profissional.

Maquinista de força motriz. — É o trabalhador que manobra e vigia o funcionamento de uma ou mais máquinas de força motriz, quer de origem térmica, quer de origem hidráulica ou outras.

Maquinista de locomotiva. — É o trabalhador que conduz locomotivas eléctricas, diesel ou a vapor para

o reboque de vagões. Compete-lhe velar pelo bom funcionamento da máquina e conduzi-la com segurança, respeitando a velocidade compatível com o trajecto, traçado, estado da via e carga, podendo, se necessário, proceder a pequenas afinações e recarregamento da composição.

Maquinista naval. — É o trabalhador que dirige a condução, reparação e manutenção de instalações marítimas e ou terrestres compostas por equipamentos como caldeiras, máquinas alternadoras, turbinas, motores diesel e de explosão, estações frigoríficas e de ar condicionado, compressores de ar, centrais termoeléctricas e máquinas auxiliares de outros serviços técnicos profissionais inerentes.

Marcador. — É o trabalhador que, manual ou mecanicamente, marca com cunhos algarismos, símbolos ou outras referências para a identificação de peças ou materiais.

Marcador maçariqueiro para a indústria naval. — É o trabalhador que executa marcações e traçados sobre chapas e perfis com base em desenhos, especificações e outras instruções técnicas e corta chapas e perfis utilizando maçarico oxi-acetilénico ou máquinas semiautomáticas de oxicorte.

Marceneiro. — É o trabalhador que fabrica, monta, transforma e folheia, lixa e repara móveis de madeira, utilizando ferramentas manuais ou mecânicas, podendo colocar ferragens.

Marginador-retirador. — É o trabalhador que assegura a regularidade de alimentação de uma máquina de imprimir com marginação manual. Regula a marginação, introduz a chapa de folha metálica ou faz a retirada junto à máquina.

Marinheiro oficial. — É o trabalhador que colabora em manobras de atracação e desatracação de material flutuante (navios, lanchas, cábreas, batelões e similares); repara e manufactura diversos materiais de marinharia; realiza testes de ensaios dos paus de carga e seus componentes. Executa ou repara artigos de lona ou similares, tais como capas protectoras, sanefas e redes, talhando-os e cosendo-os com máquina de costura ou manualmente. Pode proceder à reparação e confecção de cabos e estropos e, por vezes, a isolamentos térmicos, utilizando cartões de amianto ou de outras fibras adequadas.

Marteleiro (construção civil). — É o trabalhador que, com carácter predominante, manobra martelo perfurador ou demolidor.

Mecânico de aparelhagem pesada, de terraplenagem e/ou máquinas agrícolas. — É o trabalhador que detecta as avarias mecânicas, repara, afina, monta, desmonta e conserva os órgãos das máquinas pesadas, de escavar e terraplenar e ainda máquinas agrícolas, nomeadamente tractores, ceifeiras, debulhadoras e ceifeiras-debulhadoras.

Mecânico de aparelhos de precisão. — É o trabalhador que executa, repara, transforma e afina aparelhos de precisão ou peças mecânicas de determinados sistemas eléctricos, hidráulicos, mecânicos, pneumáticos, ópticos ou outros.

Mecânico de armamento. — É o trabalhador que detecta avarias, repara, afina, monta, desmonta e executa órgãos de diversas armas. Incluem-se nesta categoria os trabalhadores que, utilizando meios mecânicos ou manuais, calibram os canos das armas, conferindo-lhes determinado grau de acabamento.

Mecânico de automóveis. — É o trabalhador que detecta as avarias mecânicas, afina, repara, monta e desmonta os órgãos de automóveis e outras viaturas e executa outros trabalhos relacionados com esta mecânica.

Mecânico de aviões. — É o trabalhador que detecta as avarias mecânicas, repara, afina, monta e desmonta os órgãos dos aviões e outras aeronaves e executa outros trabalhos relacionados com esta mecânica.

Mecânico de bombas injectoras. — É o trabalhador que predominantemente repara, transforma, afina, monta e desmonta bombas de injeção, injectores e outros trabalhos relacionados com esta mecânica.

Mecânico de madeiras. — É o trabalhador que trabalha madeira com serra de fita, engenho de furar, torno, garlopa, topia, plaina ou outras máquinas para fabricação de estruturas de máquinas a produzir na indústria metalúrgica.

Mecânico de máquinas de escritório. — É o trabalhador que executa, repara ou afina as máquinas de escrever, de calcular ou outras máquinas de escritório.

Mecânico de refrigeração, ar condicionado, ventilação e aquecimento. — É o trabalhador que monta e repara instalações de refrigeração, ar condicionado, ventilação e aquecimento e a sua aparelhagem de *contrôle*. Procede à limpeza, vazio e desidratação das instalações e à sua carga com fluido frigorígeno. Faz o ensaio e ajustamento das instalações, após a montagem e afinação da respectiva aparelhagem de protecção e *contrôle*.

Medidor. — É o trabalhador que, predominantemente, efectua os cálculos dimensionais requeridos pelo projecto ou das diferentes parcelas de uma obra a executar. No desempenho das suas funções baseia-se na análise do projecto e dos respectivos elementos escritos e desenhados e também nas orientações que lhe são definidas. Elabora listas discriminativas dos custos e quantidades de materiais ou outros elementos de construção, tendo em vista, designadamente: orçamentação, apuramento do tempo de utilização de mão-de-obra e de equipamentos e programação de desenvolvimento dos trabalhos. No decurso da obra efectua *in loco* autos de medição, procurando ainda detectar

erros, omissões ou incongruências, de modo a esclarecer e avisar os técnicos responsáveis.

Medidor orçamentista. — É o trabalhador que, predominantemente, estabelece com precisão as quantidades e o custo dos materiais e da mão-de-obra para a execução de uma obra. Deverá ter conhecimentos de desenho de matérias-primas e de processos ou métodos de execução de obra. No desempenho das suas funções baseia-se nas diversas partes componentes do projecto, memória descritiva e cadernos de encargos. Determina as quantidades de materiais e volumes de mão-de-obra e serviços necessários, e, utilizando as tabelas de preços de que dispõe, calcula os valores globais correspondentes. Organiza o orçamento. Deve completar o orçamento, que estabelece com a indicação pormenorizada de todos os materiais a empregar e operações a efectuar. Cabe-lhe providenciar para que estejam sempre actualizadas as tabelas de preços simples e compostos que utiliza.

Medidor-orçamentista-coordenador. — É o trabalhador que, tendo sob a sua responsabilidade um gabinete ou sector de medições e orçamentos, coordena a elaboração completa de medições e orçamentos de qualquer tipo, dado o seu conhecimento das técnicas de orçamentação de materiais e de métodos e execução. Para isto, deverá possuir conhecimentos práticos de obra em geral. Colabora, dentro da sua especialidade, com os autores dos projectos na elaboração dos respectivos cadernos de encargos.

Mergulhador. — É o trabalhador que assegura o assentamento de navios na doca em perfeitas condições; vistoria o casco submerso, bélice e leme do navio, cabo telefónico, e cabos búscias de sondas; calafeta rombos, pesquisa materiais e peças caídos no mar; utiliza equipamento apropriado e procede à sua conservação. Soconre naufragos.

Metalizador à pistola. — É o trabalhador que pulveriza e projecta metal fundido, para colorir materiais, peças e objectos com camada protectora ou decorativa ou para recuperar peças danificadas ou com desgaste.

Modelador. — É o trabalhador que executa, monta, transforma e repara modelos de diversos materiais, tais como: gessos, aço, araldite e similares, utilizados para moldações/modelos para serem copiados, empregando, para o efeito, máquinas e ferramentas adequadas.

Modelador ou polidor de material óptico. — É o trabalhador que, com o auxílio de máquinas e ferramentas apropriadas, transforma o vidro bruto em lentes de variados modelos e graduações destinadas ao fabrico de diversos tipos de máquinas.

Moldador de barcos e outras estruturas de fibra. — É o trabalhador que prepara e executa a moldagem para a construção de barcos, apetrechos e outras estruturas de fibra. Constrói o barco e dá os acaba-

mentos (sempre trabalhando em fibra). Poderá executar um molde de madeira se tiver conhecimentos de carpinteiro.

Monitor. — É o trabalhador que ensina teórica e/ou praticamente a formação e aperfeiçoamento profissional dentro ou fora da empresa. Terá de colaborar na programação dos cursos e seu desenvolvimento, como matéria a ministrar aos instruídos.

Monitor informático. — É o trabalhador que planifica os trabalhos nos postos de dados, distribui e supervisiona a execução das tarefas e assegura a formação, e o treino dos operadores de posto de dados.

Montador-afinador de peças de cutelaria. — É o trabalhador que procede à conjugação e montagem de cabos de madeira e outros materiais em facas, garfos, colheres, conjuntos de cozinha, tesouras, alicates, quebra-nozes e outros objectos de cutelaria e similares normalmente destinados ao uso doméstico ou industrial; procede à sua afinação, podendo detectar, em simultâneo, deficiências de fabrico.

Montador ajustador de máquinas. — É o trabalhador que monta e ajusta máquinas, corrigindo possíveis deficiências, para obter o seu bom funcionamento. Incluem-se nesta profissão os profissionais que procedem à raspagem de peças, de forma a conseguir determinado grau de acabamento das superfícies.

Montador de andaimes da indústria naval. — É o trabalhador que monta e desmonta andaimes nos navios em construção ou reparação e noutras zonas do estaleiro. Pode ter de operar meios de elevação e transporte; montar e fixar cabos, andaimes suspensos, bálkus e pontes rolantes (*sky klembers*). Colabora na manutenção dos andaimes e na sua arrumação em parque.

Montador de baterias. — É o trabalhador que efectua a montagem e conservação dos diversos elementos constituintes de baterias ou acumuladores, monta as placas e outros elementos de uma bateria; liga as placas umas às outras por soldadura, prepara o electrólito, efectua a ligação das baterias às barras de distribuição, controla carga com auxílio de aparelhos eléctricos de medida e retira e substitui as placas deficientes. Pode executar apenas parte destas operações e ser denominado em conformidade.

Montador de blindagem de querena. — É o trabalhador que, predominantemente, enforma e monta chapas de blindagem nos navios em construção ou preparação.

Montador de cardas. — É o trabalhador que substitui peças e/ou quadros, monta e afina cardas têxteis.

Montador de carimbos de borracha. — É o trabalhador que, no fabrico de carimbos de borracha, corta e/ou prepara as bases de madeira e/ou metal com os respectivos cabos, fazendo, de seguida, respectiva colagem nas borrachas.

Montador de construções metálicas pesadas. — É o trabalhador que procede à montagem ou reparação de blocos ou estruturas metálicas pesadas, nomeadamente em navios, pontes, torres, e outras, utilizando para o efeito níveis, prumos e outros instrumentos. Para a conjugação dos vários elementos ou conjuntos metálicos, utiliza pontos de soldadura, ferramentas ou elementos de aperto ou ligação. Pode utilizar maçarico de corte ou de aquecimento e servir-se do apoio de aparelhos de elevação adequados.

Montador de estruturas metálicas ligeiras. — É o trabalhador que executa unicamente trabalhos relacionados com a montagem de elementos metálicos ligeiros pré-fabricados, sem que tenha de proceder a qualquer modificação nos elementos metálicos, com excepção de pequenos acertos sem qualquer rigor.

Montador de máquinas de escrever. — É o trabalhador que, em linhas de montagem em série de máquinas de escrever, executa uma das operações inerentes à montagem, podendo proceder a pequenas afinações. Incluem-se aqui os trabalhadores que procedem à soldadura do tipo de escrita.

Montador de peças de cutelaria. — É o trabalhador que procede à conjugação de cabos de madeira, plástico ou outros materiais em facas, garfos, colheres, e em conjuntos de cozinha e monta tesouras, alicates, quebra-nozes, e/ou canivetes e outros objectos de cutelaria normalmente destinados a uso doméstico ou industrial, procedendo à sua cravação se necessário.

Montador de peças ou órgãos mecânicos em série. — É o trabalhador que, em linhas de montagem, monta peças, aparelhos ou órgãos mecânicos e pequenos conjuntos, podendo ou não ser aplicados em máquinas. Não lhe compete qualquer modificação ou ajustamento nas peças que monta.

Montador de pneus. — É o trabalhador que procede à desmontagem de pneumáticos e à reparação de furos em pneus ou câmaras-de-ar.

Montador de pneus especializado. — É o trabalhador que procede à montagem e desmontagem de pneumáticos e à calibragem das rodas e alinhamento da direcção.

Montador de pré-esforço. — É o trabalhador que, com base em desenhos e/ou especificações técnicas, corta e associa cabos e tirantes de pré-esforço. Monta-os e estica-os segundo um plano previamente estabelecido, procedendo à injeção de caldas de cimento ou de outros produtos de protecção no interior das bainhas.

Motorista de ligeiros. — É o trabalhador que, possuindo carta de condução profissional, tem a seu cargo a condução de veículos automóveis ligeiros, competindo-lhe zelar, sem execução, pela boa conservação e limpeza do veículo, pela carga que trans-

porta, pela orientação da carga e descarga, bem como pela verificação diária dos níveis de óleo e água.

Motorista de pesados. — É o trabalhador que, possuindo carta de condução profissional, tem a seu cargo a condução de veículos automóveis pesados, competindo-lhe ainda zelar, sem execução pela boa conservação e limpeza do veículo, pela carga que transporta, pela orientação da carga e descarga, bem como pela verificação dos níveis de óleo e de água.

Movimentador de carros em parque. — É o trabalhador que movimenta nas linhas de montagem as unidades e as arruma nos parques dentro dos limites da fábrica.

Operador de automáticos (sarilhador). — É o trabalhador que vigia os reguladores automáticos dos eléctrodos, procedendo ao *contrôle* das intensidades da corrente, manobra os guinchos de suspensão dos eléctrodos quando necessário e colabora no içar e arrear dos eléctrodos na ocasião da sua substituição.

Operador de banhos químicos e electro-químicos. — É o trabalhador que coloca e retira, em instalações apropriadas, objectos de metal para tratamento por processos químicos e/ou electro-químicos e conduz os banhos segundo instruções que lhe são fornecidas, a fim de obter depósitos metálicos, regularizações das superfícies (abrilhantamento) ou oxidação anódica ou outro tratamento semelhante. Incluem-se nesta profissão os metalizadores por imersão em banho de metal em fusão.

Operador de câmara escura. — É o trabalhador que executa, em câmara escura, as tarefas relacionadas com o tratamento de chapas e películas fotográficas, imergindo-as em soluções químicas apropriadas a fim de obter negativos ou positivos transparentes a preto e branco e demais operações inerentes.

Operador do campo experimental agrícola. — É o trabalhador que exerce as funções de trabalhador do campo experimental agrícola. Tem a seu cargo a execução de ensaios de adubação do terreno segundo instruções que lhe são fornecidas. Controla e regista as produções obtidas com cada um dos esquemas de adubação.

Operador de chanfradeira. — É o trabalhador que opera com uma chanfradeira a fim de chanfrar chapas metálicas.

Operador de concentração de minério. — É o trabalhador que, em instalações adequadas, procede à concentração do minério de tungsténio, partindo de minérios pobres, realizando, para isso, operações de calibragem, moagem, flutuação, secagem e separação e outras tarefas decorrentes.

Operador de engenho de coluna ou montante para trabalhos de tolerâncias apertadas. — É o trabalhador que, no engenho de furar de coluna ou de montante e destinado a trabalhos com tolerâncias apertadas executa furação, roscagem e facejamento sem necessidade de marcação prévia das peças a executar. Obtém a localização da respectiva furação manobrando os órgãos da própria máquina através de instrumentos de medição incorporados ou não da máquina, ferramentas reguláveis ou esperas. Trabalha por instruções ou desenho de simples interpretação.

Operador de engenho de coluna ou portátil. — É o trabalhador que no engenho de furar de coluna ou portátil executa furação, roscagem e facejamento no material ou peça devidamente marcado e/ou na falta de marcação pode utilizar ferramentas adequadas de simples manejo, como esperas ou apoios previamente regulados por outrem.

Operador de ensacamento. — É o trabalhador que no ensacamento do produto final procede ao ensacamento e pesagem do produto, correcção da pesagem se necessário, fecho dos sacos, utilizando máquina apropriada, deslocação dos sacos, feita manual ou mecanicamente, regista as quantidades e limpeza do local de trabalho.

Operador de ensaio de estanquidade em garrafas para gás. — É o trabalhador que, utilizando o dispositivo adequado à aplicação de pressão hidráulica e sua medição, procede ao ensaio de verificação da estanquidade em garrafas para gás de petróleo liquefeito.

Operador de equipamentos de perfuração de solos. — É o trabalhador que manobra equipamentos adequados para a perfuração de solos e procede à montagem dos tubos de revestimento dos furos, podendo, quando necessário, reparar as brocas ou substituir as respectivas pontas de perfuração.

Operador de estufas. — É o trabalhador que controla o funcionamento de estufas e procede à carga e descarga das mesmas.

Operador de forno de fabrico de cianamida cálcica. — É o trabalhador que, no fabrico de cianamida cálcica, prepara os fornos de azotação, procede ao respectivo enforamento e desenforamento, liga, desliga e vigia os mesmos fornos.

Operador de fornos de calcinação. — É o trabalhador que procede à pesagem e moagem do produto a calcinar, carrega-o no forno em barquilhas apropriadas, vigia a temperatura do forno e procede à sua descarga passando o produto calcinado pelo aparelho de peneiração para depois ensacar, pesar e arrumar.

Operador de forno de redução e carburação. — É o trabalhador que, em fornos contínuos com a atmosfera de hidrogénio, procede à redução do óxido de carburação do tungsténio, carregando e descarregando as barquilhas que passam em forno contínuo com a atmosfera de hidrogénio, vigiando a sua temperatura, podendo executar outras tarefas inerentes.

Operador de fornos de sinterização em atmosfera de hidrogénio. — É o trabalhador que procede à sinterização dos produtos, carregando e descarregando os tabuleiros em fornos de vácuo, regulando e controlando temperaturas e vácuo e procedendo à operação de arrefecimento, de acordo com diagrama e instruções recebidos, podendo executar outras operações semelhantes e tarefas inerentes.

Operador de fornos de sinterização em vácuo. — É o trabalhador que procede à sinterização dos produtos, carregando e descarregando os tabuleiros em fornos de vácuo, regulando e controlando temperaturas e vácuo e procedendo à operação de arrefecimento, de acordo com diagrama e instruções recebidos, podendo executar outras operações semelhantes e tarefas inerentes.

Operador de gerador de acetileno. — É o trabalhador que predominantemente vigia, alimenta, limpa e regula uma instalação destinada a produzir acetileno.

Operador heliográfico. — É o trabalhador que predominantemente trabalha com máquina heliográfica, corta e dobra as cópias heliográficas.

Operador informático. — É o trabalhador que desempenha uma ou ambas as funções:

De computador. — Recepção dos elementos necessários à execução dos trabalhos no computador, controla a execução conforme programa de exploração, regista as ocorrências e reúne os elementos resultantes. Prepara, opera e controla o computador através de consola.

De periféricos. — Prepara, opera e controla os órgãos periféricos do computador. Prepara e controla a utilização e os stock dos suportes magnéticos de informação.

Operador de instalação de antipoluição. — É o trabalhador que a partir de programas e instruções é responsável pela condução, manobra, controle e limpeza de uma ou várias instalações de despoeiramento, por lavagem ou outro processo de antipoluição, procedendo aos tratamentos específicos dos fluidos (gases e líquidos) e seus resíduos. Procede à inspecção, verificação visual, conservação e lubrificação dos órgãos da instalação. Pode proceder a operações manuais de limpeza, desobstrução, carga e descarga, de forma a manter a instalação em boas condições de funcionamento.

Operador de instalação de revestimento. — É o trabalhador que monta a câmara dos revestimentos,

prepara e carrega os produtos a revestir, conduz a operação de revestimento segundo normas preestabelecidas e procede à descarga de limpeza dos produtos revestidos.

Operador de instalação de britagem. — É o trabalhador que manual ou mecanicamente executa as tarefas inerentes à britagem de matérias-primas ou produtos fabricados, podendo executar outras complementares, como, por exemplo, embalagens. Receberá a designação específica do tipo de britagem que efectua.

Operador de instalação de moagem de carboneto de cálcio e cianamida. — É o trabalhador que no fabrico de cianamida liga e desliga a instalação a seu cargo, regula os débitos, recolhe as amostras para análises, lubrifica o equipamento e vigia o funcionamento da instalação.

Operador de instalação rotativa para limpa-peças. — É o trabalhador que manobra e vigia a instalação rotativa destinada a limpar, polir ou eliminar rebarbas a pequenas peças através da acção da serradura, aparas de madeira ou material abrasivo em movimento no interior da instalação, procedendo à sua carga e descarga.

Operador de instalação de transformação química do minério. — É o trabalhador que, para transformação química dos minérios de tungsténio em óxido tungsténico, prepara o minério e os reagentes, procede à carga e descarga de reactores e filtros e executa as tarefas inerentes à boa marcha das reacções e filtrações de acordo com instruções que lhe são fornecidas.

Operador de instalações de matérias-primas (produção de ferro-ligas, carboneto de cálcio ou cianamida cálcica). — É o trabalhador que, a partir de programas e instruções numa sala de comando ou junto das instalações de tratamento de armazenagem de matérias-primas e materiais necessários à produção de ferro-ligas, carboneto de cálcio ou cianamida cálcica, é responsável pela sua condução, manobra e *contrôle*, compreendendo o abastecimento, armazenagem, movimentação e transporte, britagem, secagem, classificação e outras operações com máquinas e instalações apropriadas. Procede à inspecção, verificação visual, conservação e lubrificação dos órgãos da instalação. Pode proceder a operações de limpeza, desobstrução, carga e descarga, de forma a manter as instalações em boas condições de funcionamento.

Operador de laboratório de ensaios mecânicos. — É o trabalhador que procede a análises físicas, a ensaios mecânicos e *contrôle* estrutural de materiais ferrosos e não ferrosos, sabendo interpretar os resultados.

Operador de laboratório químico. — É o trabalhador que procede a análises químicas de materiais fer-

rosos e ou não ferrosos e a exames metalográficos, sabendo interpretar os resultados, nomeadamente, controlar a composição e propriedades de matérias-primas.

Operador manual (gráfico). — É o trabalhador que procede a operações manuais sobre bancadas ou mesas de escolha, tais como contagem, escolha ou embalagem de trabalhos impressos. Pode fazer a retirada junto às máquinas de imprimir ou desintercalas nas mesas. Pode ainda efectuar correcções manuais a defeitos ou emendas (nesta especialidade profissional são integradas as antigas profissões de serviço de bancada, escolhedor/a e retirador/a).

Operador de máquina automática de polir. — É o trabalhador que manobra uma máquina automática de polir procedendo à sua carga e descarga.

Operador de máquina de corte por lâminas rotativas. — É o trabalhador que predominantemente opera máquinas de corte por lâminas rotativas, para corte de chapa fina. Procede à montagem e ajustamento das lâminas circulares dos acessórios necessários à operação de corte.

Operador de máquina extrusora ou de extrusão. — É o trabalhador que regula, vigia e assegura o funcionamento de uma máquina destinada à moldagem por extrusão de películas, bandas contínuas de secção constantes e outros materiais em plástico, utilizando matérias-primas puras ou aditivas nas proporções que a qualidade requerida pela natureza do produto a fabricar.

Operador de máquinas de fabricar agrafes. — É o trabalhador que opera e vigia uma máquina de fazer agrafes.

Operador de máquina de fabricar molas. — É o trabalhador que manobra e vigia o funcionamento de uma máquina de fabricar molas, procede e verifica o produto em curso de fabrico.

Operador de máquina de fabricar pregos. — É o trabalhador que manobra e vigia o funcionamento de uma máquina de fabricar pregos, procede à sua alimentação e descarga e verifica o produto em curso de fabrico.

Operador de máquina de fabricar puado rígido. — É o trabalhador que manobra e vigia o funcionamento de uma ou mais máquinas de fabricar puado rígido, procede à sua alimentação e descarga, verifica o produto em curso de fabrico. Monta as ferramentas adequadas e procede à sua substituição. Executa afinações simples, zela pela conservação da máquina ou máquinas a seu cargo.

Operador de máquinas de fabricar teias metálicas (tecelão de teias metálicas). — É o trabalhador que

opera com um tear mecânico para o fabrico de teias metálicas. Eventualmente poderá enfiar arames nos pentênos lisos do tear.

Operador de máquinas de formar cabos. — É o trabalhador que opera máquinas de formar cabos de aço ou de outros materiais metálicos, por meio de cableagem. Incluem-se nesta profissão os trabalhadores até agora designados por cableadores metalúrgicos.

Operador de máquinas de injeção de gás frio. — É o trabalhador que regula e manobra uma máquina destinada a injectar gás frio (fréon ou poliuretano) nos circuitos internos de congelamento e isolamento de frigoríficos e arcas frigoríficas, segundo cargas específicas.

Operador de máquinas de abrir fenda a parafusos. — É o trabalhador que manobra e vigia o funcionamento de uma ou mais máquinas de abrir fenda a parafusos, procede à sua alimentação e descarga e verifica o produto em curso de fabrico. Monta as ferramentas adequadas ao fabrico e procede à sua substituição. Executa afinações simples e zela pela conservação da máquina ou máquinas a seu cargo.

Operador de máquinas de balancé. — É o trabalhador que manobra máquinas para estampagem, corte, furação e operações semelhantes.

Operador de máquinas de bobinar. — É o trabalhador que, operando máquinas apropriadas, procede ao enrolamento de arame, podendo soldá-lo por resistência ou ligá-lo manualmente quando se separa.

Operador de máquinas de cardar pasta. — É o trabalhador que alimenta e conduz uma máquina de trabalhador que, operando com máquinas de contarcardar pasta de algodão ou similares para enchimento.

Operador de máquinas de contabilidade. — É o trabalhador que, operando com máquinas de contabilidade, executa trabalhos relacionados com a contabilidade.

Operador de máquinas de decapar por grenalha. — É o trabalhador que manobra máquinas ou instalações de decapagem por grenalha ou produtos afins. Procede à sua carga, descarga e posicionamento das peças ou materiais a decapar.

Operador de máquinas de encher escovas e/ou pua-dos. — É o trabalhador que, operando com uma máquina automática ou semiautomática, coloca diversos materiais de escovas, tais como fios de aço, piaçabas e outros.

Operador de máquinas de encruar varão a frio. — É o trabalhador que opera com uma máquina automática ou semiautomática para encruar varão a frio.

Operador de máquinas de equilibrar. — É o trabalhador que regula e manobra as máquinas de equilibrar, vibrómetro e vibratoste para equilibrar cambotas, rotor e induzidos, velos de transmissão, ventiladores e hélices ou outros trabalhos afins.

Operador de máquinas de estirar. — É o trabalhador que manobra, vigia e regula o funcionamento de uma máquina de estirar, procedendo à sua alimentação e descarga, verificando o produto em curso de fabrico.

Operador de máquinas de fabricar agulhas. — É o trabalhador que procede a uma ou mais operações inerentes à fabricação de agulhas.

Operador de máquinas de fabricar arame farpado, rede e suas espirais e enrolar rede. — É o trabalhador que manobra máquinas para fabricar arame farpado rede, enrolar arame em espirais e de enrolar rede. Incluem-se nesta profissão os trabalhadores que operam máquinas de fabricar esfregões de arame, palha de aço, lã de aço, grenalha e de revestir arame.

Operador de máquinas de fabricar bichas metálicas. — É o trabalhador que opera máquinas de fabricar bichas metálicas.

Operador de máquinas de fabricar cápsulas. — É o trabalhador que manobra máquinas para a execução de cápsulas.

Operador de máquinas de fabricar discos e ou folhas de serras. — É o trabalhador que opera máquinas para fabrico de discos ou folhas de serras.

Operador de máquinas de fabricar fechos de correr. — É o trabalhador que opera máquinas para o fabrico de fechos de correr.

Operador de máquinas de fabricar tubos. — É o trabalhador que opera máquinas para o fabrico de tubos. Procede à sua alimentação, condução, montagem e desmontagem das respectivas ferramentas.

Operador de máquinas para fabrico de anzóis. — É o trabalhador que opera e vigia uma máquina de fazer anzóis.

Operador de máquinas de fabrico de bisnagas metálicas e outras. — É o trabalhador que manobra máquinas para o fabrico de bisnagas e tubos de aerosol metálicos e outras embalagens de alumínio, designadamente máquinas de prensar, cercear, rebarbar, recoser, envernizar, esmaltar, imprimir, enroscar tampas e outras não especificadas, utilizadas nesta indústria.

Operador de máquinas de fabrico de colchões ou estofos. — É o trabalhador que em fabricação de colchões ou estofos em série opera uma das seguintes

máquinas: de agramar, de costura e de acolchoar e/ou manualmente executa as operações de encher colchões ou almofadas.

Operador de máquinas de fabrico de eléctrodos. — É o trabalhador que manobra moínhos, prensas de extrusão ou instalações para fabricação de eléctrodos, podendo também e quando necessário proceder a operações manuais.

Operador de máquinas de fabrico de redes para pesca. — É o trabalhador que conduz as máquinas de tecer redes para a aplicação na indústria de pesca.

Operador de máquinas de fazer correntes. — É o trabalhador que opera máquinas para efectuar diversas operações destinadas ao fabrico de correntes de elos, a partir de arame ou varão.

Operador de máquinas de fundição injectada. — É o trabalhador que manobra máquinas de fundição injectada, procedendo à montagem e desmontagem das respectivas ferramentas.

Operador de máquinas de furar radial. — É o trabalhador que na máquina de furar radial executa furações, roscagens e facejamentos.

Operador de máquinas da indústria de latoaria e vazio. — É o trabalhador que trabalha com máquinas da indústria de latoaria e vazio, designadamente cravadeiras, rebordadeiras, de execução de chaves e de meter borracha, estanhadeiras, de prensa, de tesoura, de esquadrar folhas e de cortar tiras, montadeiras de tiras, grafadeiras, despontadeiras, calandras, caneleiras e de dobragem de tiras. Incluem-se os trabalhadores utilizando ferramentas e máquinas adequadas que têm por função executar tambores de chapa fina.

Operador de máquinas ou instalação mecânica de esticar tela metálica para o fabrico de papel. — É o trabalhador que manobra máquinas ou instalação própria para esticar tela metálica a fim de lhes eliminar os foles, ondulações, laçadas e outras deficiências. Proceda à montagem do equipamento adequado e ensaios de tracção de tela metálica para comprovar a resistência da soldadura.

Operador de máquinas de microfilmagem. — É o trabalhador que opera máquinas de microfilmagem, revela e arquiva os respectivos microfilmes.

Operador de máquinas de pantógrafo. — É o trabalhador que regula e manobra a máquina de pantógrafo que faz trabalhos de reprodução ou cópia de modelos.

Operador de máquinas de partir e ou enfardar sucata. — É o trabalhador que manobra uma máquina destinada à elevação de um bloco de aço, o qual, sendo desengatado à altura conveniente, cai sobre a sucata partindo-a pela acção de choque. Para o efeito,

procede à colocação da sucata na posição conveniente e ou manobra uma máquina de prensar sucata ou desperdícios metálicos a fim de constituir fardos de sucata.

Operador de máquinas de pontear e ou calibrar parafusos e ou chanfrar porcas. — É o trabalhador que manobra e vigia o funcionamento de uma ou mais máquinas de pontear, calibrar parafusos e chanfrar porcas, procede à sua alimentação e descarga e verifica os produtos em curso de fabrico. Monta as ferramentas adequadas ao fabrico e procede à sua substituição. Executa afinações simples e zela pela conservação da máquina ou máquinas a seu cargo.

Operador de máquinas de prensar parafusos, porcas, rebites e cavilhas. — É o trabalhador que manobra e vigia o funcionamento de uma ou mais máquinas de prensar parafusos, porcas, rebites e cavilhas, procede à sua alimentação e descarga e verifica o produto em curso de fabrico. Monta as ferramentas adequadas ao fabrico e procede à substituição. Executa afinações simples e zela pela conservação da máquina ou máquinas a seu cargo.

Operador de máquinas de «transfer» automáticas. — É o trabalhador que manobra e vigia o funcionamento de uma máquina automática, a qual pode efectuar diversas operações em circuitos.

Operador de máquina de soldar elementos de metal duro. — É o trabalhador que, utilizando máquina de aquecimento por indução ou resistência, solda pastilhas de metal duro em barrenas, ferros de corte e outras peças. Prepara a superfície a soldar colocando o decapante e a solda.

Operador de máquina de temperar puados. — É o trabalhador que manobra e vigia uma máquina automática de temperar puados rígidos por alta frequência.

Operador de máquinas para transformar e reparar folha de alumínio. — É o trabalhador que transforma e prepara folhas finas de alumínio destinadas a embalagens para fins domésticos, comerciais ou industriais. Manobra máquinas adequadas, designadamente laminadoras, prensas, guilhotinas, parafinadoras, coladoras, pantógrafo e máquinas de recoser, envernizar, esmaltar, de imprimir e outras não especificadas utilizadas nesta indústria, podendo também, e quando necessário, proceder a operações manuais.

Operador mecanográfico. — É o trabalhador que prepara, abastece e opera máquinas clássicas/convençionais (a cartões), prepara a máquina conforme instruções do programador mecanográfico; assegura o funcionamento do sistema de alimentação; vigia o funcionamento e regista as ocorrências; recolhe o resultado.

Operador de meios auxiliares de diagnóstico clínico. — É o trabalhador que aplica técnicas de audiometria elaborando os respectivos testes. Faz o apoio de electrocardiogramas simples e de esforço. Aplica técnicas especializadas para detecção de problemas visuais. Elabora fichas e processos para posterior relatório médico.

Operador do misturador de cargas para briquetes. — É o trabalhador que prepara as cargas compostas de ferro-silício, cimento, carboneto de sódio e água. Procede à pesagem, abastece o misturador, embala os briquetes em caixas de cartão e procede à arrumação e carregamento.

Operador de orladora. — É o trabalhador que regula e manobra uma máquina de orlar portas, tampos de mesa, painéis e outros.

Operador de posto de bombagem. — É o trabalhador que, mediante indicadores apropriados, conduz o funcionamento de um ou mais grupos electrobombas ou moto-bombas. Acessoriamente faz registo dos trabalhos dos grupos de bombagem, mede temperaturas e alturas dos níveis das águas.

Operador de prensa de extrudar. — É o trabalhador que manobra uma prensa de extrudar, para fazer, a partir do metal aquecido, tubos sem costura e perfis de secção constante.

Operador de quinadeira e ou viradeira e ou calandra. — É o trabalhador que, utilizando máquinas apropriadas, quina, dobra ou enrola chapas ou outros materiais metálicos segundo formas previamente determinadas.

Operador de radiotelefonos. — É o trabalhador que coordena e orienta os pedidos de transporte marítimos. Elabora a distribuição de trabalhos e trata do expediente do tráfego marítimo.

Operador de recolha e preparação de amostras (produção de ferro-ligas, carboneto de cálcio ou cianamida cálcica). — É o trabalhador que, na produção de ferro-ligas, carboneto de cálcio ou cianamida cálcica, tem a seu cargo a colheita e a preparação de amostras de matérias-primas, produtos em curso de fabricação e ou acabados e execução de ensaios granulométricos, de humidade e ou determinação de rendimentos, em gases, do carboneto de cálcio.

Operador de regulador automático. — É o trabalhador que em sala de comando vigia aparelhos de medida efectuando com base nas indicações dadas por esses aparelhos de acordo com instruções recebidas a passagem dos fornos de comando automáticos para o comando manual e vice-versa, assegurando ainda a regulação manual.

Operador de serra programável para madeiras. — É o trabalhador que opera e controla serras progra-

máveis de corte por medida, para madeiras e procede à sua alimentação e descarga.

Operador de «telex». — É o trabalhador que recebe e expede comunicações por *telex*. Procede ao arquivo das cópias das comunicações recebidas e expedidas.

Operador de tesoura universal. — É o trabalhador que regula e manobra uma tesoura universal para o corte e abertura de furos em materiais tais como barras, varões, perfilados e chapas. Trabalha de acordo com instruções, planos de corte, croquis ou escantilhões. Monta e regula esperas a utilizar nos respectivos suportes (saca-bocados, lâminas para corte de perfis, varões ou chapas). Pode, quando necessário, fazer a marcação do material para definir as linhas de corte.

Operador de ultra-sons. — É o trabalhador que procede à análise de peças metálicas com aparelhagem de ultra-sons, ajustando-a sobre a peça e regulando-a. Interpreta os resultados e pode elaborar relatórios.

Operário de limpezas industriais. — É o trabalhador que limpa o interior dos tanques, casa das máquinas, convés, castelos e outras instalações no interior do navio; limpa órgãos de máquinas, a bordo e nas oficinas. Procede ao tratamento das superfícies, nomeadamente à picagem, manual ou mecânica, no interior dos tanques, porões, *cofferdames*, cavernas e outras instalações. Pode eventualmente colaborar nas manobras do navio e na movimentação de materiais, bem como desempenhar eventualmente as funções de trabalhador de limpeza.

Operário de manobras. — É o trabalhador que movimenta, por meio de estropes, aparelhos diferenciais, guindastes e outros sistemas, máquinas e materiais, quer em terra, quer a bordo. Faz parte de equipas para manobras marítimas dos navios.

Operário não especializado (servente metalúrgico). — É o trabalhador que se ocupa da movimentação, carga e descarga de materiais e limpeza dos locais de trabalho.

Orçamentista. — É o trabalhador que, interpretando normas, especificações, elementos fornecidos pelo gabinete de métodos e outros, constrói ou utiliza tabelas ou gamas de fabrico para efectuar cálculos e obter resultados necessários à provisão e ao controlo dos custos do produto.

Paquete. — É o trabalhador, menor de 18 anos, que presta os serviços enumerados para os contínuos.

Patentador. — É o trabalhador que procede ao tratamento térmico do arame ou fio metálico para lhe dar endurecimento.

Pedreiro (trolha). — É o trabalhador que exclusivamente ou predominantemente executa alvenarias

de tijolo, pedra ou blocos, podendo também fazer assentamento de manilhas, tubos ou cantarias, rebocos ou outros trabalhos similares ou complementares, podendo executar serviços de conservação e reparação e de construção civil.

Pedreiro da indústria naval. — É o trabalhador que isola caldeiras, tubos de vapor e outras construções e remove e aplica refractários. Retira e coloca massas de cimento ou similares, nomeadamente em empalmes, pinos de leme, capacetes de hélices, bojes de fundo e tanques, e executa trabalhos com cimento e massas similares a bordo. Repara e beneficia compartimentos e instalações de pessoal a bordo. Executa trabalhos de construção, beneficiação ou reparação de edifícios e outras instalações.

Penteeiro. — É o trabalhador que executa, acaba, repara e rectifica pentes para máquinas da indústria têxtil.

Perfilador. — É o trabalhador que regula e opera com máquinas de moldurar, tupia ou plaina de três ou mais faces.

Perfurador-verificador-operador de posto de dados. — É o trabalhador que prepara os suportes de informação que vão intervir no trabalho a partir de documentos elaborados pelo utilizador. Prepara, opera e controla equipamentos de registo/transmissão de dados relacionados com os suportes (perfuradora de cartões, registador em bandas, terminais de computador, etc.).

Pesador-contador. — É o trabalhador que pesa ou conta materiais, peças ou produtos, podendo tomar notas referentes ao seu trabalho.

Picador ou repicador de limas. — É o trabalhador que manobra uma máquina que serve para picar limas novas ou repicar limas usadas. Corrige deficiências de trabalho mecânico e executa a mesma operação manualmente.

Pintor de cápsulas. — É o trabalhador que pinta as cápsulas das garrafas com motivos decorativos ou de publicidade.

Pintor da construção civil. — É o trabalhador que predominantemente prepara ou repara para pintar superfícies de estuque, reboco, madeira ou metal. Desmonta e monta ferragens que se encontram aplicadas, prepara e aplica aparelhos e outras tintas primárias, prepara e aplica massas, betumando ou barrando. Aplica tintas de acabamento manual ou mecanicamente, afina as respectivas cores e enverniza.

Pintor especializado. — É o trabalhador que, a pincel ou à pistola, ou ainda por processo específico, incluindo o de pintura electroestática, aplica tinta de acabamento sem ter de proceder à preparação das superfícies a pintar. Não se incluem nesta profissão os profissionais que procedem à pintura de automóveis.

Pintor da indústria naval. — É o trabalhador que executa a pintura na cobertura de decapagem, interior e exterior de condutas, estrados de casa das máquinas, paióis de amarra, superestruturas e duplos fundos, utilizando tintas epóxicas e betuminosas. Estes trabalhos são executados tanto em reparação como em construção, utilizando para o efeito máquinas de alta pressão (*air-less*) e ferramentas adequadas.

Pintor de lisos e/ou letras. — É o trabalhador que prepara ou repara superfícies para pintar, prepara e aplica massas, betumando ou barrando, alegra fendas, desmonta ou monta pequenas peças, tais como *apliques* e outras, em alojamentos e superestruturas, pinta manual ou mecanicamente, aplicando tintas primárias, subcapas ou aparelho, esmaltes, tintas a água, alumínio, tintas prateadas ou douradas e outras não betuminosas, afinando as respectivas cores e enverniza. Estas funções poderão ser executadas em prancha, baileu ou balso. Nesta profissão inclui-se o pintor de letras, trabalhador que desenha, traça, decalca e pinta letras, números ou figuras nos navios, na palamenta ou noutros artigos de aprestamento.

Pintor-secador de machos para fundição. — É o trabalhador que predominantemente pinta manualmente ou à pistola machos para fundição e procede à sua secagem utilizando maçarico.

Pintor de veículos, máquinas ou móveis. — É o trabalhador que prepara as superfícies das máquinas, velocípedes com ou sem motor, móveis e veículos ou seus componentes e outros objectos. Aplica as demãos do primário, capa e subcapa, e de tinta de esmalte, podendo, quando necessário, afinar as tintas.

Planificador do 1.º escalão. — É o trabalhador que além de desempenhar as funções indicadas para o planificador do 2.º escalão coordena a progressão das planificações ou programas em curso, fundamentalmente tornando-os compatíveis e exequíveis no tempo e nas disponibilidades da produção. Para a resolução de situações de desvios de planificação ou programação, toma iniciativas tendentes ao cumprimento das obrigações assumidas, transmitindo às diferentes actividades sectoriais as decisões tomadas.

Planificador do 2.º escalão. — É o trabalhador que, utilizando técnicas de planificação e sistemas de programação de médio e longo prazos a partir de elementos do projecto, orçamento, obrigações contratuais e outros, elabora a planificação ou programa das obras estabelecendo o esquema de desenvolvimento das diferentes actividades sectoriais que participam na respectiva execução, prevendo os prazos e os meios de acção necessários, materiais e humanos requeridos tendo em atenção a planificação ou programação já estabelecida para as obras em curso. Elabora, organiza e coordena toda a documentação necessária e relacionada com a planificação ou programação de médio e longo prazos.

Plastificador. — É o trabalhador que prepara e aplica revestimentos plásticos em superfícies metálicas por projecção electrostática, sinterização ou projecção a maçarico, utilizando para o efeito instalações e máquinas ou equipamentos apropriados.

Polidor. — É o trabalhador que manual ou mecanicamente procede ao polimento de superfícies de peças metálicas e de outros materiais, utilizando discos de polir em arame de aço, esmeril, lixa, feltro, pano ou outros.

Polidor de cutelarias. — É o trabalhador que, manualmente ou manobrando máquinas apropriadas, procede a polimentos de peças de cutelaria, tais como facas, garfos, colheres, conjuntos de cozinha, tesouras, alicates, quebra-nozes, canivetes e outros objectos similares normalmente destinados a uso doméstico, utilizando para o efeito discos de polir em arame de aço, esmeril, lixa, feltro, sisal, pano e outros, procedendo à carga e descarga das máquinas utilizadas.

Polidor manual (madeiras). — É o trabalhador que dá polimento na madeira, transmitindo-lhe a tonalidade e brilho desejados e prepara a madeira aplicando-lhe uma infusão na cor pretendida alisando-a com uma fibra vegetal e betumando as fendas e outras imperfeições; ministra, conforme os casos, várias camadas de massas anilinas, queimantes, pedra-pomes, goma-laca dissolvida em álcool, verniz ou outros produtos de que se sirva; utiliza utensílios manuais como raspadores, pincéis, trinchas, bonecas e lixas.

Polidor mecânico (madeiras). — É o trabalhador que dá brilho às superfícies revestidas com verniz de poliéster, celulose ou outros, utilizando ferramentas mecânicas; recebe a peça e espalha sobre a superfície a polir uma camada de massa apropriada; empunha e põe em funcionamento uma ferramenta mecânica dotada de pistola e esponjas, animada de movimento de rotação; percorre, friccionando com este dispositivo, a superfície da peça.

Porteiro. — É o trabalhador que nas horas normais de trabalho se mantém permanentemente na portaria da empresa, controlando a entrada e saída de pessoas e viaturas.

Pregueiro manual. — É o trabalhador que fabrica manualmente pregos, cavilhas e objectos similares.

Prensador-colador (madeiras). — É o trabalhador que regula e manobra uma instalação para o aperto da peça de madeira ou outras, a unir por meio de colas e sua secagem por aquecimento ou outros processos.

Preparador de análises clínicas. — É o trabalhador que assegura as colheitas de sangue e urina e todo o processamento das análises clínicas, procede ao registo das análises clínicas e do resultado de inspecções médicas e à elaboração de apANHADOS periódicos das análises efectuadas.

Pode, também, assistir o médico nos exames de inspecção e executa a respectiva biometria.

Preparador de areias para fundição. — É o trabalhador que manual ou mecanicamente prepara areias destinadas à moldação ou à execução de machos.

Preparador auxiliar de trabalho. — É o trabalhador que, com base em elementos técnicos simples que lhe são fornecidos, geralmente sob orientação do preparador de trabalho, indica os modos operatórios, as máquinas e ferramentas a utilizar na produção, atribuindo os tempos de execução constantes das tabelas existentes.

Preparador de comando numérico. — É o trabalhador responsável pela realização dos trabalhos necessários à elaboração das instruções a fornecer ao comando e ao operador de uma máquina de comando numérico; compete-lhe nomeadamente: transcrever as operações a executar automaticamente pela máquina numa linguagem simbólica, adequada ao conjunto comando-máquina, podendo utilizar sistemas computadorizados; proceder ou superintender na obtenção da fita perfurada (fita magnética ou qualquer outro suporte), que introduzirá o programa no comando; redigir as instruções necessárias ao operador da máquina; eventualmente acompanhar o arranque de novos programas; pode proceder directamente à preparação do trabalho a executar ou receber o trabalho já preparado em moldes convencionais.

Preparador de eléctrodos. — É o trabalhador que monta os eléctrodos em fornos eléctricos ou de lenha destinadas ao cozimento de pasta, procedendo à montagem dos cilindros de grafite e da cabeça de bronze, a qual é chumbada com bronze, desmonta os eléctrodos usados e repara as cuvas dos fornos.

Preparador de esmaltes. — É o trabalhador que procede à pesagem dos produtos químicos em pó, necessários à constituição do esmalte, com base em percentagens previamente estabelecidas. Transporta-o para moinhos apropriados, adiciona água e outros produtos necessários à composição, manobra os moinhos, descarrega e transporta o produto para tanques apropriados.

Preparador informático de dados. — É o trabalhador que recepciona, reúne e prepara os suportes de informação e os documentos necessários à execução dos trabalhos no computador. Elabora formulários, cadernos de exploração, folhas de trabalho e outros, a serem utilizados na operação do computador durante a execução do trabalho. Procede à sua entrega à operação.

Preparador do isolamento das limas destinadas à têmpera. — É o trabalhador que prepara a massa isolante, misturando manualmente várias substâncias; com essa massa reveste as limas, coloca-as sobre uma estufa de secagem, retirando-as de seguida para posterior operação.

Preparador de pasta. — É o trabalhador que procede ao fabrico de pasta destinada aos eléctrodos descontínuos utilizados nos fornos eléctricos, repara os fornos e executa as operações de carga e descarga na instalação de moagem, conduz a mesma instalação, abastece a caldeira de aquecimento e o misturador com breu e antracite, respectivamente, e procede à moltagem da pasta em blocos paralelepípedicos.

Preparador de pasta abrasiva e de massa para polimento de metais. — É o trabalhador que prepara a pasta abrasiva e a massa para polimento de metais, misturando manualmente várias substâncias; utiliza para o efeito equipamento adequado e procede à sua aplicação.

Preparador de pintura. — É o trabalhador que em linhas de montagem prepara as superfícies para pintar utilizando meios manuais, mecânicos, eléctricos ou outros, pode aplicar vedantes, insonorizantes e ainda protecção à pintura.

Preparador de pós e misturas de metal duro. — É o trabalhador que, segundo normas preestabelecidas, prepara e procede à mistura de pós de tungsténio, carbonetos e outros pós metálicos destinados ao fabrico de pastilhas ou outros produtos de metal duro. Para o efeito realiza operações de peneiração, moagem, mistura e granulação e outras tarefas decorrentes, utilizando equipamento apropriado.

Preparador técnico de sobressalentes e peças de reserva. — É o trabalhador que, com base em critérios e princípios que lhe são indicados, define existências de stocks, encargos de posse e riscos ou prejuízos derivados da sua ausência. Elabora pedidos para a compra de sobressalentes e peças de reserva com conhecimento dos materiais a adquirir, sua função, natureza e origem, fontes de abastecimento, qualidade, prazo de entrega e a hipótese de compra a fornecedores estrangeiros ou fabricação nacional. Vigia e rectifica o nível dos stocks do material. Transfere materiais de conservação para stocks de armazém. Faz periodicamente o inventário do material requisitado não levantado. Actualiza as fichas de material de conservação. Presta todos os esclarecimentos necessários para a identificação e demais características dos materiais pedidos. Recepciona quantitativamente e eventualmente pode proceder à sua recepção qualitativa.

Preparador de tintas para linhas de montagem. — É trabalhador que prepara e combina os produtos da pintura, adaptando-os às necessidades de cada sistema.

Preparador de trabalho. — É o trabalhador que, utilizando elementos técnicos, estuda e estabelece os modos operatórios a utilizar na fabricação, tendo em vista o melhor aproveitamento da mão-de-obra, máquinas e materiais, podendo eventualmente atribuir tempos de execução e especificar máquinas e ferramentas.

Programador de fabrico. — É o trabalhador que, a partir de elementos fornecidos pelo preparador de trabalho, procede à análise da distribuição do trabalho, tendo em conta a melhor utilização da mão-de-obra e do equipamento, bem como o respeito dos prazos de execução. Incluem-se nesta profissão os profissionais que elaboram estatísticas industriais.

Programador informático. — É o trabalhador que executa uma ou várias das seguintes funções:

- a) *De organizações de métodos.* — Estuda as especificações das necessidades de informação e os serviços, determina os métodos de simplificação, quer manuais quer mecanizados, do tratamento da informação e a organização dos circuitos dos documentos nos serviços não englobados nos do computador;
- b) *De aplicações.* — Estuda as especificações dos programas, determina o formato das informações, a organização dos ficheiros que as contêm e as operações a efectuar com elas no decorrer da execução do trabalho no computador. Codifica, testa, corrige, faz manutenção e documenta os programas e elabora o respectivo manual de operações;
- c) *«Software».* — Estuda as especificações, codifica, testa, corrige, faz manutenção e documenta os módulos de utilização geral. Pesquisa as causas de incidentes de exploração;
- d) *De exploração.* — Estuda as especificações do programa da exploração do computador e os trabalhos a realizar e determina os métodos de tratamento da informação e os circuitos dos documentos nos serviços do computador e elabora o programa de exploração. Contabiliza o tempo de produção, de paragem, de avaria e de manutenção e determina os custos de exploração.

Programador mecanográfico. — É o trabalhador que estuda as especificações e estabelece os programas de execução dos trabalhos numa máquina ou num conjunto de máquinas clássicas e clássicas-convencionais (a cartões), funcionando em interligação. Elabora organogramas de painéis e mapas de codificação; estabelece as fichas de dados de resultado.

Promotor de vendas. — É o trabalhador que, actuando em pontos directos e indirectos de consumo, procede no sentido de esclarecer o mercado com o fim específico de incrementar as vendas da empresa.

Propagandista. — É o trabalhador encarregado de visitar os clientes para lhes expor as vantagens de aquisição dos artigos para venda, explicando e acentuando as vantagens dos mesmos; distribui folhetos, catálogos e amostras.

Prospecção de vendas. — É o trabalhador que verifica as possibilidades do mercado nos seus vários aspectos e preferências, poder aquisitivo e solvabilidade;

estuda os meios mais eficazes de publicidade de acordo com as características do público a que os produtos se destinam, observa os produtos quanto à sua aceitação pelo público e a melhor maneira de os vender. Pode eventualmente organizar exposições.

Quebra ou corta-gitos. — É o trabalhador que manualmente e ou com ferramentas adequadas separa as peças dos gitos, cortando-os ou quebrando-os, canais de alimentação e alimentadores.

Radiologista industrial. — É o trabalhador que regula e opera com aparelhos industriais de raios X, raios gama e equipamento similar. Escolhe a película, posiciona as fontes, os indicadores de qualidade de imagem e o *écran*. Pode interpretar os resultados e elaborar relatórios.

Raspador-picador. — É o trabalhador que, utilizando ferramentas manuais ou mecânicas, elimina, por raspagem ou picagem, camadas de ferrugem, tintas ou outras existentes nas superfícies de objecto metálico ou cutros.

Rebarbador especializado e ou de ferramentas pesadas. — É o trabalhador que predominantemente regulariza superfícies de peças vazadas, utilizando mós de esmeril, instrumentos simples de medida ou de acerto, nomeadamente fita métrica, esquadros e calibres, não trabalhando com campos de tolerância inferiores a 1 mm, ou que utiliza manualmente ferramentas pesadas, como martelos pneumáticos ou mós de esmeril montadas ou não em suspensões basculantes, para regularizar superfícies de peças vazadas, tais como corpos de máquinas ou similares ou toda a superfície de peças de dimensões amplas, tais como de banheiras vazadas.

Rebarbador-limpador. — É o trabalhador que regulariza superfícies ou peças de metal vazadas, soldadas, forjadas, estampadas ou prensadas, utilizando ferramentas adequadas. Incluem-se nesta profissão os trabalhadores que procedem ao *contrôle* de barretas de peças de fundição destinadas à análise executando as operações necessárias, nomeadamente: marcação, limpeza, extracção de rebarbas e registo em documentação própria.

Rebitador. — É o trabalhador que, com auxílio de martelo manual ou pneumático, prensa hidráulica ou outra máquina apropriada, faz embutidos e encalca rebites para a junção de elementos metálicos, tais como chapas, vigas, colunas, elementos para navios, caldeiras ou estruturas metálicas pesadas.

Recepcionista (escritório). — É o trabalhador que recebe clientes, dá explicações sobre os artigos, transmitindo indicações dos respectivos departamentos; assiste na portaria, recebendo e atendendo visitantes que pretendem encaminhar-se para a administração ou para funcionários superiores ou atendendo outros visitantes com orientação das suas visitas e transmissão de indicações várias.

Recepcionista ou atendedor de oficina. — Atende clientes, faz exame sumário das viaturas, máquinas ou produtos e elabora e encaminha para as diversas secções as notas dos trabalhos a executar, podendo proceder à verificação e ou demonstração das características e qualidades mecânicas daqueles ou das reparações efectuadas.

Rectificador de fieiras ou matrizes. — É o trabalhador que rectifica, ajusta e pule fieiras, matrizes e punções segundo desenhos ou outras especificações e com as tolerâncias exigidas neste género de trabalho.

Rectificador mecânico. — É o trabalhador que, operando uma máquina de rectificar, executa todos os trabalhos de rectificação de peças, trabalhando por desenho, peça modelo ou instruções que lhe forem fornecidas. Prepara a máquina e, se necessário, a ferramenta que utiliza.

Rectificador de peças em série. — É o trabalhador que opera uma máquina de rectificar em geral, para o trabalho em série regulada por outrem. Eventualmente, poderá regular a máquina quando lhe forem fornecidos os dados necessários.

Redactor de revista. — É o trabalhador que, predominantemente, colabora com o chefe de redacção na elaboração da revista da empresa e da informação interna, bem como da sua divulgação.

Reparador de isqueiros e canetas. — É o trabalhador que procede à reparação e afinação de isqueiros e canetas.

Reparador de linha. — É o trabalhador que em linha de montagem de máquinas de escrever repara e ou afina os conjuntos para máquinas acabadas ou por acabar de modo a conseguir o seu bom funcionamento.

Reprodutor de documentos. — É o trabalhador que, predominantemente, procede à reprodução de documentos, incluindo os trabalhos com as chapas fotográficas ou serviços idênticos.

Repuxador. — É o trabalhador que conduz um torno de repuxar utilizando ferramentas manuais para enformar chapas metálicas ou conduz máquinas automáticas ou semiautomáticas para o trabalho em série de enformar chapas metálicas por repuxagem.

Respigador de madeiras. — É o trabalhador que regula e manobra uma máquina de respigar.

Revestidor de artigos de fantasia. — É o trabalhador que, com auxílio de ferramentas adequadas, reveste artigos diversos, designadamente molduras, cinzeiros e caixas para diversos fins, com tecidos, pergamóide e outros materiais similares, por colagem ou outros processos, podendo ainda proceder à aplicação de dobradiças e outras aplicações metálicas nos referidos artigos.

Revestidor de bases de chapéus de carda (flats). — É o trabalhador que manual e ou mecanicamente procede às operações de acerto das bases, corte, agra-fagem e esmerilagem de chapéus de cardas têxteis (flats).

Revestidor de cilindros cardadores. — É o trabalha-dor que, em máquinas e ferramentas apropriadas, procede ao revestimento de cilindros cardadores com puado e esmerila o mesmo.

Riscador. — É o trabalhador que em papel, tecidos ou pergamóides destinados à confecção de capas para estofos ou colchões procede à traçagem dos con-tornos definidos por moldes que lhe são fornecidos.

Roupeiro. — É o trabalhador que, existindo roupa-ria, se ocupa do recebimento, encaminhamento ade-quado ou arrumação e distribuição das roupas e res-pectivos registos.

Sangrador de forno de redução. — É o trabalhador a quem compete, de acordo com as instruções recebi-oas, sangrar um ou mais fornos para as bacias lin-goteiras ou colheres de sangria, sendo o responsável por todas as operações inerentes à sangria, incluindo a sua retirada, pesagem e arrumação. Procede à repa-ração de bocas e caldeiras dos fornos.

Secretário. — É o profissional que se ocupa de se-cretariado específico da administração ou direcção da empresa. Entre outras, competem-lhe normalmente as seguintes funções: redigir as actas das reuniões de trabalho; assegurar por sua própria iniciativa o tra-balho de rotina diária do gabinete; providenciar pela realização das assembleia gerais, reuniões de trabalho, contratos e escrituras.

Semiespecializado (químico). — É o trabalhador que exerce funções de execução, totalmente planifica-das e definidas, de carácter predominantemente me-cânico ou manual, pouco complexas, rotineiras e por vezes repetitivas.

Serrador mecânico de madeiras. — É o trabalhador que, utilizando serras manuais ou mecânicas, desfia toros de madeira, segundo as espessuras exigidas para as indústrias metalúrgicas e de construção naval.

Serralheiro de caldeiras. — É o trabalhador que desmonta, conserva, repara e ou executa os diversos componentes das caldeiras, tais como: sedes de posti-gos, tubos, furos, favos e chapa. Pesquisa fugas nas tubagens das caldeiras e procede aos ensaios das mes-mas após preparadas, procedendo ainda a outras ope-rações inerentes à profissão.

Serralheiro civil. — É o trabalhador que constrói e ou monta e repara estruturas metálicas, tubos con-dutores de combustíveis, ar ou vapor, carroçarias de viaturas, andaimes para edifícios, pontes, navios, cal-deiras, cofres e outras obras.

Serralheiro ferrageiro. — É o trabalhador que, com base em desenho, especificações técnicas, indicações que são fornecidas e ou experiência profissional quanto a segredos de fechaduras, procede, manual ou meca-nicamente, à execução ou reparação de ferragens, tais como fechaduras ou dobradiças, não comuns à pro-dução normal, utilizando para o efeito ferramentas adequadas.

Serralheiro de ferramentas, moldes, cunhos e cor-tantes. — É o trabalhador que executa, monta e re-para ferramentas, moldes, cunhos e cortantes me-tálicos utilizados para forjar, punçoar ou estampar materiais, dando-lhes forma. Trabalha por desenho ou peça modelo.

Serralheiro mecânico. — É o trabalhador que exe-cuta peças, monta, repara e conserva vários tipos de máquinas, motores e outros conjuntos mecânicos, com excepção dos instrumentos de precisão e das instalações eléctricas.

Serralheiro de metais não ferrosos. — É o trabalha-dor que acaba objectos decorativos em metais não ferrosos, de utilidade doméstica ou industrial obtidos por fundição, tais como ferragens artísticas ou outras guarnições para diversos fins.

Serralheiro de rastos. — É o trabalhador que, pre-dominantemente, procede à execução e ou reparação de rastos e seus componentes, tais como roletes, ro-das de guia, correntes e sapatas para máquinas de escavação, guias e outras máquinas congêneres. Para o efeito intrepetra desenhos e especificações técnicas e utiliza ferramentas e máquinas adequadas.

Serralheiro de tubos. — É o trabalhador que monta instalações de tubagem em navios em construção ou reparação e outras instalações industriais utilizando instrumentos de medida, como escantilhão, cércea, ferramentas adequadas para dar forma às instalações da tubagem ou tubagem a montar, dá forma requ-e-rida aos tubos, prepara-os e liga-os em conformi-dade, monta instalações e faz a junção de vários aparelhos, depósitos, dispositivos de aquecimento, bombas e outros. Procede aos ensaios das instalações.

Servente (construção civil e comércio). — É o tra-balhador que executa tarefas não específicas.

Soldador por baixo ponto de fusão. — É o traba-lhador que procede à ligação de elementos metálicos, aquecendo-os e aplicando-lhes a solda apropriada em estado de fusão ou utilizando ferro de soldar.

Soldador por electroarco ou oxi-acetilénico. — É o trabalhador que, pelos processos de soldadura de elec-troarco ou oxi-acetilénico, liga entre si os elementos ou conjuntos de peças de natureza metálica. Incluem-se nesta profissão os trabalhadores que em máquinas automáticas ou semiautomáticas procedem à solda-dura e ou enchimentos. Excluem-se as soldaduras por resistência (pontos, costura e topo a topo).

Soldador por pontos ou costura. — É o trabalhador que, utilizando equipamento apropriado, faz ligação de peças metálicas por processo aluminotérmico ou por resistência (pontos, costura e topo a topo). Incluem-se nesta profissão os trabalhadores que operem com uma máquina de fabricar rede soldada por pontos.

Soldador de qualificação especializada. — É o trabalhador que, sabendo soldar por electroarco em todas as posições, executa os cordões por forma a permitir a aprovação mediante exame por meios não destrutivos. A soldadura deverá obedecer a normas internacionais de qualidade.

Soldador de telas metálicas destinadas ao fabrico de papel. — É o trabalhador que solda com o maçarico, topo a topo, as extremidades dos fios metálicos constituintes das telas metálicas para o fabrico de papel, depois de previamente os cortar, acertar e desempenar. Utiliza como material acessório neste trabalho um microscópio móvel sobre a direcção da trama.

Supervisor de fornos a arco para fundição de aço. — É o trabalhador que orienta a marcha da fusão, especificamente: a partir da composição dos vários componentes (ferro, ligas) atinge determinado tipo de aço com uma certa composição química final; corrige e controla escórias, estados de oxidação, insuflações e temperaturas dos banhos; conhece a acção dos aditivos tanto como elementos de liga como correctivos. Eventualmente, poderá proceder a análises de vários elementos e de um modo geral conhece o funcionamento mecânico dos órgãos do forno, o que lhe permite detectar em tempo avarias graves.

Tecedeira ou tecelão manual de redes para a pesca. — É o trabalhador que manualmente executa redes para a aplicação na indústria da pesca.

Técnico de aparelhos de electromedicina. — É o trabalhador que monta, instala, conserva e repara equipamentos electromedicinais; executa as tarefas fundamentais do radiomontador, mas trabalha em equipamentos electrónicos aplicados à medicina, tais como aparelhos de radiodiagnósticos e radioterapia, diatermia, electrocirúrgicos e de reanimação respiratória e circulatória de *contrôle* e vigilância do doente, o que requer conhecimentos especiais.

Técnico de «contrôle» de qualidade. — É o trabalhador que, possuindo reconhecidos conhecimentos técnicos relativos aos produtos fabricados no sector em que exerce a sua actividade, procede a análises cuidadas do trabalho executado ou em execução de modo a verificar se este corresponde às características técnicas da qualidade exigida. Com o objectivo de eliminar os defeitos procura as suas causas e apresenta sugestões oportunas fundamentadas em relatórios, executando, se necessário esboços ou croquis.

Técnico de electrónica. — É o trabalhador que monta, instala, conserva e repara diversos tipos de aparelhos e equipamentos electrónicos em fábricas, oficinas ou nos locais de utilização; lê e interpreta esquemas e planos de calibrações; examina os componentes electrónicos para se certificar do seu conveniente ajustamento; monta as peças ou fixa-as sobre estruturas ou painéis, usando ferramentas manuais apropriadas; dispõe e liga os cabos através de soldadura ou terminais, detecta os defeitos usando geradores de sinais, osciloscópios e outros aparelhos de medida; limpa e lubrifica os aparelhos; desmonta e substitui; se for caso disso, determinadas peças, tais como resistências, transformadores, válvulas e vibradores; procede às reparações e calibragem necessárias aos ensaios e testes segundo as especificações técnicas. Pode ser especializado em determinado tipo de aparelhos ou equipamentos electrónicos ser designado em conformidade.

Técnico de electrónica industrial e/ou telecomunicações. — É o trabalhador que monta, calibra, ensaia, conserva, detecta e repara avarias em toda a gama de aparelhagem electrónica industrial, *contrôle* analítico e telecomunicações em fábricas, oficinas ou nos locais de utilização. Guia-se normalmente por esquemas e outras especificações técnicas.

Técnico de ensaios não destrutivos. — É o trabalhador que executa ensaios não destrutivos em materiais ferrosos e não ferrosos e/ou soldaduras utilizando meios e equipamentos adequados nomeadamente ultrasons, magnetoscopia, ressonância (líquidos penetrantes), correntes de Foucault e outros meios que o processo tecnológico venha a desenvolver e cuja utilização se afirme como necessidade real. Inclusivamente pode utilizar raios X e gama.

Técnico fabril. — É o trabalhador que tem por função organizar, adaptar e coordenar a planificação técnica fabril determinada pelos órgãos superiores. Poderá dirigir tecnicamente um ou mais sectores da produção e desempenhar as funções de coordenação no estudo de métodos ou projectos.

Técnico de higiene industrial. — É o trabalhador que analisa as condições de trabalho sob o ponto de vista de saúde; procede à medição dos locais de trabalho e restantes instalações da empresa dos factores: humidade, temperatura, ruídos, poeiras, gases tóxicos, fumos e iluminação ambiente. Elabora relatórios sobre as condições de trabalho observadas, dá pareceres relativos à higiene ambiente para análise e modificação dessas condições pelo médico de trabalho. Pode também propor medidas tendentes a prevenir a poluição das águas, alimentos e solos.

Técnico industrial. — É o trabalhador proveniente de grau máximo da sua especialidade que, possuindo conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo de uma experiência profissional mínima de dez anos no desempenho de especialidade profissional da metalurgia ou metalomecânica, executa funções que nor-

malmente são, atribuídas a um profissional de engenharia, sendo equiparado, para efeitos salariais, ao nível correspondente do respectivo profissional de engenharia.

Técnico de mercados. — É o trabalhador que, com base em elementos recolhidos pelo «prospector de vendas» ou outros, procede ao estudo das técnicas comerciais indispensáveis para a introdução de novos produtos ou alterações nos já comercializados, segundo uma perspectiva de mercado. Procede também ao estudo da viabilidade de novos mercados. O desempenho desta profissão implica experiência profissional específica no domínio das técnicas de *marketing* ou a habilitação com curso próprio oficializado.

Técnico de prevenção. — É o trabalhador que tem por função ao serviço da empresa, cumprir as funções que lhe são atribuídas pela cláusula 42.^a do anexo VI deste contrato. Poderá superintender os serviços de segurança da empresa.

Técnico de produto. — É o trabalhador que no fabrico de instrumentos de técnica de relojoaria analisa as peças fora das tolerâncias admissíveis rejeitadas pelo *contrôle*, decidindo pelo seu possível aproveitamento. Pode sugerir, alterar ou criar especificações técnicas de produto, verificando e assegurando o cumprimento das mesmas.

Técnico de serviço social. — É o trabalhador que colabora com os indivíduos e os grupos na resolução de problemas de integração social, provocados por causas de ordem social, física ou psicológicas; mantém os trabalhadores informados dos recursos sociais existentes na comunidade, dos quais eles poderão dispor; colabora na realização de estudos relativos a problemas sociais; participa na definição e concretização da política de pessoal; participa, quando solicitado, em grupos, comissões sindicais, comissões de trabalhadores ou outras, tendo em vista a resolução dos problemas de ordem social e humana existentes na empresa.

Telefonista. — É o trabalhador que se ocupa exclusivamente das ligações telefónicas.

Temperador de metais. — É o trabalhador que, utilizando instalações de tratamentos térmicos ou outros meios adequados, a partir de diagramas de temperatura, instruções ou especificações técnicas pré-estabelecidas, procede ao tratamento térmico das ligas metálicas, nomeadamente têmpera, recozimento e revenido.

Tesoureiro. — É o trabalhador que dirige a tesouraria em escritórios em que haja departamento próprio, tendo a responsabilidade dos valores de caixa que lhe são confiados; verifica as diversas caixas, confere as respectivas existências, prepara os fundos para serem depositados nos bancos e toma as disposições necessárias para levantamentos; verifica periodicamente se os montantes dos valores em caixa coincidem com os que os livros indicam. Pode, por vezes,

autorizar despesas e executar outras tarefas relacionadas com as operações financeiras.

Tirocinante (desenhador). — É o trabalhador que, coadjuvando os profissionais dos escalões superiores, faz tirocínio para ingresso nos escalões respectivos.

Torneiro mecânico. — É o trabalhador que, operando um torno mecânico paralelo, vertical, revólver ou de outro tipo, executa todos os trabalhos de torneamento de peças, trabalhando por desenho ou peça modelo. Prepara a máquina e, se necessário, as ferramentas que utiliza.

Torneiro de peças em série. — É o trabalhador que opera um torno afinado para o trabalho em série, em geral regulado por outrem.

Torneiro de peito (ou de ungheta). — É o trabalhador que conduz um torno mecânico cuja ferramenta de corte é apoiada num suporte (espera) e manobrada manualmente. Prepara as ferramentas que utiliza. Executa peças sem grande rigor, utilizando para o efeito peça modelo, desenho ou instruções de simples interpretação.

Trabalhador do campo experimental agrícola. — É o trabalhador que executa tarefas para a cultura e tratamento, tais como preparação e fertilização do terreno, sementeira, monda e colheita.

Trabalhador de limpeza. — É o trabalhador que procede à arrumação e limpeza dos locais de trabalho.

Trabalhador de qualificação especializada. — É o trabalhador de 1.^o escalão que, pelos seus conhecimentos técnicos, aptidão e experiência profissional, desempenha predominantemente funções inerentes a grau superior às exigidas à sua profissão, será designado de «qualificado» e atribuída a remuneração do grau imediatamente superior.

Trabalhador de serviço de apoio (gráfico). — É o trabalhador que essencialmente executa funções de apoio à produção. Transporta matérias-primas e executa serviços indiferenciados, podendo ser-lhe apenas atribuída uma função específica.

Traçador da construção naval. — É o trabalhador que executa na sala do risco, a partir de um estudo de um projecto de um navio, operações de projecção, planificação e respectivo desenvolvimento, projectando os três planos que coordena num plano único vertical (plano vertical definitivo) elaborado de tal modo que qualquer secção (corte) que se pretende que saia com linhas correctas que permita a extracção de todos os elementos a fornecer para rectificação do projecto inicial, a efectuação dos trabalhos nas diversas oficinas (moldes) e o *contrôle* da construção do navio.

Traçador-marcador. — É o trabalhador que com base em peça modelo, desenho, instruções técnicas e cálculos para projecção e planificação, executa os traçados necessários às operações a efectuar, podendo, eventualmente, com punção, proceder à marcação do material.

Traçador-planificador. — É o trabalhador que interpreta desenhos de construção metálica, nomeadamente caldeiraria, faz rebatimentos e planificações, de modo a permitir a execução da traçagem, executa traçados e estuda o enquadramento das peças desenhadas de modo a conseguir o melhor aproveitamento de materiais.

Tractorista ou maquinista de estacaria. — É o trabalhador que manobra máquinas de grande porte para execução de fundações ou aplicação de estacas, conduz ou manobra qualquer tractor para fins não agrícolas.

Tradutor. — É o trabalhador que elabora traduções técnicas de língua estrangeira, retroverte para as mesmas línguas cartas e outros textos, traduz catálogos e artigos de revistas técnicas.

Trefilador. — É o trabalhador que opera uma máquina que estira arame e varões de metal, puxando-os através de uma ou mais fleiras.

Urdidor. — É o trabalhador que manobra máquinas de urdir fios metálicos e procede às restantes operações inerentes à urdição.

Vazador. — É o trabalhador que, em fundição, procede ao vazamento dos metais em fusão em moldações de areia ou outras e ao vazamento em coquilhas, podendo, se necessário, proceder à sua montagem e desmontagem. Incluem-se nesta profissão os trabalhadores que recebem o metal em fusão à boca do forno e o transportam em recipiente próprio para o local de vazamento, podendo, também, proceder ao vazamento nas colheres de outros vazadores.

Veleiro. — É o trabalhador que, para a execução de velas destinadas a embarcações, talha, corta, cose e monta ilhoses, podendo também executar outros trabalhos em lona para o mesmo fim.

Vendedor. — É o trabalhador que, predominantemente, fora do estabelecimento solicita encomendas,

promove e vende mercadorias por conta da entidade patronal. Transmite as encomendas ao escritório central ou delegações a que se encontra adstrito e envia relatórios sobre as transacções comerciais que efectuou. Pode ser designado:

a) **Vendedor ou caixeiro-viajante.** — Quando exerce a sua actividade numa zona geográfica determinada fora da área definida para o caixeiro de praça;

b) **Vendedor ou caixeiro de praça.** — Quando exerce a sua actividade na área onde está instalada a sede ou delegação da entidade patronal a que se encontra adstrito e conceitos limítrofes;

c) **Vendedor ou caixeiro de mar.** — Quando se ocupar de fornecimento para navios.

Vendedor especializado. — É o trabalhador que vende mercadorias cujas características e funcionamento exigem conhecimentos técnicos especiais, auxilia o cliente a efectuar escolha, fazendo a demonstração do artigo se for possível e salientando as características de ordem técnica.

Verificador de produtos adquiridos. — É o trabalhador que procede à verificação das dimensões e da qualidade dos materiais ou produtos adquiridos.

Vigilante de infantário. — É o trabalhador que desempenha predominantemente as funções de assistência a crianças em transportes, refeições e recreios, durante os períodos de repouso. Pode colaborar com as educadoras e ou auxiliares de educação na execução de trabalhos de plasticina, corte e colagem e de contagem de histórias.

Vulcanizador. — É o trabalhador que tem como função executar, reparar, modificar ou montar peças em borracha ou materiais afins e ainda revestir peças metálicas.

Zelador e abastecedor da nora de instalação de decapagem de limas. — É o trabalhador que abastece a nora com barro e zela pelo seu bom funcionamento.

Zelador da instalação de transporte de areias para fundição. — É o trabalhador que garante o bom funcionamento da instalação de transporte de areias para fundição, limpando-a, lubrificando-a e retirando os excessos de areia tanto da instalação como das respectivas galerias subterrâneas.

Zincador. — É o trabalhador que, com o auxílio de equipamento adequado, aplica um revestimento de zinco sobre peças ou materiais para os proteger.

ANEXO V

Documentos a que se refere o n.º 6 da cláusula 132.ª

COMUNICAÇÃO DE FALTA

(A preencher pelo trabalhador)

Nome ... N.º ...
 Profissão ... Sector ...
 comunica que { deseja faltar ☐ } ao serviço no seguinte
 { faltou ☐ } período:
 Em } .../.../... a .../.../... das ... às ... horas
 De }
 por motivo de ...
 ...
 ...
 ...
 Pretende que estas faltas sejam consideradas:
☐ Justificadas com retribuição.
☐ Justificadas sem retribuição.
☐ Licença sem retribuição.
 Caso estas faltas determinem perda de retribuição, pretende
 que esta perda de retribuição seja substituída por des-
 conto nas férias { Sim ☐
 Não ☐
 .../.../...
 (Assinatura)

Nota. — A presente comunicação deverá ser acompanhada dos respectivos documentos de justificação.

Destacável

Recebemos a comunicação de falta, apresentada em .../.../...,
 por ...
 referente ao período Em { .../.../... a .../.../... das ...
 De { às ... às ... horas

A Entidade Patronal,

.../.../...

A PREENCHER
PELA ENTIDADE PATRONAL

ORIGINAL
(Folha 1 verso)

Informação dos serviços ...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

DECISÃO

A falta considera-se {
☐ Justificada com retribuição.
☐ Justificada sem retribuição.
☐ Injustificada sem retribuição.
☐ Injustificada com desconto nas férias.
☐ Licença sem retribuição.

(Assinatura e carimbo)

COMUNICAÇÃO DE FALTA

(A preencher pelo trabalhador)

DUPLICADO
(Folha 2)

Nome ... N.º ...
 Profissão ... Sector ...
 comunica que { deseja faltar ☐ } ao serviço no seguinte
 { faltou ☐ } período:
 Em } .../.../... a .../.../... das ... às ... horas
 De }
 por motivo de ...
 ...
 ...
 ...
 Pretende que estas faltas sejam consideradas:
☐ Justificadas com retribuição.
☐ Justificadas sem retribuição.
☐ Licença sem retribuição.
 Caso estas faltas determinem perda de retribuição, pretende
 que esta perda de retribuição seja substituída por des-
 conto nas férias { Sim ☐
 Não ☐
 .../.../...
 (Assinatura)

Nota. — A presente comunicação deverá ser acompanhada dos respectivos documentos de justificação.

A PREENCHER
PELA ENTIDADE PATRONAL

DUPLICADO
(Folha 2 verso)

Informação dos serviços ...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

DECISÃO

A falta considera-se {
☐ Justificada com retribuição.
☐ Justificada sem retribuição.
☐ Injustificada sem retribuição.
☐ Injustificada com desconto nas férias.
☐ Licença sem retribuição.

(Assinatura e carimbo)

Recebi o original da presente comunicação de falta e res-
 pectiva decisão.

O Trabalhador,

CAPÍTULO I

Higiene e segurança no trabalho

SECÇÃO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Princípios gerais

1 — A instalação e laboração dos estabelecimentos industriais abrangidos pelo presente contrato devem obedecer às condições necessárias que garantam a higiene e segurança dos trabalhadores.

2 — As empresas obrigam-se, em especial, a criar em todos os locais de trabalho as condições de higiene e segurança constantes do presente regulamento.

Artigo 2.º

Fiscalização

A fiscalização dos estabelecimentos industriais, para efeitos da matéria constante do presente regulamento, compete à Direcção-Geral das Indústrias Electrometalmecânicas e Electrónicas, Direcção-Geral do Trabalho, Inspecção do Trabalho e Direcção de Saúde.

Artigo 3.º

Reclamações

1 — Os trabalhadores, directamente ou por intermédio das comissões de prevenção e segurança ou do respectivo sindicato, têm o direito de apresentar às empresas e às entidades fiscalizadoras as reclamações referentes às condições de higiene e segurança no trabalho.

2 — Sempre que os trabalhadores ou sindicatos requeiram a fiscalização, o sindicato interessado poderá destacar um perito para acompanhar os representantes da entidade fiscalizadora, devendo ser-lhe facultados os documentos em que esta formular as medidas impostas às entidades patronais e respectivos prazos.

Artigo 4.º

Limpeza e conservação

1 — Todos os locais destinados ao trabalho ou descanso dos trabalhadores, ou os previstos para a sua passagem, as instalações sanitárias ou outras postas à sua disposição, assim como todo o equipamento, devem ser convenientemente conservados e mantidos em bom estado de limpeza.

2 — Cada trabalhador é responsável pela limpeza da máquina ou equipamento que lhe esteja distribuído, a qual deverá ser efectuada dentro do horário normal de trabalho.

Artigo 5.º

Ventilação

1 — Todos os locais destinados ao trabalho ou utilizados para as instalações sanitárias ou outras instalações comuns postas à disposição dos trabalhadores devem ser convenientemente arejados, de acordo com as condições específicas de cada local.

2 — A capacidade mínima de ar respirável, por pessoa, deverá ser a estipulada pelos organismos oficiais.

3 — Para cumprimento do disposto neste artigo é necessário, designadamente, que:

- a) Os dispositivos de entrada natural do ar ou ventilação artificial sejam concebidos de tal maneira que assegurem a entrada suficiente de uma quantidade de ar novo, tendo em conta a natureza e as condições de trabalho;
- b) A velocidade normal de substituição do ar nos locais de trabalho fixos não seja prejudicial nem à saúde nem ao conforto das pessoas que neles trabalhem e seja de modo a evitar as correntes de ar incómodas ou perigosas;
- c) Na medida do possível, e tanto quanto as circunstâncias o exijam, sejam tomadas medidas apropriadas que assegurem, nos locais fechados, um grau higrométrico do ar conveniente.

Artigo 6.º

Condicionamento de ar

Quando um local de trabalho esteja apetrechado com um sistema de condicionamento de ar deve ser prevista uma ventilação de segurança apropriada, natural ou artificial.

Artigo 7.º

Iluminação

1 — Todos os locais de trabalho ou previstos para a passagem do pessoal e ainda as instalações sanitárias ou outras postas à sua disposição devem ser providos, enquanto forem susceptíveis de ser utilizados, de iluminação natural ou artificial ou de ambas, de acordo com as normas nacional ou internacionalmente adoptadas.

2 — Em todos os espaços fechados onde se possam desenvolver misturas explosivas a instalação eléctrica deve ser antideflagrante ou equivalente.

Artigo 8.º

Temperatura

1 — Todos os locais destinados ao trabalho ou previstos para passagem do pessoal e ainda as instalações sanitárias ou outras postas à sua disposição devem manter-se nas melhores condições possíveis de temperatura, humidade e movimento de ar, tendo em atenção o género de trabalho e o clima.

2 — Deverão ser tomadas todas as medidas para se impedir o trabalho sob temperaturas excessivas, utilizando-se os meios técnicos disponíveis para tornar o ambiente de trabalho menos penoso. No caso de impossibilidade técnica, devem os trabalhadores rodar entre si durante a execução do trabalho sujeito às citadas condições; o estado de saúde destes trabalhadores deverá ser vigiado periodicamente.

3 — É proibido utilizar meios de aquecimento ou de refrigeração perigosos, susceptíveis de libertar emanações perigosas na atmosfera dos locais de trabalho.

Artigo 9.º

Intensidade sonora

1 — Nos locais de trabalho, o nível de intensidade sonora não deverá ultrapassar os 85 dB.

2 — Quando a natureza do trabalho provocar intensidade sonora superior à estabelecida, deverá recorrer-se a material de protecção individual apropriado.

Artigo 10.º

Água potável

1 — A água que não provenha de um serviço oficialmente encarregado de distribuição de água potável não deve ser distribuída como tal, a não ser que, depois de devidamente analisada, o serviço de higiene competente autorize expressamente a respectiva distribuição e proceda à sua análise com intervalos não superiores a três meses.

2 — Qualquer outra forma de distribuição diferente da que é usada pelo serviço oficialmente encarregado da distribuição local deverá ser necessariamente aprovada pelo serviço de higiene competente.

3 — Qualquer distribuição de água não potável deve ter, nos locais onde possa ser utilizada, uma menção indicando essa qualidade.

4 — Nenhuma comunicação, directa ou indirecta, deve existir entre os sistemas de distribuição de água potável e não potável.

Artigo 11.º

Lavabo a chuveiros

1 — Devem existir em locais apropriados, perfeitamente localizados quanto à sua utilização, lavabos suficientes.

2 — Os chuveiros serão providos de água quente e fria.

3 — Nos lavabos devem ser postos à disposição do pessoal sabão ou outro produto similar, toalhas de mão, de preferência individuais, ou qualquer outros meios para se enxugar, nas devidas condições de higiene.

Artigo 12.º

Instalações sanitárias

1 — Devem existir para uso do pessoal, em locais apropriados, retretes suficientes e convenientemente mantidas.

2 — As retretes devem comportar divisórias de separação, de forma a assegurar um isolamento suficiente.

3 — As retretes devem estar fornecidas de descarga de água, de sifões e de papel higiénico ou de outras facilidades análogas e desinfectantes apropriados.

4 — Quando não dispuserem de ventilação natural directa, as retretes devem dispor de um sistema de ventilação forçada.

5 — Devem ser previstas retretes distintas para homens e mulheres, devendo, de preferência, as primeiras ser providas de bacias tipo turco e as segundas de bacias de assento aberto à frente.

Artigo 13.º

Vestiários

1 — Para permitir ao pessoal guardar e mudar o vestuário que não seja usado durante o trabalho existirão vestiários.

2 — Os vestiários devem comportar armários individuais de dimensões suficientes, convenientemente arejados e fechados à chave.

3 — Nos casos em que os trabalhadores estejam expostos a substâncias tóxicas, irritantes ou infectantes, os armários devem ser duplos, isto é, formados por dois compartimentos independentes, para permitir guardar a roupa de uso pessoal em local distinto do da roupa de trabalho.

4 — As empresas devem manter os vestiários em boas condições de higiene, devendo os trabalhadores proceder de modo idêntico em relação aos armários que lhes estejam distribuídos.

5 — Serão separados os vestiários para os homens e para as mulheres.

Artigo 14.º

Equipamentos sanitários — Dotações mínimas

1 — As instalações sanitárias devem dispor, no mínimo, do seguinte equipamento:

- a) Um lavatório fixo por cada grupo de dez indivíduos ou fracção que cessem simultaneamente o trabalho;
- b) Uma cabina de banho com chuveiro por cada grupo de dez indivíduos ou fracção que cessem simultaneamente o trabalho, nos casos em que estejam expostos a calor intenso,

a substâncias tóxicas, irritantes ou infectantes, a poeiras ou substâncias que provoquem sujidade e nos casos em que executem trabalhos que provoquem sudação;

- c) Uma retrade por cada grupo de vinte e cinco homens ou fracção trabalhando simultaneamente;
- d) Um urinol por cada grupo de vinte e cinco homens ou fracção trabalhando simultaneamente;
- e) Uma retrade por cada grupo de quinze mulheres ou fracção trabalhando simultaneamente.

2 — Nas cabinhas de banho, que deverão ter piso antiderrapante, as empresas providenciarão no sentido da substituição dos estrados de madeira aí existentes por outros de matéria plástica, não estilháveis, a fim de evitar a propagação de doenças.

3 — As indústrias que envolvam um contacto frequente com carvões, óleos, naftas ou produtos similares deverão providenciar no sentido da instalação de lava-pés providos de assento, em número suficiente para uso do pessoal.

Artigo 15.º

Refeitório

1 — As empresas deverão pôr à disposição do seu pessoal um lugar confortável, arejado e asseado, com mesas e cadeiras suficientes, onde todos os trabalhadores possam tomar as suas refeições.

2 — Nos refeitórios, ou na proximidade imediata destes, deve existir uma instalação para aquecimento dos alimentos, no caso de os mesmos não serem confeccionados no local, e água potável.

3 — Os trabalhadores não devem entrar no refeitório antes de despirem ou mudarem o seu fato de trabalho, sempre que este esteja particularmente sujo ou impregnado de óleos, substâncias tóxicas, irritantes ou infectantes.

4 — Junto ao refeitório tem de existir um recipiente apropriado onde obrigatoriamente serão deitados os restos de alimentação ou outros detritos.

Artigo 16.º

Assentos

Os trabalhadores que possam efectuar o seu trabalho na posição de sentados devem dispor de assentos apropriados.

Artigo 17.º

Locais subterrâneos e semelhantes

Os locais subterrâneos e os locais sem janelas em que se executem normalmente trabalhos devem satisfazer às normas de higiene e ventilação apropriadas.

Artigo 18.º

Primeiros socorros

1 — Todo o local de trabalho deve possuir, segundo a sua importância e riscos calculados, um ou vários armários, caixas ou estojos de primeiros socorros.

2 — O equipamento dos armários, caixas ou estojos de primeiros socorros previstos no n.º 1 deve ser determinado segundo o número de trabalhadores e natureza dos riscos.

3 — O conteúdo dos armários, caixas ou estojos de primeiros socorros deve ser mantido em condições de assepsia e convenientemente conservado e ser verificado pelo menos uma vez por mês.

4 — Cada armário, caixa ou estajo de primeiros socorros deve conter instruções claras e simples para os primeiros cuidados em casos de emergência. O seu conteúdo deve ser cuidadosamente etiquetado.

5 — Sempre que a comissão de prevenção e segurança o considere necessário, a empresa obriga-se a proceder à colocação, em locais apropriados, de equipamentos próprios para primeiros socorros e de macas ou outros meios para evacuação dos sinistrados.

6 — Nos serviços onde estejam colocadas as macas, a comissão de prevenção e segurança deverá providenciar no sentido de que existam trabalhadores com conhecimentos de primeiros socorros.

Artigo 19.º

Medidas a tomar contra a propagação das doenças

Devem ser tomadas disposições para prevenir a propagação de doenças transmissíveis entre os trabalhadores.

Artigo 20.º

Material de protecção

1 — Deve existir à disposição dos trabalhadores, sem encargos para estes, vestuário de trabalho e equipamento de protecção individual contra os riscos resultantes das operações efectuadas, sempre que sejam insuficientes os meios técnicos de protecção.

2 — O equipamento de protecção individual, que é propriedade da empresa, deve ser eficiente e adaptado ao organismo humano e ser mantido em bom estado de conservação e assepsia.

3 — O equipamento de protecção que esteja distribuído individualmente não poderá ser utilizado por outros trabalhadores sem que seja previamente submetido a uma desinfecção que garanta a sua assepsia.

SECÇÃO II
Riscos especiais

Artigo 21.º

Princípio geral

1 — Todas as empresas abrangidas pelo presente contrato ficam obrigadas a cuidados especiais na utilização de todos os produtos tóxicos, corrosivos, inflamáveis e explosivos.

2 — Estes produtos terão de estar devidamente rotulados, sendo a entidade patronal obrigada a divulgar as recomendações das firmas fornecedoras sobre o emprego dos mesmos.

Artigo 22.º

Armazenagem

A armazenagem dos produtos mencionados no artigo anterior obedecerá às seguintes regras: local próprio, bem ventilado, seco e fresco, com pavimento impermeável e sistema preventivo de escoamento de líquidos, sendo indispensável a montagem de extintores de incêndio.

Artigo 23.º

Trabalhos eléctricos

1 — Os trabalhadores electricistas poderão recusar-se a executar serviços referentes à sua profissão, desde que comprovadamente contrariem as normas de segurança das instalações eléctricas.

2 — Na execução de trabalhos eléctricos que envolvam riscos especiais de electrocução, os trabalhadores electricistas deverão ser acompanhados por outro trabalhador.

CAPÍTULO II

Medicina no trabalho

Artigo 24.º

Princípio geral

1 — As empresas que tenham duzentos ou mais trabalhadores deverão criar serviços médicos privativos.

2 — Estes serviços têm por fim a defesa da saúde dos trabalhadores e a vigilância das condições higiénicas do seu trabalho. São essencialmente de carácter preventivo e ficam a cargo de médicos do trabalho.

3 — As pequenas empresas que não disponham de serviços médicos privativos e cujos trabalhadores atinjam em conjunto o número de quinhentos, na mesma localidade ou em localidades próximas, são obrigadas a organizar, em comum, os respectivos serviços médicos, os quais serão administrados por uma direcção

constituída por delegados das empresas, até cinco, um dos quais será o presidente.

4 — Quando o número de trabalhadores nas pequenas empresas não atingir, na mesma localidade ou em localidades próximas, o número de quinhentos, as empresas diligenciarão assegurar o serviço de um médico do trabalho.

Artigo 25.º

Exercício das funções

1 — Os médicos do trabalho exercem as suas funções com independência técnica e moral relativamente à entidade patronal e aos trabalhadores.

2 — Competem aos médicos do trabalho a organização e a direcção técnica dos serviços de que trata o presente capítulo.

3 — Não é da competência do médico do trabalho exercer a fiscalização das ausências ao serviço por parte dos trabalhadores, seja qual for o motivo que as determine.

4 — Os médicos do trabalho ficam sob a orientação e fiscalização técnica da Direcção-Geral de Saúde.

Artigo 26.º

Substituição do médico do trabalho

O Ministério do Trabalho, através dos serviços competentes, e a Direcção-Geral de Saúde podem impor às empresas a substituição dos médicos do trabalho quando, por falta de cumprimento das suas obrigações, o julgarem necessário, mediante organização de processo e ouvida a Ordem dos Médicos, que deverá enviar o seu parecer no prazo de vinte dias.

Artigo 27.º

Reclamações

Os trabalhadores, através da comissão de prevenção e segurança, ou do encarregado de segurança e, na falta destes, directamente, têm o direito de apresentar ao médico do trabalho todas as reclamações referentes a deficiências, quer na organização dos respectivos serviços médicos, quer nas condições de higiene dos locais de trabalho.

Artigo 28.º

Duração do trabalho

1 — A duração do trabalho prestado pelos médicos às empresas industriais será calculada na base de uma hora por mês, pelo menos, por cada grupo de quinze trabalhadores ou fracção.

2 — Nenhum médico poderá, porém, assegurar a vigilância de um número de trabalhadores a que correspondam mais de cento e cinquenta horas de serviço.

Artigo 29.º

Atribuições

São atribuições dos serviços médicos do trabalho, nomeadamente:

- a) Estudar e vigiar as condições de higiene e salubridade da empresa;
- b) Estudar e vigiar a protecção colectiva e individual dos trabalhadores contra fumos, gases, vapores, poeiras, ruídos, trepidações, radiações ionizantes, acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- c) Apreciar a adaptação dos trabalhadores aos diferentes serviços e a do trabalho à fisiologia humana;
- d) Promover as medidas adequadas à melhoria das condições de higiene dos trabalhadores;
- e) Promover a educação sanitária dos trabalhadores;
- f) Effectuar os exames obrigatórios previstos neste contrato;
- g) Observar, regular e particularmente, os trabalhadores cujo estado de sanidade possa constituir risco para terceiros;
- h) Promover a organização de cursos de primeiros socorros e doenças profissionais com o apoio dos serviços técnicos especializados, oficiais ou particulares;
- i) Elaborar um relatório pormenorizado das actividades dos serviços, referente ao ano anterior, a remeter ao delegado de saúde e ao delegado da Secretaria de Estado do Trabalho na respectiva área;
- j) Participar, ao delegado de saúde e ao delegado da Secretaria de Estado do Trabalho na respectiva área, no prazo de oito dias a contar da data do acidente ou do diagnóstico da doença, os acidentes de trabalho que acarretem mais de três dias de incapacidade total e as doenças profissionais de notificação obrigatória; uma cópia desta participação será enviada à comissão de prevenção e segurança, salvo razões ponderosas de ordem deontológica;
- i) Fazer o estudo da patologia do trabalho e sua profilaxia e comunicar ao delegado de saúde do respectivo distrito os seus resultados.

Artigo 30.º

Período de funcionamento dos serviços de medicina do trabalho

Os exames médicos e a participação dos trabalhadores em qualquer das actividades dos serviços de medicina do trabalho decorrerão dentro do período normal de trabalho e sem qualquer desconto de remuneração.

Artigo 31.º

Elementos de trabalho

A entidade patronal deverá fornecer ao médico do trabalho todos os elementos que este entenda necessários para a defesa da saúde dos trabalhadores.

Artigo 32.º

Penalidades

1 — As infracções ao disposto neste capítulo serão punidas com multas de acordo com a legislação em vigor, sem prejuízo das demais responsabilidades que porventura caibam às empresas e aos trabalhadores em consequência das infracções praticadas.

2 — Verificada uma infracção, será fixado um prazo à empresa para o cumprimento das determinações impostas, sem prejuízo do normal procedimento do auto levantado.

3 — Se a empresa não der cumprimento a tais determinações dentro do prazo concedido, será fixado outro para o efeito e aplicada nova multa, elevando-se para o dobro os limites do seu quantitativo.

4 — As ulteriores infracções por inobservância dos novos prazos fixados serão punidas, elevando-se ao décuplo os limites do quantitativo da multa.

Artigo 33.º

Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja previsto neste regulamento aplicar-se-á a legislação em vigor, designadamente os Decretos-Leis n.ºs 44 308, 44 537 e 47 511 e o Decreto n.º 47 512, de 27 de Abril de 1962, 22 de Julho de 1962 e 25 de Janeiro de 1967, respectivamente.

CAPÍTULO III

Comissão de prevenção e segurança, encarregado de segurança e técnico de prevenção

SECÇÃO I

Comissão de prevenção e segurança

Artigo 34.º

Condições para a existência da comissão da prevenção e segurança

Nas empresas ou suas unidades de produção diferenciadas que tenham quarenta ou mais trabalhadores ao seu serviço, ou que, embora com menos de quarenta trabalhadores, apresentem riscos excepcionais de acidente ou doença, haverá uma comissão de prevenção e segurança.

Artigo 35.º

Composição

1 — Cada comissão de prevenção e segurança será composta por dois representantes da empresa, um dos quais será um director do estabelecimento ou um seu representante, dois representantes dos trabalhadores e pelo encarregado de segurança ou técnico de prevenção.

2 — Os representantes dos trabalhadores serão eleitos anualmente pelos trabalhadores da empresa.

3 — Quando convocados, deverão tomar parte nas reuniões, sem direito a voto, o chefe do serviço do pessoal, o médico da empresa e a assistente social, sempre que a dimensão da empresa justifique tais cargos.

4 — As funções dos membros da comissão são exercidas dentro das horas de serviço, sem prejuízo das respectivas remunerações.

Artigo 36.º

Reuniões

1 — A comissão de prevenção e segurança reunirá, ordinariamente, uma vez por mês, devendo elaborar acta de cada reunião.

2 — As deliberações serão tomadas por maioria, tendo o encarregado de segurança ou o técnico de prevenção voto de qualidade.

3 — Poderão verificar-se reuniões extraordinárias sempre que a gravidade ou frequência dos acidentes o justifiquem, ou a maioria dos seus membros o solicite.

4 — A comissão pode solicitar a comparência às respectivas reuniões de um representante do Ministério do Trabalho.

5 — A comissão dará conhecimento aos trabalhadores das deliberações tomadas, através de comunicado a afixar em local bem visível.

Artigo 37.º

Actas

A comissão de prevenção e segurança obriga-se a apresentar à entidade patronal ou ao seu representante, no prazo de quarenta e oito horas, as actas de reuniões efectuadas, obrigando-se esta, por sua vez, a iniciar imediatamente as diligências aí preconizadas.

Artigo 38.º

Atribuições

A comissão de prevenção e segurança terá, nomeadamente, as seguintes atribuições:

- a) Efectuar inspecções periódicas a todas as instalações e a todo o material que interesse à higiene e segurança no trabalho;
- b) Zelar pelo cumprimento das disposições legais, cláusulas deste contrato, regulamentos internos e instruções referentes à higiene e segurança;
- c) Solicitar e apreciar sugestões dos trabalhadores sobre questões de higiene e segurança;
- d) Procurar assegurar o concurso de todos os trabalhadores em vista à criação e desenvolvimento de um verdadeiro espírito de segurança;

e) Promover que os trabalhadores admitidos pela primeira vez ou mudados de posto de trabalho recebam a formação, instruções e conselhos necessários em matéria de higiene e segurança no trabalho;

f) Diligenciar por que todos os regulamentos, instruções, avisos e outros escritos ou ilustrações de carácter oficial ou emanados das direcções das empresas sejam levados ao conhecimento dos trabalhadores;

g) Colaborar com os serviços médicos e sociais da empresa e com os serviços de primeiros socorros;

h) Examinar as circunstâncias e as causas de cada um dos acidentes ocorridos, elaborando relatórios ou conclusões, que deverão ser afixados para conhecimento dos trabalhadores;

i) Apresentar sugestões à entidade patronal destinadas a evitar acidentes e a melhorar as condições de higiene e segurança no trabalho;

j) Elaborar a estatística dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais;

l) Prestar às associações sindicais e patronais interessadas os esclarecimentos que por estas lhe sejam solicitados em matéria de higiene e segurança;

m) Apreciar os relatórios elaborados pelos encarregados de segurança ou técnicos de prevenção e enviar cópias dos referentes a cada ano, depois de aprovados, à Inspecção do Trabalho e à Direcção-Geral do Trabalho até ao fim do segundo mês do ano seguinte àquele a que respeitem;

n) Providenciar que seja mantido em boas condições de utilização todo o equipamento de combate a incêndios e que seja treinado pessoal no seu uso;

o) Apreciar os problemas apresentados pelo encarregado de segurança ou técnico de prevenção;

p) Solicitar o apoio de peritos de higiene e segurança sempre que tal seja necessário para o bom desempenho das suas funções;

q) Zelar por que todos os trabalhadores da empresa estejam devidamente seguros contra acidentes de trabalho.

Artigo 39.º

Formação

1 — As empresas deverão providenciar no sentido de que os membros das comissões de prevenção e segurança, com prioridade para o encarregado de segurança, frequentem cursos de formação e especialização sobre higiene e segurança.

2 — As despesas inerentes à frequência dos cursos ficam a cargo das empresas.

SECÇÃO II

Encarregado de segurança e técnicos de prevenção

Artigo 40.º

Princípio geral

1—Em todas as empresas haverá um elemento para tratar das questões relativas à higiene e segurança, que será chamado encarregado de segurança ou técnico de prevenção, consoante a empresa tenha menos ou mais de quinhentos trabalhadores ao seu serviço.

2—Nos trabalhos efectuados fora do local habitual caberá ao trabalhador mais qualificado, e, em igualdade de condições, ao mais antigo, zelar pelo cumprimento das normas de segurança, de acordo com as instruções do encarregado de segurança ou técnico de prevenção.

3—O encarregado de segurança será escolhido pelos trabalhadores da empresa, tendo em conta a sua aptidão para o desempenho das funções.

Artigo 41.º

Atribuições do encarregado de segurança

Compete ao encarregado de segurança:

- a) Desempenhar as funções atribuídas às comissões de prevenção e segurança, sempre que estas não existam;
- b) Apresentar à direcção da empresa, no fim de cada trimestre, directamente ou através da comissão de prevenção e segurança, quando exista, relatório sobre as condições gerais de higiene e segurança no estabelecimento industrial e, em Janeiro de cada ano, relatório circunstanciado da actividade desenvolvida durante o ano civil anterior em matéria de higiene e segurança, anotando as deficiências que careçam de ser eliminadas;
- c) Colaborar com a comissão de prevenção e segurança e secretariá-la, quando exista;
- d) Ser porta-voz das reivindicações dos trabalhadores sobre as condições de higiene, segurança e comodidade no trabalho junto da comissão de prevenção e segurança, da direcção da empresa e da Inspecção do Trabalho;
- e) Exigir o cumprimento das normas de segurança internas e oficiais;
- f) Efectuar inspecções periódicas nos locais de trabalho e tomar as medidas imediatas com vista à eliminação das anomalias verificadas, quando estas ponham em risco iminente a integridade física dos trabalhadores e os bens da empresa;
- g) Manusear o equipamento destinado a detectar as condições de segurança existentes nos espaços confinados e outros;
- h) Contactar com todos os sectores da empresa de modo a proceder à análise dos acidentes e suas causas, por forma a tomarem-se medidas destinadas a eliminá-las;

- i) Instruir os trabalhadores sobre os riscos específicos de cada profissão e normas de segurança em vigor;
- j) Aplicar na prática toda a legislação destinada à prevenção de acidentes na empresa.

Artigo 42.º

Atribuições do técnico de prevenção

Além das atribuições constantes das alíneas b) e seguintes do artigo anterior, compete ao técnico de prevenção:

- a) Garantir nos espaços confinados que tenham servido a combustíveis a segurança integral do trabalhador que aí tenha de efectuar qualquer tipo de trabalho;
- b) Estudar o melhor tipo de máquinas e ferramentas que garantam a segurança do trabalhador;
- c) Analisar projectos de novas instalações de forma a garantir a segurança dos trabalhadores contra intoxicações, incêndios e explosões;
- d) Estudar os meios de iluminação ambiente, particularmente os de instalações onde se pãmanuseados produtos químicos;
- e) Colaborar com o serviço médico da empresa;
- f) Seleccionar todo o material de protecção individual adequado à natureza dos trabalhos da empresa;
- g) Elaborar relatórios sobre acidentes graves ou mortais e deles dar conhecimento às entidades oficiais;
- h) Promover a instalação dos serviços necessários ao desempenho das suas funções.

Pela Federação dos Sindicatos de Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal:

Alvaro António Branco.

Pela Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos:

Alvaro António Branco.

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção Civil e Madeiras:

Alvaro António Branco.

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo:

Alvaro António Branco.

Pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Cartonagem:

Alvaro António Branco.

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviço:

Alvaro António Branco.

Pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas:

Alvaro António Branco.

Pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas:

José Silva Cardoso Orfão.

Pelo Sindicato dos Técnicos de Desenho:

Gentil João Santos Sousa Morais.

Pelo Sindicato dos Telefonistas e Offícios Correlativos do Distrito de Lisboa:

Alvaro António Branco.

Pelo Sindicato dos Construtores Cívis:

Alvaro António Branco.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores do Serviço de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares:

Maria Eduarda Contente Loura Almeida.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Venda:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações:

Alvaro António Branco.

Pelo Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul:

José Martinho Aranha.

Pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa:

Alvaro António Branco.

Pelo Sindicato dos Ajudantes de Farmácia do Sul e Ilhas:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra do Norte:

Alvaro António Branco.

Pelo Sindicato das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas:

Alvaro António Branco.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores do Escritório de Coimbra:

Alvaro António Branco.

Pelo Sindicato dos Telefonistas e Offícios Correlativos do Norte:

Alvaro António Branco.

Pela Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Norte:

Alberto António Giesteiro de Almeida.

Pela Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Sul:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação das Indústrias Navais:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Industrial do Minho (sector metalúrgico e metalomecânico):

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Industriais de Arame e de Produtos Derivados:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Nacional dos Industriais de Embalagens Metálicas:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa dos Industriais de Ferragens:

José de Oliveira.

Pela Associação Portuguesa de Fabricantes de Candeeiros e Artigos de Ménage:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Nacional dos Industriais de Bicicletas, Ciclomotores e Acessórios:

José de Oliveira.

Pela Associação Nacional dos Industriais de Cutelaria:

(Assinatura ilegível.)

A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Aveiro;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Bragança;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito da Guarda;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito do Porto;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Santarém;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viseu;

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Garagens, Postos de Abastecimento e Offícios Correlativos do Centro e Sul;

Sindicato Livre dos Profissionais Rodoviários e Empregados em Garagens do Distrito do Porto.

Pelo Secretariado, *(Assinatura ilegível.)*

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas representa os seguintes Sindicatos:

Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas;

Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte;

Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Electricidade da Madeira.

E por ser verdade vai esta credencial assinada e autenticada com o selo branco.

Pelo Secretariado, *(Assinatura ilegível.)*

Declaração

Para todos os efeitos se declara que os sindicatos filiados nesta Federação são os seguintes:

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Aveiro;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Beja (*);
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Similares do Distrito de Braga;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Castelo Branco (*);
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Coimbra (*);
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Évora (*);
 Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Faro (*);
 Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
 Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito da Horta;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria (*);
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Lisboa;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Portalegre;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito do Porto;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém (*);
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio dos Distritos de Vila Real e Bragança;
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo (*);
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viseu;
 Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal;
 Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Angra do Heroísmo;
 Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
 Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares.

Lisboa, 7 de Agosto de 1981.

Pelo Secretariado, (*Assinatura ilegível*).

Depositado em 24 de Agosto de 1981, a fl. 146, do livro n.º 2, com o n.º 263/81, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

(*) Relativamente a estes sindicatos, esta Federação representa todos os trabalhadores neles filiados, independentemente da sua categoria profissional e abrangidos pelo OCTV Metaburgia.

CCT entre a Assoc. dos Hotéis do Centro/Sul de Portugal e outros e a Feder. Nacional dos Sind. da Ind. de Hotelaria e Turismo e outros

INDICE

Capítulo I — Do âmbito, área e revisão.

- Cláusula 1.ª — Âmbito.
- Cláusula 2.ª — Área.
- Cláusula 3.ª — Classificação dos estabelecimentos.
- Cláusula 4.ª — Vigência, denúncia e revisão do contrato.

Capítulo II — Da admissão, aprendizagem, estágio, carreira profissional e contratos de trabalho.

- Cláusula 5.ª — Condições de admissão — princípio geral.
- Cláusula 6.ª — Período de experiência.
- Cláusula 7.ª — Título profissional.
- Cláusula 8.ª — Contratos de trabalho.
- Cláusula 9.ª — Contratos a prazo.
- Cláusula 10.ª — Como se celebram os contratos a prazo.
- Cláusula 11.ª — Aprendizagem: conceito, duração e regulamentação.
- Cláusula 12.ª — Estágio e tirocinio: conceito, duração e regulamentação.

Capítulo III — Quadros, acessos e densidades.

- Cláusula 13.ª — Organização do quadro de pessoal.
- Cláusula 14.ª — Trabalhadores com capacidade reduzida.
- Cláusula 15.ª — Promoção e acesso: conceito.
- Cláusula 16.ª — Acesso, normas gerais e específicas.
- Cláusula 17.ª — Densidades das categorias.
- Cláusula 18.ª — Densidades de aprendizes e estagiários nas profissões hoteleiras.
- Cláusula 19.ª — Densidade mínima de encarregados de aprendizagem e estágio.
- Cláusula 20.ª — Trabalhadores estrangeiros.
- Cláusula 21.ª — Mapas de pessoal.

Capítulo IV — Dos direitos, deveres e garantias das partes.

- Cláusula 22.ª — Deveres da entidade patronal.
- Cláusula 23.ª — Formação profissional.
- Cláusula 24.ª — Deveres dos trabalhadores.
- Cláusula 25.ª — Garantias dos trabalhadores.
- Cláusula 26.ª — Cobrança de quotização sindical.
- Cláusula 27.ª — Proibição de acordo entre entidades patronais.